



Programa de Pós-Graduação  
em Estudos Linguísticos



**UEFS**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**  
Curso Reconhecido pelo MEC, Portaria 485 de 14/05/2020, publicada no D.O.U 18/05/2020

**ISMARINA MENDONÇA DE MOURA**

**O DIREITO DE REIVINDICAR E O DEVER DE (DES) OBEDECER:  
MULHERES TRANSEXUAIS POLÍTICAS DO MERCOSUL**

Feira de Santana-BA  
2022

**ISMARINA MENDONÇA DE MOURA**

**O DIREITO DE REINVINDICAR E O DEVER DE (DES) OBEDECER:  
MULHERES TRANSEXUAIS POLÍTICAS DO MERCOSUL**

Texto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - PPGEL- da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), como requisito para obtenção do título de Mestra em Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Nilton Milanez

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

Feira de Santana-BA  
2022

**Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado**

Moura, Ismarina Mendonça de  
M886d O direito de reivindicar e o dever de (des) obedecer: mulheres  
transexuais políticas do MERCOSUL./Ismarina Mendonça de Moura.  
Feira de Santana, 2022.  
120f.: il.

Orientador: Nilton Milanez

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana,  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2022.

1.Discurso. 2.Sujeitas. 3.Foucault, Michel,1926-1984 – Crítica e  
interpretação. 4.Audiovisualidades. I.Milanez, Nilton, orient.  
II.Universidade Estadual de Feira de Santana. III.Título.

CDU: 801

## TERMO DE APROVAÇÃO

**ISMARINA MENDONÇA DE MOURA**

### **O DIREITO DE REINVINDICAR E O DEVER DE (DES) OBEDECER: MULHERES TRANSEXUAIS POLÍTICAS DO MERCOSUL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

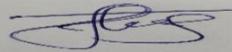
Aprovada em 17 de fevereiro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:



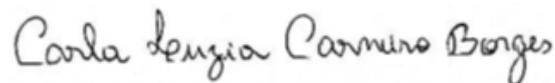
---

Prof. Dr. Nilton Milanez  
Orientador (UEFS)



---

Prof. Dr. Jocenilson Ribeiro  
Avaliador Externo (UFS)



---

Profa. Dra. Carla Luzia Borges  
Avaliadora Interna (UEFS)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas inúmeras oportunidades que tem me concedido ao longo desses anos. Sinto-me privilegiada, e sou muito grata por tudo!

Agradeço a mim, por ter sido forte o suficiente para não desistir, por minha força de continuar lutando, apesar de tantos obstáculos. Posso dizer que não foi nada fácil seguir esse caminho, mas, consegui chegar até aqui.

A minha família, meu pai Josival, minha mãe Aneci, tia-mãe Maria Luiza, minha avó Josefa, e meu avô João (in memoriam) pessoas que sempre me incentivaram e apoiaram em todas as minhas decisões. Sem vocês, eu não seria nada.

Ao meu marido Patrick, pela paciência, compreensão e incentivo em todas as horas e momentos difíceis. Obrigada pelo apoio, foi essencial.

Aos meus bichinhos, Kira, Fred, Snow e Foguinho, que me fizeram sorrir e em me sentir amada nos momentos em que mais precisava.

As minhas amigas, Grazielle, Leiriane, Lílian, Anacy e Ailla, pelas conversas e palavras de incentivo em diversos momentos.

Ao meu orientador, Nilton Milanez, pela confiança que sempre teve em meu desenvolvimento acadêmico e profissional. Você confiou em mim quando eu mesma duvidei, confiou em minha evolução desde a graduação em 2017 até os dias de hoje. Obrigada por me apresentar ao mundo mágico dos estudos foucaultianos. Obrigada por me fazer acreditar que tudo era e poderia ser possível.

À professora Carla Luzia Carneiro Borges, pelo carinho e acolhimento durante o estágio obrigatório. Você foi muito além de uma supervisora, sem falar do apoio durante e em “todas as aulas” ministradas. Obrigado por abraçar a ideia e embarcar o projeto. Obrigada por estar presente em várias discussões sobre meu trabalho, além da disponibilidade de estar presente em mais um desses momentos.

Ao professor, Jocnilson Ribeiro, por suas contribuições valiosas para este trabalho.

Ao LABEDISCO/CNPq, que permitiu meu florescimento, com seus eventos, discussões, apresentações e publicações. Que me permitiu conhecer pessoas incríveis.

À Jussara, uma amiga, parceira e companheira de todas as horas. Você me ajudou, me socorreu me entendeu e me ensinou sobre muitas coisas na teoria e na prática. Obrigada por dividir o peso desse caminho e por compartilhar essa etapa comigo.

À Rebeca, como poderia esquecer-la, inteligentíssima, a pessoa que estar comigo desde sempre no LABEDISCO-UEFS, desde a primeira reunião e em todos os momentos no grupo de pesquisa. Obrigada por ser essa pessoa incrível.

À Suelane, amiga para qualquer hora que você precise que não mede distância ou anexos para ajudar kkkk.

À Jessica, Beatriz e Fernanda, companheiras durante o caminho e pessoas que nutro admiração.

À FAPESP, pela assistência e financiamento da minha pesquisa.

Ao PPGEL, grata pela oportunidade.

À UEFS, minha segunda casa, o lugar que sempre vai estar em meu coração.

A todos que me ajudaram a constituir minha subjetividade!

Viva a educação! Viva a universidade pública!

Dedico este trabalho a todos os sujeitos e sujeitas  
apagados, invisibilizados e à margem da sociedade

## RESUMO

Nesta pesquisa, apresentamos o sujeito da pesquisa, as mulheres transexuais políticas do MERCOSUL a partir do *corpus* audiovisualidades em vídeos do *YouTube* durante o período (2016-2020). O objetivo desta pesquisa é problematizar, discutir e analisar a materialização dos discursos em mulheres transexuais políticas do MERCOSUL, estabelecendo questões teórico-analíticas que possam revelar as enunciabilidades discursivas e suas decifrações nas audiovisualidades. Para isso analisamos o *corpus*, são doze arquivos audiovisuais que estão divididos e separados em dois tipos de formações: a) assembleias legislativas (ou audiências públicas): são as mulheres trans do campo institucional político, discursando no espaço legislativo; e b) em entrevistas na internet ou televisão: onde apresentam esses sujeitos em espaços interativos, em entrevistas, discorrendo questões em torno de si e da comunidade LGBTQIA+. Os procedimentos metodológicos adotados para o encadeamento das séries audiovisuais se referem a noções foucaultianas da obra *A arqueologia do saber* de Michel Foucault, basicamente do capítulo A formação dos objetos, juntamente com o conceito de “audiovisualidades” segundo Milanez (2019) em seu livro/trabalho *Audiovisualidades: elaborar com Foucault*. Entre os resultados: obtivemos os elementos históricos que possibilitaram à irrupção do sujeito transexual político causando desdobramentos: o direito ao voto feminino, as ditaduras militares nos países do MERCOSUL, a criação da pílula anticoncepcional como método contraceptivo feminino, a luta em torno da AIDS, os movimentos LGBTQIA+; Descobrimos que as mulheres transexuais políticas do MERCOSUL entram na política com um cuidado de si adquirido e esse cuidado de si promove um cuidado com o outro, um cuidado com sujeitos apagados, invisibilizados da sociedade. Assim, as sujeitas vislumbram uma alteração desse sistema formado para prejudicar, apagar e invisibilizar os sujeitos à margem, então elas, sujeitas transexuais políticas buscam mudar as regras e as leis que gerem a sociedade a fim de acabar com esse sistema; em relação a *parresía*, revelamos que: a) a *parresía* aparece caracterizada através de discursos produzidos sobre diferentes assuntos evidenciando as ações e enunciações como um modo de vida das sujeitas transexuais; b) quando as mulheres políticas praticam o dizer a verdade já o faz sabendo das possibilidades e dos riscos indeterminados que podem sofrer como uma contra-ação de seus interlocutores; c) indiretamente as sujeitas do MERCOSUL operam dentro das características parresiásticas: virtude, dever e técnica. Concluímos que as mulheres transexuais políticas do MERCOSUL estão no campo político porque o direito de reivindicar e o dever de (des) obedecer foram determinantes para a composição das subjetividades dessas sujeitas enquanto políticas.

**Palavras-chave:** Sujeitas; Discurso; Foucault; Audiovisualidades; YouTube.

## ABSTRACT

In this research, we present MERCOSUR political transsexual women from the audiovisual corpus in YouTube videos during the period (2016-2020). The objective of this research is to problematize, discuss and analyze the materialization of discourses in MERCOSUR political transsexual women, establishing questions theoretical-analytical analysis that can reveal discursive enunciabilities and their decipherments in audiovisualities. For this, we analyzed twelve audiovisual files that are divided and separated into two types of formations: a) legislative assemblies (or public hearings): are trans women in the political institutional field, speaking in the legislative space; and b) in internet or television interviews: where they present these subjects in interactive spaces, in interviews, discussing issues around themselves and the LGBTQIA+ community. The methodological procedures adopted for the chaining of the audiovisual series refer to Foucauldian notions of the work *The Archeology of Knowledge* by Michel Foucault, basically from the chapter *The formation of objects*, together with the concept of “audiovisualities” according to Milanez (2019) in his book/ work *Audiovisualities: elaborating with Foucault*. Among the results: we obtained the historical elements that made possible the irruption of the political transsexual subject causing developments: the right to vote for women, the military dictatorships in the MERCOSUR countries, the creation of the contraceptive pill as a female contraceptive method, the fight around AIDS, the LGBTQIA+ movements; We found that MERCOSUR political transsexual women enter politics with an acquired self-care and this self-care promotes a care for the other, a care for subjects that are erased, made invisible by society. Thus, the subjects envision a change in this system formed to harm, erase and make invisible the subjects on the sidelines. So they, political transsexual subjects seek to change the rules and laws that manage society in order to end this system; in relation to parrhesia, we reveal that: a) parrhesia appears characterized through discourses produced on different subjects, highlighting actions and utterances as a way of life of transsexual subjects; b) when women politicians practice telling the truth, they already do so knowing the possibilities and undetermined risks they may suffer as a counter-action of their interlocutors; c) indirectly MERCOSUR subjects operate within the parrhesiastic characteristics: virtue, duty and technique. We conclude that MERCOSUR political transsexual women are in the political field because the right to claim and the duty to (dis)obey were decisive for the composition of the subjectivities of these subjects as politicians.

**Keywords:** Subjects. Speech. Foucault. Audiovisualities. YouTube.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mulheres e Resistência	38
Figura 2 - Mulher Maravilha Venezuelana	46

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os direitos LGBTQIA+ na legislação nos países do MERCOSUL	55
Quadro 2 - Sujeitas: pluralidade de posições	81
Quadro 3 - Sujeita parresiasta e seu interlocutor	109

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
1.1	MEMÓRIAS	13
1.2	DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA	19
<b>2</b>	<b>A IRRUPÇÃO DO SUJEITO TRANSEXUAL POLÍTICO: ELEMENTOS HISTÓRICOS</b>	<b>23</b>
2.1	AS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADES	23
2.2	O ESPAÇO DA MULHER NA AMÉRICA LATINA	29
2.3	A EMERGÊNCIA DAS MULHERES TRANSEXUAIS NA POLÍTICA	50
<b>3</b>	<b>AS MULHERES TRANSEXUAIS POLÍTICAS DO MERCOSUL EM AUDIOVISUALIDADES</b>	<b>58</b>
3.1	ARQUIVO AUDIOVISUAL: O YOUTUBE COMO OBJETO DISCURSIVO DAS AUDIOVISUALIDADES	58
3.2	O ENCADEAMENTO DAS SÉRIES VISUAIS: QUESTÕES METODOLÓGICAS	61
3.3	MERCOSUL: O QUE É? COMO SURTIU?	62
3.4	NA POLÍTICA PELO DIREITO DE VIVER: PRÁTICAS DE LIBERDADE	64
<b>3.4.1</b>	<b>O cuidado de si e o cuidado do outro como práticas de liberdade</b>	<b>79</b>
<b>4</b>	<b>O DISCURSO PARRESIÁTICO DAS MULHERES TRANSEXUAIS NA POLÍTICA</b>	<b>84</b>
4.1	FOUCAULT E A PARRESÍA	84
4.2	A PARRESÍA COMO MODOS DE DIZER-A-VERDADE	92
<b>4.2.1</b>	<b>O corpo enuncia</b>	<b>93</b>
4.3	A CORAGEM DA VERDADE: O DIZER-A-VERDADE DAS MULHERES TRANSEXUAIS POLÍTICAS	98
<b>4.3.1</b>	<b>Série 1: As regularidades discursivas</b>	<b>105</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Série 2: O sujeito parresiasta e o interlocutor</b>	<b>108</b>
<b>4.3.3</b>	<b>Série 3: A parresía como virtude, dever e técnica</b>	<b>110</b>
<b>4.3.4</b>	<b>A coragem da verdade</b>	<b>112</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>113</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>117</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Penso que os passos para a construção dessa dissertação me foram sedimentados muito antes da minha chegada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - PPGEL na Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS em 2020, eis que minha subjetividade enquanto pesquisadora já estava sendo moldada desde os primórdios da graduação em Letras com Espanhol na UEFS (iniciada em 2015), desta forma, o fim dessa trajetória não faria jus ao meio, mas os meios me impulsionaram e justificam o processo do fim.

### 1.1 MEMÓRIAS

Como uma investigadora foucaultiana, aprovei o método da “arqueogenealogia” para evidenciar os passos que antecederam esta dissertação, analisando as condições de emergência que levaram aos diversos acontecimentos que constituíram minha subjetividade. Primeiramente, a minha carreira acadêmica se inicia em 2015, juntamente com a mudança, diretamente de Teofilândia, uma pequena cidade da Região do Sisal, com pouco mais de 23 mil habitantes para Feira de Santana, sede da instituição UEFS, para início dos estudos.

De imediato, houve estranhamento, timidez e muita dificuldade de adaptação, os pensamentos de desistência eram recorrentes, sendo um dos motivos, os comentários das pessoas sobre meu sotaque teofilandense, do “interior”, uma situação que me deixava extremamente desconfortável, e que causava a minha inibição em situações de interações, verbalizações e de apresentações em sala de aula. Após esse período difícil de adaptação, o encanto pelo campus, a mágica da universidade, as inúmeras oportunidades de aprendizagem, a experiência dos professores foram mais fortes do que o trauma inicial, alguns professores eu não posso deixar de mencionar: Edna Marques, Roberval Pereyr, Rosana Patrício, Adriana Tabosa, Nelmira Moreira, Mariana Fagundes, Edson Oliveira, Jolanta Rekawek, Sandra Nívea, Ana Jaci, Millena Brunn, entre outros.

Mas, seria no ano 2017, que minha vida acadêmica mudaria de trilhos, anteriormente, uma graduanda que se encontrava “perdida” nos muros da universidade, pelo simples fato de não conseguir visualizar a direção na qual deveria seguir, apesar das diferentes possibilidades existentes (a literatura, o ensino de línguas ou a linguística) no DLA - Departamento de Letras e Artes da universidade, ainda sim, nenhuma delas, causava o brilho necessário nos olhos. Sem projeto, sem grupo de pesquisa, sem orientação de professor, e com imensa disponibilidade de horas, passava parte do tempo eliminando a grade das disciplinas disponíveis no fluxograma.

Em um desses momentos surge à oportunidade de eliminar a disciplina Língua Portuguesa VI (disciplina programa da para o 6º semestre do curso Letras com Espanhol) em turno oposto, o vespertino, com uma turma do curso Letras com Inglês, era à busca de um adiantamento de curso, já que oficialmente era uma discente do 5º semestre. Enfim, mas, foi essa ousadia que fez com que eu tivesse a chance de conhecer um professor totalmente distinto daqueles já presentes na universidade, um recém chegado, mais não menos importante, o que causaria muitos reboliços, quebraria algumas amarras e produziria resistências, o Prof. Dr. Nilton Milanez. Um experiente professor, teórico da atualidade e grande pesquisador foucaultiano que foge a regra, palavras não são capazes de descrevê-lo, sujeito que mudaria os rumos da minha vida acadêmica.

A partir daí, fui apresentada ao famoso francês, Michel Foucault, filósofo que dispensa qualquer tipo de apresentações, também fui apresentada ao mundo da pesquisa acadêmica, particularmente ao grupo de pesquisa LABEDISCO/CNPq - Laboratório de estudos do discurso e do corpo coordenado pelo Professor Nilton Milanez. Desde então, comecei a participar dos encontros semanais, inclusive, recordo-me com muito carinho da minha primeira participação em um desses encontros, na época uma discussão da *Aula de 05 de janeiro de 1983*, da obra *O governo de si e dos outros* (coincidentemente, é a mesma obra que uso para encerrar a discussão desta dissertação) de Michel Foucault. Neste dia, fiquei, pontuei e tive as minhas primeiras impressões, neste instante, descobri que era para isso e sobre isso que queria falar, estudar e pesquisar.

Estava completamente imersa e apaixonada pelos Estudos Discursivos Foucaultianos, mesmo sem saber, sem ter noção do tamanho e da dimensão que isso constituiria, de modo que a sujeita Ismarina já estava sendo constituída de novas subjetividades, a partir das relações com outros sujeitos, na medida em que os encontros do grupo de pesquisa avançavam. Posto isto, o professor sugeriu algumas temáticas de pesquisa que poderiam ser abordadas dentro das possibilidades do grupo, mas que abrangessem: corpo, discurso, sujeito e audiovisualidade.

Como uma estudante da graduação em Letras com Espanhol, logo, pensei em algo que estabelecesse uma relação direta com minha graduação. Foi neste momento, que pela primeira vez surge a ideia de trabalhar com mulheres transexuais políticas em países que falassem a língua espanhola. A fim de contemplar as temáticas-chaves do Labedisco, decido também trabalhar com o corpus de pesquisa a partir de vídeos do *YouTube*, analisando o corpo e o discurso de mulheres nos seguintes países: Uruguai (Michelle Suárez), Venezuela (Tamara Adrián) e Espanha (Carla Antonelli) por volta de 2017, tendo em vista, as condições de emergência dessa atualidade.

A pesquisa continuava a todo vapor independentemente da inexistência de uma bolsa de pesquisa, conseqüentemente, a investigação se adequava há um tipo de Iniciação Voluntária a Pesquisa, oficializada pelo projeto de pesquisa: “Foucault e o Cinema: um estudo sobre os filmes Pierre Rivière e Alexina Barbin”, do professor Milanez, que tinha como objetivo questionar os sujeitos e o enfrentamento de sua atualidade, reivindicando o espaço do agora e os modos de pertencimento. Apesar deste mero detalhe, em meados do primeiro semestre de 2018, consegui a primeira publicação de pesquisa, no e-book: *Temas de pesquisas: o corpo e suas extensões no discurso*, organizado por Nilton Milanez, Rebeca Barbosa Nascimento e Urania de Carmo Rodrigues Santa Barbara, uma obra resultante dos encontros do OPEL-FOU - Oficina de Pesquisa, Extensão e Leitura em Michel Foucault, desenvolvido no Labedisco/CNPq.

O artigo de minha autoria intitulado: “Mulheres transexuais de língua espanhola na política: materialidades corporais, gestuais e seus posicionamentos<sup>1</sup>”, o trabalho problematizava o lugar de mulheres transexuais na política a partir de vídeos do *YouTube*, onde se buscava compreender as possibilidades que proporcionaram a emergência desses sujeitos, evidenciando as materialidades corporais e gestuais que os constituíam. Era o primeiro capítulo em um livro, de muitas publicações que estariam por vir.

Dado o tempo e a experiência, olhando o artigo com os olhos e a experiência dos dias de hoje, percebo algumas falhas e erros bobos de alguém que só estava começando, alguém que pouco entendia a dinâmica da pesquisa no país, de alguém que nunca tinha partilhado reflexões, e ainda sim, não deixa de receber os louros. Não poderia deixar de mencionar, que no artigo aparecem questões foucaultianas difíceis, como: condições de emergência, genealogia, regularidades, corpo, matriz de comportamentos. Por isso, visualizo a sua importância, esse primeiro contato com a escrita foi um dos passos mais difíceis, mas, foi preciso fazê-lo. E, este passo foi determinante para meu futuro, pois determinou a minha direção e evolução, além disso, recordo da minha felicidade, da minha vontade, do tempo dedicado, do suor que foi consegui escrevê-lo.

Após algum tempo, ainda no ano de 2018, o professor me inscreveu na seleção de projetos de extensão na universidade, e enfim, consegui ser contemplada com a bolsa de extensão PIBEX- Programa Institucional de Bolsa Extensão, no projeto Audiovisualidades: elaborar com Foucault, que tem como objetivo ver, ouvir e enunciar a especificidade de um discurso das audiovisualidades e das materialidades que envolvem o corpo, elencando como temas e vídeos, o que diretamente tem

---

<sup>1</sup>Disponível em: <http://nilton-milanez.blogspot.com/p/milanez-nilton-nascimento-rebeca-santa.html>

a ver com a pesquisa já desenvolvida sobre as mulheres transexuais de língua espanhola na política nos vídeos do *YouTube*.

Foi à oportunidade que precisava para me concentrar nas atividades do grupo de pesquisa e em minha vida acadêmica. Por conseguinte, comecei a desenvolver a ideia de outra publicação, dessa vez, a partir de outra perspectiva, trabalhando diretamente com questões sobre corpo e tendo como base a obra *O corpo utópico e as heterotopias* de Michel Foucault. Nesse mesmo período, recebi o convite do meu orientador, o Prof. Dr. Nilton Milanez e o seu colega o Prof. Me. Ricardo Amaral para organizar o e-book *Transexualidades: o que pode o corpo*.

O livro foi publicado em 2019 e apresenta uma reunião de escritos que busca pensar/problematizar o corpo trans no quadro atual dos estudos discursivos no Brasil, essa obra foi lançada pela editora Marca de Fantasia, editora associada à Universidade Federal da Paraíba - UFPB e contou ainda com a participação da cartunista Laerte Coutinho com suas charges. Realmente, um trabalho de excelência, que tive a honra e o prazer de participar, como organizadora e autora de um dos capítulos da obra.

Esse artigo tinha como título “Mulheres transexuais políticas e os seus modos de enunciar a si: utopias seladas e corpo<sup>2</sup>”, um trabalho que visava problematizar as mulheres políticas mostrando os modos possíveis de enunciar a si por meio de materialidades corporais, denominadas como “utopias seladas” nos vídeos do *YouTube*. A publicação deste trabalho gerou a oportunidade de usá-lo como Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Letras com Espanhol. Dessa forma, em nove de setembro de 2019, reuniu-se a banca examinadora composta por: Prof. Dr. Nilton Milanez (orientador), a Profa. Dra. Carla Luzia Carneiro Borges e a Profa. Dra. Palmira Heine e após a minha exposição oral, os componentes da banca decidiram aprovar, com conceito dez, a monografia.

Eis - que assim chega à hora da tão sonhada formatura, um momento de festividades, isso se a situação fosse com outra sujeita, mas sendo com a sujeita Ismarina, essa que ama desafios e não tem em seu vocabulário a palavra desistir como opção, é o momento de luta e busca pela tão sonhada vaga no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos na UEFS, lembrando que essa era a mesma pessoa que em algum momento do percurso da graduação se sentiu perdida e não sabia dos possíveis caminhos que poderia seguir, a chegada de um professor mudou os rumos e abriu um leque de novas possibilidades, dentro da Linguística.

---

<sup>2</sup>Disponível em:<https://nilton-milanez.blogspot.com/p/milanez-nilton-amaral-ricardo-andrade.html>

Foi um pouco mais de um mês o tempo entre o fim da graduação e o início da seleção para o PPGEL, durante esse pequeno espaço de tempo, tive que me preparar para as provas e entrevistas, além da realização de novo projeto de pesquisa para submissão no processo de seleção. Os anos (2017, 2018, 2019) dedicados ao grupo de pesquisa Labedisco, indiretamente me preparou para o enfrentamento de uma vida acadêmica, ou seja, os eventos, os livros, as discussões, os artigos publicados, garantiram-me o conhecimento necessário para alçar o patamar de uma pós-graduação.

Coincidentemente, no dia vinte de novembro de 2019, exatamente no dia e durante a minha formatura, saiu o resultado final da seleção de mestrado em Estudos Linguísticos do PPGEL. A sujeita Ismarina Mendonça de Moura não só alcança o êxito da vaga, mas é aprovada em primeiro lugar, na linha de pesquisa II: Práticas textuais e discursivas, e é aprovada em segundo lugar na classificação geral no Mestrado 2020 do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, posição que também garantia o financiamento de uma bolsa. Em um único dia à realização de múltiplos sonhos, o recebimento do diploma em Letras com Espanhol, sendo a primeira da família a deter um diploma universitário e a sonhada vaga em um das seleções mais concorridas e difíceis.

Posteriormente, em 2020, com o propósito de seguir contemplando minhas investigações anteriores, eis que retomo meus estudos como a temática das mulheres transexuais políticas, mas, ampliando o corpus e recortando dentro do limites da América do Sul. Esse projeto de dissertação, intitulado *O direito de reivindicar e o dever de (des) obedecer: mulheres transexuais políticas do MERCOSUL*, que recebe a assistência, contribuição e financiamento da FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

Infelizmente, logo em março de 2020, todos nós fomos surpreendidos com a pandemia do COVID-19, e sem a opção de atrasar o calendário da pós-graduação, o PPGEL decide retomar as aulas no formato on-line. Diversas foram as disciplinas, mas uma em específico contribuiu de uma forma especial, a disciplina Texto, Discurso e Práticas Sociais ministrada pela Profa. Dra. Carla Luzia Carneiro Borges, que a partir de discussões teóricas de Michel Foucault, Michel de Certeau e Roger Chartier, me fez pensar/repensar nos sujeitos marginalizados na pandemia. Foi então, graças à professora que começo a refletir sobre as formas possíveis de estudar a pandemia, contemplando a teoria foucaultiana, contemplando de alguma forma com minha pesquisa e diagnosticando a nossa atualidade.

Esta importante reflexão possibilitou a escrita de um novo artigo, um que direcionava o meu olhar sobre os sujeitos transgêneros durante a pandemia do coronavírus, para pensar em como a pandemia poderia afetar a vida de sujeitos que em condições tidas como “normais” já são apagados

e invisibilizados pela sociedade, e também em como as políticas governamentais do nosso país, ou a falta delas, incidia sobre os corpos dos sujeitos trans. O objeto desse estudo foi às notícias veiculadas na mídia durante o período de março até junho de 2020, cinco notícias que têm como conteúdo a morte de sujeitos transgêneros durante a pandemia e uma notícia do governante brasileiro falando sobre as consequências da doença no Brasil.

Além disso, esse estudo me fez sair da zona de conforto, sendo necessárias horas dedicadas de estudos, uma luta diária em busca do entendimento de outras noções do Foucault, até então, noções pouco visualizadas e compreendidas por mim, noções como de biopolítica, biopoder, poder disciplinar, políticas neoliberais, dentre outros, além da noção de necropolítica, desenvolvida pelo filósofo camaronês Achille Mbembe.

Contudo, o desafio foi satisfatório, consegui a minha primeira publicação em uma revista, na *Revista Humanidades e Inovação*, publicação científica da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, classificada com o Qualis A2. Em suma, a publicação do artigo saiu na edição de novembro de 2020, um dossiê de edição especial que tinha como título “Educação sexual e sexualidade: desafios, modos de existência, saberes e linguagens”, e enfim, o nome do artigo “Políticas de Morte: o corpo do sujeito trans na pandemia<sup>3</sup>”.

Aliás, durante esse mesmo período de pandemia, o coordenador e alguns integrantes do Labedisco nos reuniam às segundas-feiras para discutir a obra póstuma, recém publicada de Michel Foucault: *História da Sexualidade IV: As confissões da carne*. Como resultado das discussões, foi publicado um e-book com reflexões acerca das noções mobilizadas pelo francês, eu mesma, tive o prazer de fazer parte de um dos capítulos do livro, juntamente com meu orientador e uma colega de grupo de pesquisa, Beatriz Souza Almeida, inclusive, o nosso capítulo tem o nome: “O corpo esteja convosco e ele está no meio de nós, ademais<sup>4</sup>”, o e-book saiu em setembro de 2020 e está disponível na Amazon.

Mas, enfim, devem estar se perguntando por que precisei mencionar todos estes acontecimentos discursivos acerca da minha vida acadêmica. Bem, como disse lá no início dessa introdução, a construção desta dissertação não se deu apenas, durante os dois anos no Programa de Pós-Graduação, mas no decorrer de toda a minha trajetória na UEFS, desde a minha graduação até hoje, foram sete anos de movimentação das relações de saber/poder na instituição e no mundo acadêmico.

---

<sup>3</sup>Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5061>

<sup>4</sup>Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Dom%C3%ADnios-Carne-ensaios-sexualidade-Foucault-ebook/dp/B09DHBKBT/>

Para mim, uma temporalidade de grandes feitos e aprendizagens que me constituíram e me transformaram enquanto sujeita, assim também como constituíram esta dissertação, que nada mais é que um conjunto de dizeres atravessados de diversas práticas discursivas. O ponto final deste trabalho só nos foi possível pelos desdobramentos vividos durante todo esse percurso, por isso, se fez necessário um pouco de entendimento da trajetória para tentar se compreender o fim da mesma, porque não é somente o fim de uma dissertação, mas o fim de uma jornada, o fim de uma longa jornada de investigação que percorremos para chegarmos até aqui.

## 1.2 DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA

Em vista disso, a primeira etapa importante para investigação desta pesquisa é quando começamos a nos questionar sobre as condições da nossa atualidade, na tentativa de diagnosticar o presente, se debruçando sobre uma averiguação de acontecimentos atuais. Segundo Foucault (2015a, p. 70-71), se faz necessário perguntar: “O que é nossa atualidade enquanto figura histórica?”, “O que somos e o que devemos ser enquanto fazendo parte desta atualidade?”; “O que somos nós atualmente?”; “Qual é nossa atualidade?”, “O que somos enquanto fazendo parte desta atualidade?” Essas problematizações foucaultianas são usadas pelo filósofo para a interrogação do presente, partir de uma questão kantiana “Aufklärung?” (FOUCAULT, 2008a, p.337) que vai se deslocando sobre as suas próprias noções de sujeito e modernidade.

De acordo com Michel Foucault:

O discurso tem de levar em conta sua atualidade para, [primeiro], encontrar nela seu lugar próprio; segundo, dizer o sentido dela; terceiro, designar e especificar o modo de ação, o modo de efetuação que ele realiza no interior dessa atualidade. Qual é a minha atualidade? Qual é o sentido dessa atualidade? E o que faz que eu fale dessa atualidade? É nisso, parece-me, que consiste essa nova interrogação sobre a modernidade. (FOUCAULT, 2010, p.15)

Entendemos, que o discurso tem o sentido sócio- histórico de designar e especificar o modo de ação e o modo de efetuação que se realiza no interior dessa nossa atualidade. Diante disso, é nosso papel investigar o sentido dessa atualidade, as possibilidades que fazem com que eu fale desse objeto de estudo em específico. São interrogações pertinentes para decifrar às condições históricas que estabeleceram as condições de emergências discursivas para aparecimento de determinados acontecimentos, nessa década, nesse período, nessa atualidade.

Assim, fica perceptível o hoje como objeto principal de reflexão de nossas pesquisas, pensando nisso, direcionamos o olhar para uma constante regularidade em nossa atualidade, a

irrupção de mulheres transexuais políticas em alguns países da América do Sul. Dessa maneira, nos perguntamos sobre as condições históricas e superfícies de emergência que promoveram com que esses sujeitos alcançassem um lugar no campo institucional político. A partir das primeiras interrogações, descobrimos a evidência de mulheres transexuais políticas em um período de (2016-2020) em países que faziam parte do MERCOSUL - Mercado Comum do Sul.

Com base nesse momento histórico-discursivo, elegemos o objeto desse estudo, os países e seus representantes: *Ornella Infante* (candidata à deputada na província de Rio Negro, Argentina), *Erica Malunguinho* (deputada estadual de São Paulo, Brasil), *Erika Hilton* (enquanto co-deputada estadual de São Paulo, Brasil), *Robeyoncé Lima* (deputada estadual do Pernambuco, Brasil), *Michelle Suárez* (senadora do Uruguai) e *Tamara Adrián* (deputada da Venezuela). Com o propósito de contemplar as pesquisas realizadas no Labedisco/CNPQ que perpassam as audiovisuais, escolhemos o *corpus* de análise, vídeos colocados na plataforma audiovisual *YouTube*, um espaço digital, atual e de visibilidades.

Apontamos que esse projeto vem sendo desenvolvido desde final de 2019, desse modo, o recorte do *corpus* se passa durante esse período, e os acontecimentos em torno das audiovisuais entre (2016-2020). Falamos isso porque houve mudanças e alguns avanços com relação à irrupção de novas mulheres transexuais na política nas eleições municipais no fim de 2020, mas como já tínhamos realizado alguns recortes, decidimos continuar sem acrescentar essas novas atualizações. Por exemplo, atualmente Erika Hilton é vereadora na cidade São Paulo, sendo eleita como a primeira vereadora transexual e a mais votada do país, mas, faz parte dessa pesquisa, enquanto co-deputada estadual de São Paulo.

*Essas mulheres pertencem ao bloco econômico sul-americano, o MERCOSUL<sup>5</sup>, que foi fundado a partir do Tratado de Assunção de 1991, do decreto Nº 350, de 21 de novembro de 1991. O bloco é constituído por países “membros” (países que fundaram o MERCOSUL ou aqueles que ingressaram após a criação do bloco), países “associados” (países que assinaram tratados de livre comércio com o MERCOSUL a fim de estimular suas economias e trocas comerciais, mas não possuem as mesmas vantagens que os membros) e os países “observadores” (países autorizados a apenas acompanhar as reuniões). Coincidentemente, as mulheres políticas transexuais deste estudo pertencem aos países membros: Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela (que atualmente se encontra suspensa do bloco), com exceção do Paraguai.*

---

<sup>5</sup> Sobre o MERCOSUL, teremos uma explicação desenvolvida na seção 3.3, página 63.

Dessa maneira, o *corpus* se compõe de doze audiovisualidades que estão divididas e separadas em dois tipos de formações: a) assembleias legislativas (ou audiências públicas): são as mulheres trans campo institucional político, discursando no espaço legislativo; e b) em entrevistas na internet ou televisão: onde apresentam esses sujeitos em espaços interativos, em entrevistas, discorrendo questões em torno de si e da comunidade LGBTQIA+ (Lésbica, gay, bissexual, transgênero, queer, intersexual, assexual, inclusão de outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero). Assim, investigaremos a produção de seus discursos em diversas posições, já que os sujeitos para Foucault (2019, p.66), se manifestam na pluralidade de posições: “à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão: nos diversos status, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar ou receber quando exerce um discurso”.

Tomando como ponto de partida as inquietações que motivaram esta dissertação, os objetivos deste trabalho foram divididos entre objetivos da pesquisa. O objetivo geral desta pesquisa é: problematizar, discutir e analisar a materialização dos discursos em mulheres transexuais políticas do MERCOSUL, estabelecendo questões teórico-analíticas que possam revelar as enunciabilidades discursivas do corpo e suas decifrações nas audiovisualidades. Enquanto, que os objetivos específicos são: a) Identificar as condições de possibilidades que promoveram a irrupção de mulheres transexuais políticas no MERCOSUL, descrevendo similaridades na emergência dos discursos; b) Estabelecer principais regularidades e diferenças nas audiovisualidades que compõem o corpus; e c) Apresentar o conceito e funcionamento da *parresía* a fim de discutir os possíveis discursos parresíastas das mulheres transexuais na política.

O principal fator que justifica a escolha dessa temática de pesquisa é a necessidade de se averiguar quais fatores históricos produziu o surgimento de mulheres transexuais políticas exatamente nesses países. Estamos tratando, portanto, daquilo que Foucault (1995a, p. 234), denominou de lutas transversais ou lutas contemporâneas, que “não são limitadas a um país” e se “desenvolvem mais facilmente e de forma mais abrangente em certos países”. Por isso, se justifica uma investigação e averiguação dos efeitos de poder que atuam não apenas em um país, mas em um grupo de países que dialogam diretamente em termos político-econômicos com o Brasil.

Além disso, é um estudo que aborda uma temática pouco estudada no âmbito dos estudos linguísticos no Brasil e no âmbito científico, ou seja, trata-se de uma importante contribuição para a área da Linguística, da Letras no geral, e para os estudos discursivos foucaultianos. Acreditamos também, no fator de impacto social, que este trabalho oportunizará debates sobre o papel da mulher

transexual na política e sobre a transexualidade, como uma contra-ação do apagamento desses sujeitos na sociedade.

Posto isto, resumidamente, apresentamos a subdivisão desta dissertação. Posteriormente, o segundo capítulo é denominado como “A irrupção do sujeito transexual político: elementos históricos”, ou seja, neste capítulo desenvolvemos um debate acerca de algumas noções foucaultianas, entre elas: a noção de arqueologia e genealogia, que tem como função determinar o método arqueogenealógico, usado para desvendar às condições de emergência e os elementos históricos que promoveram o surgimento das mulheres transexuais políticas no MERCOSUL. Além disso, o capítulo também apresenta a definição de outras noções importantes como (acontecimento, corpo, emergência, prática discursiva, dentre outros.) que nos revelam um pouco do percurso investigativo dos estudos discursivos foucaultianos.

O terceiro capítulo é intitulado por “As mulheres transexuais políticas do MERCOSUL em audiovisualidades”, trabalhamos com a discussão teórica em relação ao *corpus*/objeto de estudo, ou seja, abordamos, discutimos e referenciamos o arquivo audiovisual *YouTube* como objeto discursivo das audiovisualidades, apresentamos o corpus da pesquisa, estabelecendo uma discussão nas regularidades e diferenças entre os discursos das sujeitas que compõem a pesquisa, e também constituímos as questões metodológicas. E o quarto e último capítulo, nomeado como “O discurso parresíatico das mulheres transexuais na política” tem como objetivo apresentar o funcionamento da parresía para o Foucault discutindo e observando os possíveis dizer-a-verdade das mulheres políticas. Por fim, encerramos com algumas considerações finais este trabalho.

## 2 A IRRUPÇÃO DO SUJEITO TRANSEXUAL POLÍTICO: ELEMENTOS HISTÓRICOS

### 2.1 AS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADES

Antes de iniciarmos as apresentações sobre o objeto de estudo e *corpus* desta dissertação, faremos um pequeno e importante percurso teórico sobre a irrupção do sujeito transexual político, questionando as condições de possibilidades para o aparecimento de mulheres transexuais políticas em países membros do MERCOSUL. *O nosso objetivo é* compreendermos as superfícies de emergência que permitiram que esses sujeitos alcançassem um lugar no campo institucional político, fazendo proliferar discursos e posicionamentos tais como: o direito de reivindicar e o dever de (des) obedecer. Para isso, consideramos os Estudos Discursivos Foucaultianos como constituição teórica e metodológica deste trabalho.

As pesquisas que se inserem no GT Estudos Discursivos Foucaultianos são de pesquisadores da área de Letras e Linguística que problematizam a linguagem e o discurso a partir dos trabalhos de Michel Foucault, ou seja, professores e pesquisadores brasileiros criaram esse GT, filiado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – ANPOLL em 2018, com o propósito de fortalecer discussões e investigações que contemplassem as diversas perspectivas teóricas foucaultianas (por exemplo: sujeito, poder, resistência, corpo, verdade, cuidado de si, dispositivos, governamentalidade, dentre outros) no interior dos estudos da análise do discurso.

Antes de qualquer coisa, é importante mencionarmos, que em um dado momento da vida de Michel Foucault, o filósofo foi questionado sobre o que seria o tema principal desenvolvido em suas pesquisas, eis que o francês responde: “Assim, não é poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa” (FOUCAULT, 1995a, p. 232). Dessa maneira, Foucault tira quaisquer que sejam as evidências que seriam as relações de saber e poder o objeto principal de sua pesquisa. Isto nos é relevante, porque, como Foucault, nós estamos diretamente trabalhando com essa ideia, colocando justamente o sujeito transexual político como objeto central deste trabalho.

Ainda sobre a questão do sujeito, segundo Araújo, o Michel Foucault:

Para tanto, lança mão de uma arqueogenealogia do sujeito, dividido entre certas práticas. Há as *práticas objetivantes* que permitem pensá-lo por meio de ciências cujo objeto é o indivíduo normalizável; há as *práticas discursivas* que desempenham o papel de produtoras epistêmicas; e *práticas subjetivantes* pelas quais o sujeito pode pensar-se enquanto sujeito. (ARAÚJO, 2008, p. 93)

Ou seja, a teórica quer nos dizer que o sujeito na obra foucaultiana vai aparecer de diferentes formas dependendo da prática estabelecida pelo filósofo em determinada fase ou obra. Por exemplo, Foucault em sua obra *As palavras e as coisas* tratava as práticas discursivas: “abordando os modos como a filologia, a economia política e a biologia objetivaram o homem como sujeito falante, ser produtivo e ser vivo” (ARAÚJO, 2008, p.93), nas obras de *Vigiar e punir* e *História da loucura* abordavam “as práticas disciplinares que objetivam o sujeito dividindo-o em louco e são de espírito, doente e saudável, criminoso e ordeiro” (ARAÚJO, 2008, p. 93-94), e nos três volumes da obra *A história da sexualidade* tratavam “das práticas subjetivantes pelas quais o ser humano em sujeito de si para si (técnicas de si) ao constituir sua sexualidade” (ARAÚJO, 2008, p.94).

Como bem pontuado didaticamente por Inês Lacerda Araújo no “capítulo II: A constituição do sujeito em seu livro *Foucault e a crítica do sujeito*, realmente, o Foucault detinha dessa capacidade de trilhar diferentes perspectivas de um mesmo objeto, neste caso, as distintas práticas relacionadas com um tipo de sujeito em obras ou fases distintas. Se pensarmos a partir deste contexto e análise, os sujeitos, mulheres transexuais políticas do MERCOSUL são supostamente, sujeitos tecidos de práticas subjetivantes que os fazem pensar enquanto sujeitos marcados pela sua transexualidade.

Isto porque são mulheres que tentam constituir sua transexualidade e sua subjetividade enquanto representantes políticas no interior da nossa atualidade, ao mesmo tempo em que suas históricas são escritas e estão sendo vividas. Trata-se de “pensar o sujeito como um objeto historicamente constituído sobre a base de determinações que lhe são exteriores” (REVEL, 2005, p.84), ou seja, as mulheres trans. políticas estão sendo constituídas por práticas exteriores que as subjetivam. Ademais, segundo Foucault:

Seria interessante tentar ver como se dá, através da história, a constituição de um sujeito que não é dado definitivamente, que não é aquilo a partir do que a verdade se dá na história, mas de um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história. (FOUCAULT, 2002, p.10)

Deste modo, esta citação foucaultiana só vem confirmar o nosso entendimento e convicções em torno da noção de sujeito, principalmente, atreladas acerca dos sujeitos mulheres transexuais políticas. As práticas exteriores subjetivam essas mulheres através das relações de saber e poder em torno de sua transexualidade e das relações institucionais na política, e também por intermédio da história os sujeitos transexuais estão sendo constituídos, dessa forma, é a história sendo escrita pelo

viés da nossa atualidade, é o sujeito transexual político sendo constituído no interior da mesma história que está sendo dita e escrita por ele.

Mediante toda essa reflexão em função do termo sujeito, existe outro ponto que precisamos abordar, o uso do termo *sujeita* para destacar o gênero feminino em detrimento do termo sujeito, que é marcado pelo gênero masculino. Sabemos que existe uma discussão recente acerca da linguagem neutra, inclusiva ou não binária, ainda que não oficialmente, a fim de contemplar todos os indivíduos por meio da escrita, promovendo inclusão e respeito, devido essas e outras condições de possibilidades já existentes, ainda que não aja um consenso entre as expressões, assumimos e contemplamos o uso do termo *sujeita* de agora em diante, como forma de identificarmos as mulheres transexuais políticas, assim como Lima:

Devido ao fato de considerarmos que a mulher é invisibilizada pela língua, ao marcar o masculino como lugar universal de subjetividade, uma vez que, no sistema linguístico, o gênero é determinado por concordância, trazemos como contribuição de Neves (2018) o termo ‘sujeita’ vinculado a essa mesma perspectiva teórica, para marcar na palavra, que é aquilo que nos constitui enquanto “ser da linguagem” (LIMA, 2020, p. 34)

Antes mesmo de visualizarmos os elementos históricos discursivos que possibilitaram as superfícies de emergência das mulheres transexuais na política, é importante compreendermos que quando falamos em superfície de emergência nos estudos discursivos foucaultianos, estamos trabalhando com aquilo que o discurso nos mostra para além dessa superfície construída, então, na verdade o que essa superfície de emergência nos concebe são algumas pistas, indícios, sinais e vestígios que precisam ser analisados.

Segundo Milanez (2012, p. 83) o nosso papel é nos determos à “arte do olhar, arte do detalhe”, pois é através da “análise dos detalhes vai-nos levando a caminhos” (2012, p.90) que vai ajudarmos a compreendermos o sentido daquele discurso retratado e construído a partir da ponta de determinada superfície discursiva, sendo que “essa dispersão de discursos vai, aos poucos, formando uma cadeia discursiva que pode ser acompanhada e compreendida por meio de um fio regular, que o ilumina e esclarece” (2012, p. 90), ou seja, é nosso o olhar, a nossa leitura discursiva como teóricos foucaultianos que deve ir além das possibilidades, para fazer a diferença, para enxergarmos os caminhos históricos discursivos, em nosso caso, os caminhos das sujeitas transexuais políticas.

Nesta tangente, se justifica também o uso do método arqueogenealógico, um método postulado por Foucault que foge totalmente dos procedimentos tradicionais e da busca de uma

origem, para então, fazer uma história distinta da tradicional, dando ouvidos aos sujeitos à margem para além das superfícies, dando ouvidos aos sujeitos que conseguiram emergir diante de condições históricas adversas. Então, é justamente, com intenção de explorarmos e usarmos o termo arqueogenealogia nesta seção, que investigamos os conceitos de arqueologia e genealogia de forma separada com a ideia de compreendê-los.

Primeiramente, recorreremos à *arqueologia* como uma maneira de exemplificar o seu uso. O próprio Foucault vai estabelecer alguns princípios essenciais que indica como seria uma análise arqueológica que fugiria da normalidade da história das ideias. De acordo com Foucault, o primeiro princípio essencial da arqueologia seria: “a arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem regras” (FOUCAULT, 2019, p. 169). Ou seja, a arqueologia busca os discursos que aparecem e transformam as práticas dos sujeitos e as instituições através das regras impostas pela sociedade.

O segundo princípio: “a arqueologia não procura encontrar a transição contínua e insensível que liga, em declive suave, os discursos ao que precede, envolve ou segue”. [...] “definir discursos em sua especificidade; mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irreduzível a qualquer outro; segui-los ao longo de suas arestas exteriores para melhor salientá-los” (FOUCAULT, 2019, p.170). Sendo assim, a arqueologia segue uma busca pela descontinuidade, continuidade e dispersão, mostrando os discursos em suas especificidades.

O terceiro e último princípio seria: “a arqueologia não procura reconstituir o que pôde ser pensado, desejado, visado e experimentado, almejado pelos homens no próprio instante em que proferiu o discurso”, “em outras palavras, não tenta repetir o que foi dito, reencontrando-o em sua própria identidade”, “não é o retorno ao próprio segredo da origem; é a descrição sistemática de um discurso-objeto” (FOUCAULT, 2019, p.171). Portanto, entendemos que o arqueólogo tem o papel de interrogar e desvendar os discursos dominantes que permeiam a história linear, abandonando qualquer busca por uma origem, além disso, restituindo a história escrita pelos sujeitos excluídos na história tradicional. Ainda nesta mesma obra, o francês conceitua a *arqueologia* como:

A arqueologia define as regras de formação de um conjunto de enunciados. Manifesta, assim, como uma sucessão de acontecimentos pode, na própria ordem em que se apresenta, tornar-se objeto de discurso, ser registrada, descrita, explicada, receber elaboração em conceitos e dar a oportunidade de uma escolha teórica. A arqueologia analisa o grau e a forma de permeabilidade de um discurso: apresenta o princípio de sua articulação com uma cadeia de acontecimentos

sucessivos; define os operadores pelos quais os acontecimentos se transcrevem nos enunciados. (FOUCAULT, 2019, p. 204)

O principal objetivo da arqueologia foucaultiana é a obtenção de um discurso, em um dado momento, uma época ou espaço, a partir de uma cadeia de enunciados discursivos, a fim de obter as condições de emergência desse objeto no interior de um campo histórico, o que está diretamente ligado com a questão do sujeito e suas instituições. Uma diferença evidente entre a *arqueologia* proposta por Foucault e história das ideias tradicionais é a anulação de uma busca incansável por uma origem, já que a arqueologia se interessa por buscar a descontinuidade, as dispersões temporais e as rupturas no interior dos acontecimentos.

Outro termo importantíssimo ao qual recorreremos nesse momento é o da *genealogia*, conceito apropriado por Michel Foucault, aqui particularmente na obra *Nietzsche, a genealogia, a história* (2008), o que na verdade esse conceito de *genealogia* é uma reformulação apropriada e deslocada por Foucault a partir do filósofo alemão Friedrich Nietzsche. Dessa maneira, iremos empregar metodologicamente essa modalidade genealógica para investigar os elementos históricos que levaram à formação do sujeito transexual político.

Para isso, precisamos compreender as principais características que consiste essa perspectiva genealógica foucaultiana. Um dos pontos chaves para compreensão da *genealogia* é quanto sua ligação com a história. Segundo Foucault:

O genealogista tem necessidade da história para conjurar a ilusão da origem um pouco como o bom filósofo tem necessidade do médico para conjurar a sombra da alma. É preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas que dão conta dos começos, dos atavismos e das hereditariedades; assim como é necessário saber diagnosticar as doenças do corpo, os estados de fraqueza e energia, seus colapsos e resistências para avaliar o que é um discurso filosófico. (FOUCAULT, 2008b, p. 264)

Como bem explicado pelo francês, o genealogista não precisa se desvencilhar totalmente da história, mas precisa ter o discernimento de fugir de uma busca por uma origem dos acontecimentos históricos, porque o seu papel, na verdade, consistem em reconhecer a partir dos sinais, indícios, pistas e traços os acontecimentos em sua superfície de emergência, sendo assim, as rachaduras, os abalos, as rupturas e as dispersões nos levam a emergir por meio das descontinuidades que atravessam a nossa história. No entanto, se faz necessário o sentido da palavra acontecimento no seu uso genealógico.

É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. (FOUCAULT, 2008b, p. 272-273)

Ou seja, o *acontecimento* pode ser aquele mais insignificante para a história tradicional traçada pelos historiadores, inclusive, esse acontecimento genealógico se assemelha com o método arqueológico, pois trabalha com acontecimentos fragmentados para encontrar as minúsculas singularidades, os deslocamentos imperceptíveis e as descontinuidades.

Um dos principais objetivos da genealogia é fazer emergir um novo objeto histórico, um acontecimento “singular”, porque “não é nos grandes acontecimentos que devemos buscar esse sinal que será rememorativo, demonstrativo e prognóstico do progresso. É em acontecimentos quase imperceptíveis” (FOUCAULT, 2010, p. 18). Trata-se de realizar uma análise histórico-discursiva dos sujeitos desqualificados e marginalizados na sociedade, cuja história foi apagada pelos dominadores. Ou seja, a genealogia possibilita aos sujeitos apagados a emergência de uma nova história:

Ela vai ser o discurso daqueles que não têm a glória, ou daqueles que a perderam e se encontram agora, por uns tempos talvez, mas por muito tempo decerto, na obscuridade e no silêncio. Isso faz com que esse discurso – diferentemente do canto ininterrupto pelo qual o poder se perpetuava, se fortalecia, ao mostrar sua antiguidade e sua genealogia. (FOUCAULT, 1999, p. 82)

Foucault ainda vai além para dizer que *o corpo do sujeito* é um dos lugares possíveis para absorção desses acontecimentos genealógicos:

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto a linguagem os marcam e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (ao qual ele tenta atribuir a ilusão de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, na articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado pela história, e a história arruinando o corpo. (FOUCAULT, 2008b, p. 267)

Dessa forma, o corpo do sujeito é uma das ferramentas de decifração da história (não a história da continuidade), mas a pertencente à análise genealógica. Logo, o corpo é um objeto de discurso que carrega indiretamente as marcas das lutas e dos embates da história, sob nossos corpos se configura a história e os seus acontecimentos.

Outro elemento interligado diretamente com a genealogia é o conceito de *emergência*: “A emergência é, portanto, a entrada em cena das forças; é sua irrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores ao palco, cada uma com a vigor e a jovialidade que lhe é própria” (FOUCAULT, 2008a, 269). Ou seja, a *emergência* “se produz sempre em um determinado estado das forças” marcando o ponto de surgimento de determinada ruptura, abalo, dispersão ou acontecimento histórico.

Coincidentemente ou não, no ano de 1969, em sua obra *A Arqueologia do Saber*, o filósofo já discutia o conceito na perspectiva arqueológica: “as superfícies primeiras de sua emergência: mostrar onde podem surgir para que possam em seguida, ser designadas e analisadas” (FOUCAULT, 2019, p. 50). Evidentemente que a discussão aqui emergia a partir da existência enquanto objetos de discursos, mas que poderia ser vista e discutida também na perspectiva genealógica. O próprio Foucault nunca gostou de categorização alguma, sendo assim, nunca foi à intenção de categorizar os conceitos *arqueologia* e *genealogia*, mas trazer a discussão a fim de uni-los, mas, com o objetivo de usá-los teoricamente na análise dos acontecimentos discursivos que levaram à *irrupção do sujeito transexual político*.

Ressaltamos que essa discussão visa à investigação acerca da irrupção do sujeito, não de quaisquer sujeitos, mas pensando nas condições de emergência que levaram ao aparecimento de mulheres transexuais na política no século XXI, especificamente durante o período de (2016-2020), nos países: Argentina, Brasil, Venezuela e Uruguai, pertencente ao bloco econômico MERCOSUL, a fim de observarmos quais foram esses acontecimentos históricos discursivos que irromperam.

Percebemos que antes de investigarmos os elementos históricos que levaram as possibilidades de mulheres transexuais na política, previamente teríamos que analisar também as condições históricas que levaram à conquista das mulheres nos espaços políticos, porque evidentemente nem sempre isso foi possível. Então, como, quais e onde surgiram os abalos, as rupturas e os acontecimentos que abriram brecha para a possibilidade de irrupção da sujeita mulher na política? Como esses mesmos acontecimentos insurgem para as mulheres trans políticas?

Como já foi dito anteriormente, recorreremos ao método arqueogenealógico foucaultiano para buscar e analisar esses possíveis acontecimentos histórico-discursivos, uma vez que está interligado discursivamente com os movimentos feministas e LGBTQIA+.

## 2.2 O ESPAÇO DA MULHER NA AMÉRICA LATINA

O parâmetro aqui são as mulheres transexuais políticas nos países do MERCOSUL na atualidade, sendo assim, claramente houve condições históricas de emergência que possibilitaram a irrupção desses acontecimentos discursivos. Como bem desenvolvido por Foucault esses acontecimentos discursivos emergem através de “superfícies de emergência”, “essas superfícies de emergência não são as mesmas nas diferentes sociedades, em diferentes épocas e nas diferentes formas de discurso” (FOUCAULT, 2019, p.46), isto é, cada sociedade tem suas diferentes formas de emergência, podendo haver a ocorrência em alguns lugares e em outros não.

Sabendo disso, evidenciamos nos países do MERCOSUL, os países Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela possuem as mesmas regularidades com relação às mulheres trans na política, com exceção do Paraguai. Mas, será que são as mesmas condições de emergência históricas para ambos os países? Por isso a importância de averiguação dessas práticas discursivas como acontecimentos em cada país em específico.

A fim de nos situarmos teoricamente, abordaremos o conceito de prática discursiva para buscarmos os acontecimentos históricos que levaram à formação do objeto “mulheres políticas transexuais políticas no MERCOSUL”, isso porque Foucault compreende que essa formação está diretamente ligada à prática discursiva, “quando se descreve a formação dos objetos de um discurso, tenta-se identificar os relacionamentos que caracterizam uma prática discursiva” (FOUCAULT, 2019, p.58).

Deixamos claro que a formação dos objetos é um dos procedimentos utilizados neste trabalho e será explanado e desenvolvido mais à frente. Sobre a prática discursiva seguiremos:

Gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos. "As palavras e as coisas" é o título - sério - de um problema; é o título - irônico - do trabalho que lhe modifica a forma, lhe desloca os dados e revela, afinal de contas, uma tarefa inteiramente diferente, que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2019, p. 60)

Então, compreendemos que para Foucault, analisar o funcionamento discursivo de um determinado objeto só é possível a partir de um conjunto de regras denominadas práticas discursivas

ligadas a uma formação de objetos, porque os discursos se utilizam dos signos para a designação, sendo necessário fazer emergir e descrever os discursos sobre o objeto.

Certamente, o objetivo desse tópico é fazer emergir os acontecimentos discursivos que levaram as mulheres à obtenção do seu espaço no contexto “geopolítico” da América Latina, principalmente no que tange aos respectivos países: Argentina, Brasil, Paraguai, Venezuela e Uruguai, para assim chegarmos às regras de aparecimento dos discursos em formações de objetos atuais, aos discursos relacionados às mulheres transexuais políticas nesses países pertencentes ao MERCOSUL.

Para isso, entendemos que *práticas discursivas* foram geradas e ligadas a uma série de emergência de acontecimentos discursivos nesses países que levaram “primeiro”, a conquista do sujeita mulher no espaço político, para depois, emergirem as possibilidades desses mesmos direitos às mulheres transexuais. Então, iniciamos com a discussão de alguns acontecimentos que perpassam o século XX e nos levam a pensarmos que foram determinantes para a causa da ruptura de um conjunto de regras discursivas que levaram à irrupção de novas práticas discursivas para o sujeito mulher. Demonstraremos, portanto, esses acontecimentos seguindo o método arqueogenológico foucaultiano.

Um dos primeiros acontecimentos do início do século XX que pode ter levado a criar um micro abalo no conjunto de regras discursivas em uma sociedade patriarcalista (sujeito masculino que domina a estrutura social, institucional e familiar), foi à iniciativa da legalização da participação feminina no direito ao voto. Esse micro acontecimento iniciado no fim do século XIX e primeiras décadas do século XX, talvez impulsionada pela pós Revolução Industrial, onde a mulher foi deslocada do espaço doméstico para o mercado de trabalho, certamente impulsionou a luta das mulheres.

Sobre a luta do direito ao voto feminino, é importante destacar quais foram os países precursores a esses movimentos:

O primeiro país do mundo a conceder o direito do voto às mulheres foi na Nova Zelândia no ano 1893. Na América Latina foi o Equador, em 1929. Na Europa, a Grã-Bretanha foi à pioneira, onde o movimento das mulheres conquistou o direito ao voto após a Primeira Guerra Mundial. O exemplo das mulheres britânicas foi seguido por toda a Europa e, entre 1890 e 1994, mulheres da maioria dos países adquiriram o direito de votar e a se candidatar a um cargo público. Foi na República Tuva, em 1940, que uma mulher foi pela primeira vez presidente da república de um país na época moderna, a presidente Khertek Anchimaa-Toka. (MOURA, 2018, p. 42)

Como podemos perceber, o Equador foi o país pioneiro na América Latina em conceder o direito feminino ao voto no ano de 1929, seguido de Brasil em 1932. O voto feminino brasileiro foi conquistado, mas, apenas incorporado à Constituição de 1934, como facultativo, além disso, era um direito reservado às mulheres casadas, com autorização dos maridos, às viúvas e solteiras com renda própria. Somente em 1965 que o Código Eleitoral equiparou o voto feminino ao dos homens, e logo, transformado em dever. O voto feminino no Uruguai só foi regulamentado em 1932, e somente em 1938 que as mulheres uruguaias votaram na primeira eleição nacional.

Comparada a países vizinhos, a Argentina chegou tarde, se compararmos ao Brasil e ao Uruguai, as argentinas reivindicavam o direito ao voto desde 1919, mas a aprovação só veio em 1947, inclusive um tempo depois de países, como Chile (1934), Bolívia (1938), e Venezuela (1946). Outro país que chegou tarde nessa luta foi o Paraguai, que se converteu no último país da América Latina em permitir o voto feminino, em 1961, e somente após a queda do regime ditatorial de Alfredo Stroessner (ex-presidente do país) em 1989, que foram abertas possibilidades para as paraguaias se organizarem na luta por seus direitos.

Se esses micros acontecimentos não foram capazes de mudar totalmente o conjunto de regras discursivas da sociedade do século XX, pelo menos, esses acontecimentos em torno da luta dos direitos femininos abalaram as estruturas, pois certamente as mulheres passaram a reivindicar por mais direitos na esfera pública e política. Isso nos é interessante, porque Foucault vai chamar esse tipo de acontecimento de “estratégias de poder”, e o situa utilizando o exemplo da Igreja no controle da sexualidade:

[...] encontram suas condições de exercício em micro-relações de poder. Mas sempre há também movimentos de retorno, que fazem com que as estratégias que coordenam as relações de poder produzam efeitos novos e avancem sobre domínios que, até o momento, não estavam concernidos. Assim, até a metade do século XVI, a Igreja controlou a sexualidade de maneira bastante frouxa [...] (FOUCAULT, 2015b, p. 371)

Justamente, por que o conflito feminino por seus direitos era seguramente um movimento previsto na sociedade patriarcal, resultado das diversas organizações feministas já mobilizadas desde o início do século em todo o mundo, assim consideramos esses movimentos como estratégias de poder. Essas estratégias coordenam as relações, nesse caso, à relação de poder é a sociedade patriarcal, e esse regime foi produzindo por muito tempo um efeito de resistência para as mulheres.

Daí, em uma hora ou outra essas resistências feministas causariam os efeitos reversos que até aquele momento não estavam concernidos. Então, o patriarcalismo cede esses avanços devido às

relações de força, a fim de manter certo domínio sob a organização das mulheres, é o que chamamos de estratégias para garantir o controle e a manutenção do poder, exatamente como fazia a Igreja no embate contra a sexualidade fora de seus controles.

Esses acontecimentos em torno da reivindicação do voto feminino também nos mostram que em cada país as condições de possibilidades podem ser distintas, dependendo da sua conjuntura política. Por isso, a necessidade de buscarmos as “superfícies primeiras de sua emergência” em específico em país, claro, seguindo a lógica foucaultiana:

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância. (FOUCAULT, 2019, p. 31)

Então, o nosso papel nos estudos discursivos foucaultianos é buscar exatamente os discursos que emergem na sua irrupção de acontecimentos, descontínuos e dispersos em tempo e espaço. Esses acontecimentos também podem ser repetidos, esquecidos, transformadas ou apagados da história linear, canônica e aquelas escritas em livros, porque o que acontece, muitas vezes, são esses acontecimentos acontecerem à margem. É preciso também tratá-lo na sua instância, quando falamos da busca das mulheres por espaços estamos falando de várias instâncias, sendo principalmente políticas e sociais.

Acerca das superfícies de emergência é fundamental compreendermos os acontecimentos em tempo e espaço para entendermos as semelhanças e diferenças das condições de irrupção da mulher em cada país específico. Já vimos que sobre o direito ao voto feminino alguns países membros do MERCOSUL foram mais rápidos e outros nem tanto, portanto, tivemos uma amostra de como os discursos podem circular de maneira distinta ou até mesmo correlativa, dependendo do contexto histórico do lugar.

A Argentina, por exemplo, foi um dos países que mais demorou em conceder o direito ao voto, por causa de outras questões que levaram as suas condições de possibilidades serem diferentes de outros países. Em meados da década de 1930, a Argentina passava por uma fase que seria conhecida como a Década Infame, devido a diversos acontecimentos como: corrupção no governo, fraude eleitoral, perseguição aos partidos de oposição política, e o golpe de Estado liderado pelo general José Felix Urubu contra Hipolito Yrigoen (até então, o presidente do país) e terminou com a ascensão de Juan Perón ao poder após o golpe de 1943.

O país argentino vivia algo oposto em contrapartida aos países Uruguai e Brasil no mesmo período, e realmente não tinha como conceder o direito ao voto feminino, algo que só foi conquistado em 1946, após o fim da “*la década infame*”. Mas, continuemos com a discussão sobre os acontecimentos que levaram à irrupção da conquista do espaço da mulher na América Latina, outra questão pertinente para abertura de novas possibilidades para as mulheres foram às consequências dos regimes políticos militares vividos por esses países em diferentes épocas. Segundo Foucault:

A história "efetiva" faz ressurgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo. É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. (FOUCAULT, 2008b, p.28)

Entendemos que o acontecimento além do que já foi dito, não precisa ser algo glorioso, como uma grande batalha, guerra ou revolução, não precisa necessariamente haver embate ou confronto entre dois opostos, por que o que está em jogo são as relações de poder (sempre exercendo um jogo de forças entre dominações e resistências), mesmo aquelas com poucos vestígios de mudanças. Às vezes, a irrupção de um acontecimento que vai abalar as rupturas da sociedade dominante é aquele detalhe imperceptível, que vai passar como insignificante, mas que poderá causar grandes consequências num futuro próximo.

Por isso, seguimos defendendo a ideia que até mesmos os acontecimentos ditos como “difíceis” na nossa “história efetiva” são capazes de fazer ressurgir ou emergir acontecimentos reversos que podem mudar o rumo da sociedade através das relações de forças. A fim de elencar isso, traremos para a discussão os regimes militares sofridos por alguns países do MERCOSUL como elementos históricos, porque acreditamos que esses acontecimentos ditatoriais criaram indiretamente condições para que houvesse rupturas imperceptíveis que logo depois puderam emergir.

Começaremos falando um pouco sobre a ditadura militar na Argentina:

A última ditadura argentina (1976-1983) teve início, por meio de um golpe de Estado, em 24 de março de 1976, o qual depôs a então presidenta da República María Estela Martínez de Perón, também conhecida como Isabelita Perón. No período em que vigorou o autodenominado “Processo de Reorganização Nacional”, uma Junta Militar, composta pelas três armas das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), assumiu o poder e, em seguida ao golpe, indicou o general

Jorge Rafael Videla para presidir o país. A partir de então, desencadeou-se um regime pautado na desindustrialização, no endividamento externo, em sua autolegitimação, na centralização do poder nas mãos dos militares, com participação direta dos civis oriundos das elites nacionais, e no Terrorismo de Estado. Durante a última ditadura argentina, além do ditador Videla (1976-1981), estiveram a frente desse processo os generais, Roberto Eduardo Viola (1981-1981), Leopoldo Galtieri (1981-1982) e Reynaldo Bignone (1982-1983). Estima-se que mais de 30 mil pessoas tenham sido mortas durante essa ditadura. (CRIVELENTE apud SADER; JINKING, 2006)

Antes mesmo do estabelecimento desta última ditadura que perdurou durante anos, o país já vinha sofrendo com uma série de intervenções militares, sendo assim, ao todo os argentinos sofreram seis golpes de estado durante o século XX, quatro golpes (1930, 1943, 1955 e 1962) estabeleceram ditaduras provisórias, nos quais o objetivo era colocar ordem, enquanto os dois últimos (1966 e 1976) estabeleceram ditaduras perversas, já que as forças armadas tinham um papel estratégico, inclusive nessa, foram violados direitos humanos e havendo milhares de desaparecidos.

Dessa forma, foram 53 anos desde o primeiro golpe em 1930 até a queda da última ditadura em 1983, assim sendo, os militares governaram ao longo de 25 anos, impondo 14 ditadores com o título de presidente. No decorrer desse período, todos os governos eleitos democraticamente foram interrompidos mediante golpes de estado.

Além de grupos guerrilheiros, intelectuais, estudantes, religiosos, organizações operárias e sindicais que resistiram à última ditadura, destacou-se a atuação do movimento pelos Direitos Humanos denominado Mães da Praça de Maio, formado em 1977. Era constituído por mulheres que saíam às ruas de Buenos Aires em busca de seus filhos desaparecidos. Junto com as Mães da Praça de Maio, em 1977, foi formado o movimento Avós da Praça de Maio, grupo de mulheres que tiveram suas filhas e noras sequestradas ainda grávidas e seus netos, nascidos em centros clandestinos de detenção, entregues a famílias de repressores. (CRIVELENTE apud SADER; JINKING, 2006)

Precisamos compreender a importância desse momento, quando as mulheres argentinas até então, sujeitas apagadas, silenciadas e colocadas na margem da história, passaram a ocupar um espaço importantíssimo na luta incansável por verdade, justiça, memória e pela vida durante um período tão difícil e cruel na Argentina. Conhecidas como “*madres de la plaza de mayo*”, mães de filhos e filhas desaparecidos, se unem politicamente através dos laços da dor, tristeza, saudade e maternidade, e passam a questionar o poder estatal argentino, mulheres que nunca haviam se envolvido em qualquer ativismo pouco a pouco se juntavam na luta.

Diversas foram às tentativas de obtenção de informações do governo sobre os desaparecidos, e diversas também foram às respostas através do silenciamento. Incessantemente, as mulheres eram

ameaçadas pelas forças armadas, e muitas vezes, com o intuito de deslegitimar sua luta, os governos constantemente as chamavam de loucas, a fim de desacreditar sua luta perante a sociedade. Segundo Foucault, essa é uma conduta típica para “separar e rejeitar”, sendo um dos procedimentos de exclusão mostrados em sua obra *A ordem do discurso*. Nesse caso, o objetivo dos militares era calar e deslegitimar a voz das mulheres, assim como acontecia com os sujeitos considerados “loucos” durante a Idade Média, segundo o Foucault:

Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo. (FOUCAULT, 2014, p. 10)

Apesar desse fato, os militares argentinos não conseguiram alcançar seu objetivo de silenciar as vozes das mulheres argentinas, que evidentemente era caracterizados por tentativas de destituir, destruir e anular as vozes que ecoavam a partir das “madres de la plaza de mayo”. Em vez disso, esses eventos permitiram que o grupo entrasse em contatos internacionais e criassem espaços para o recebimento de testemunhos que difundiram os atos cometidos pela Junta Militar que eram colocados em uma situação na qual era obrigados responder pelas violações aos direitos humanos. Claramente, as mulheres saíram de um lugar de silêncio para se deslocar para outro lugar, um espaço de poder e força para ajudar a derrubar a ditadura, como assim fizeram. Desse modo, a ditadura argentina propiciou novas condições de vida para a mulher argentina na sociedade social e política.

Agora, que contextualizamos e discutimos um pouco da ditadura na Argentina, daremos prosseguimento e tentaremos buscar elementos históricos importantes para a abertura do espaço da mulher na ditadura militar no Brasil. O regime militar brasileiro foi instaurado através de um golpe realizado no dia primeiro de abril de 1964, cabe ressaltar que:

Os antecedentes ao golpe de Estado de 1964 já demonstravam a intensa participação dos militares na política brasileira. As Forças Armadas atuavam como um poder “moderador” em relação ao poder político civil. Os militares exerceram influência direta no suicídio de Getúlio Vargas em 1954, quase impediram a posse de Juscelino Kubitschek no final de 1955 e Jânio Quadros permaneceu no cargo por apenas sete meses, antes de renunciar em 1961, devido às pressões dos militares (CRIVELLENTE apud BETHELL, 2018).

Como podemos perceber antes mesmo da consumação do golpe, os militares indiretamente já exerciam influência nas decisões sobre o país.

Com a renúncia, o vice-presidente João Goulart voltou de missão oficial realizada na China. Ao desembarcar no Brasil, foi impedido pelos militares de assumir o posto deixado vago. O impasse foi “solucionado” com a votação de uma emenda constitucional que instituiu o sistema político parlamentarista. Portanto, em 1961, João Goulart assumiu o cargo de presidente com poderes extremamente reduzidos. O parlamentarismo foi, porém, rechaçado pela população brasileira em um plebiscito realizado em 1963 e o então presidente voltou a exercer o cargo com plenos poderes. Em 31 de março, a grande imprensa brasileira passou a pressionar pela renúncia de Goulart, um dia após ele ter comparecido a um encontro de sargentos e sub-oficiais no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, ato considerado um apoio à quebra da hierarquia militar. Irrompeu, assim, o golpe de Estado que depôs João Goulart. Na madrugada do dia 1º de abril de 1964, o exército se rebelou. Em seguida, o presidente do Senado declarou vaga a presidência da República. Foi um ato totalmente contrário à Constituição brasileira em vigor, já que o presidente não havia renunciado e ainda se encontrava em território nacional. João Goulart preferiu não resistir ao golpe e não acionou as alas militares leais. Partiu para o exílio no Uruguai e depois na Argentina, onde faleceu em 1976. (CRIVELENTE, 2015-2017)

A fim de resistir à conclusão do golpe, sindicatos procuraram organizar uma greve geral, tentativas falhas. Em seguida, representantes da (Aeronáutica, Exército e Marinha) formaram um Junta Militar e assumiram o poder com a promessa de reformar instituições políticas, remover o país da ameaça comunista, restaurar a democracia, estabilizar a economia e restabelecer a disciplina.

A Ditadura Civil-Militar se consolidou e se legitimou por meio dos chamados Atos Institucionais (AIs). Desde os primeiros anos do ditador Castelo Branco, as promessas de realização de eleições livres foram sendo adiadas, com base na nova “Doutrina de Segurança Nacional”. Foram baixados quatro Atos Institucionais (AIs), criado o Serviço Nacional de Informações (SNI) e, em seguida, os Centros de Informações (CIs) das Forças Armadas (Cenimar, Cie e Cisa). O mesmo ocorreu em quase todos os ministérios, universidades e empresas estatais, que criaram as suas Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESIs) para vigiar funcionários, professores e alunos. Estima-se que logo nos primeiros anos da ditadura, entre 3 ou 5 mil funcionários públicos, metade deles das Forças Armadas, foram cassados ou aposentados compulsoriamente. Mais de 500 professores universitários, jornalistas e diplomatas perderam os seus direitos políticos e os seus empregos (BETHELL, 2018). A AESI instalada dentro da Universidade de São Paulo (USP), foi emblemática, responsável por incontáveis denúncias e de perseguições políticas. Ao menos 47 pessoas ligadas à USP foram mortas ou desaparecidas (Comissão da Verdade USP, 2018). (CRIVELENTE, 2015-2017)

A ditadura civil-militar no Brasil durou 21 anos, as mulheres foram parte importante da resistência contra esse período cruel, estiveram presentes nos movimentos de contestação e mobilizações, resistindo de muitas formas. Em busca de democracia e igualdade de gênero, fundaram as organizações feministas: Sociedade Brasil Mulher, Associação Nós Mulheres, Centro

da Mulher Brasileira, Associação das Mulheres de A E Carvalho, SOS Mulher, Coletivo Feminino da Sexualidade e Saúde da Mulher, União Brasileira de Mulheres, Grupo de Mulheres Lésbicas Feministas - GLF, entre outros. Além da criação da imprensa alternativa feminista fundada nos dias sombrios do regime.

Figura 1 - Mulheres e resistência



Fonte: Compilação do autor.<sup>6</sup>

Salientamos que, como partes da resistência foram duramente reprimidas e sofreram tipos de torturas *específicas* por serem mulheres, através da violência sexual. Foram estupradas, algumas abortaram durante as sessões de tortura, onde levavam choques na vagina e chutes na barriga, outras eram torturadas diante dos seus filhos, com o propósito de traumatizar as crianças. Além disso, as

<sup>66</sup>Montagem a partir de imagens coletadas no site da Google imagens.

mulheres militantes de esquerda eram vistas como desviantes do padrão burguês e por isso, eram obrigadas a ficar nuas diante de vários homens que ficavam lhes dirigindo ofensas machistas.

As mulheres brasileiras também fizeram parte diretamente na luta armada onde tiveram papel de destaque contra as forças de segurança do regime, onde muitas foram presas e muitas outras assassinadas. Mas, mesmo atuantes se depararam com barreiras dentro das organizações, e às vezes se encarregam de ações perigosas por serem sujeitos menos visados pelas forças repressoras. Foram elas e por elas que ainda iniciaram o movimento pela anistia:

Além de militantes de base e lideranças políticas das organizações de esquerda, as mulheres tinham outras facetas que se tornaram importantes na luta pela anistia e pelos direitos humanos: companheiras, mães, filhas, irmãs, organizadas nas mais diversas formas de luta, procurando por maridos, filhas e filhos, pais, irmãos, incansáveis diante dos portões dos presídios. Por exemplo, em 1968 com o aumento das manifestações e da repressão contra a juventude surge um movimento de mães em defesa de seus filhos no Rio de Janeiro, que ficou conhecido como União Brasileira de Mães. Essas mulheres se conheceram, uniram-se e formaram comissões de familiares de presos e desaparecidos. Aquelas que haviam saído dos cárceres da ditadura iam se incorporando a essas comissões, levando sua experiência de luta e o testemunho de seu sofrimento. Desses grupos iria se originar o Movimento Feminino pela Anistia que, unindo mulheres e homens, se estendeu pelo país, ampliado pela formação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e seus comitês regionais espalhados por vários estados. As mulheres lideraram e formaram grande parte das lideranças na luta pela anistia, em diversas organizações. (CRIVELENTE, 2015-2017).

Essas práticas discursivas sobre as mulheres brasileiras durante o período da ditadura são elementos históricos pertinentes para se compreender o processo de abertura das condições de possibilidades para as mulheres na América do Sul. Mulheres revolucionárias lutaram para conquistar seu espaço desde há muito tempo, como vimos na Argentina, agora no Brasil e é o elemento que buscaremos no próximo país, o Uruguai.

Seguindo uma regularidade entre muitos países da América Latina, o Uruguai também passou por um processo de regime militar que durou 12 anos, entre 1973 a 1985. A crise no país deu início ao final da década de cinquenta, primeiro porque a economia e a política davam sinais de desgaste, e segundo, que a situação piorou bastante quando o Partido Nacional, conhecido como “*los blancos*” ganhou as eleições em 90 anos, frente ao Partido Colorado. Dessa forma, a ditadura foi instaurada:

Em 1973, assumiu o governo Juan María Bordaberry, que tinha origem no ruralismo uruguaio, mas, de certa maneira, simbolizava a continuidade de Pacheco (FINCH, 2018). Entretanto, a crise generalizada empurrava o poder diretamente para as mãos dos militares. Assim, dez dias após assumir, Bordaberry determinou a criação do “Consejo de Seguridad Nacional” (COSENA). Dessa forma, o governo

passava a ser diretamente integrado à cúpula de comando militar (CAETANO; RILLA, 1987). Em junho do mesmo ano, Bordaberry dissolveu as Câmaras de representantes e fechou o palácio legislativo. Em seu lugar, foi criado um “Conselho de Estado” para assumir as funções legislativas e foi “facultada” às Forças Armadas adotar todas as medidas que pudessem assegurar os serviços públicos essenciais. (CRIVELENTE, 2015-2017)

Opositores CNT - *Convención Nacional de Trabajadores* imediatamente se lançaram contra o golpe de Estado, criando um plano para uma greve geral na tentativa de resistência. Apesar da consistência de assembleias, das ocupações nas fábricas e a repercussão no país, as forças armadas partiram diretamente para a repressão direta, a fim de conter o movimento. A paralisação foi considerada ilegal e os grevistas foram retirados no uso da força das fábricas, e logo, foram demitidos sem direito a qualquer indenização. Após 15 dias de resistência, a CNT todas as entidades sindicais uruguaias decidiram recuar devido à forte repressão.

Paralelamente à repressão aos trabalhadores, o governo ditatorial passou a perseguir as principais figuras políticas de oposição. Com base na Doutrina de Segurança Nacional “antimarxista”, Líber Seregni, principal líder da Frente Amplio, foi preso, os partidos declarados ilegais e se desencadeou uma forte onda repressiva mediante a censura à imprensa, detenções em massa, restrição das liberdades civis etc. Qualquer indício de simpatia ideológica por organizações de esquerda entre funcionários públicos ou da educação levavam-nos à exoneração sumária. Em meados da década de setenta, o Uruguai era o país com a mais elevada proporção de presos políticos em relação à sua população total (FINCH, 2018). Inclusive, as violações sistemáticas aos Direitos Humanos levaram o governo estadunidense de Jimmy Carter (1977-1981) a suspender temporariamente a ajuda financeira e militar ao Uruguai. A ditadura autodenominada “civil-militar” se institucionalizou por meio de Atos Institucionais, a exemplo do ocorrido no Brasil. Ante o fim da ameaça guerrilheira, totalmente suplantada em 1972, o regime buscava se legitimar com base na estabilidade política partidária e econômica. (CRIVELENTE, Mariana Ramos. 2015-2017)

Em 1981, quando o general tinha sido nomeado Gregório Alvarez, o regime começava a se mostrar desgastado e pressionado por aberturas políticas, a “estagnação econômica, seguida da queda de 14% do PIB – Produto Interno Bruto, da crescente alta da inflação e do aumento da dívida externa, na casa dos US\$ 4,6 bilhões, aceleraram a transição e restabelecimento de um regime democrático”. A partir de 1983, muitas mobilizações (os espaços culturais são usados para ações de resistência e luta) passaram a ocorrer, uma delas foi o importante ato na capital Montevideu em novembro de 1983, com a participação massiva da população.

A ditadura uruguaia chega ao fim em 1984, quando atos institucionais são cancelados e presos políticos são liberados, sendo assim, em novembro do mesmo ano Julio María Sanguinetti (Partido Colorado) é eleito presidente com 41% dos votos. Assim como outros países, no Uruguai as mulheres também tiveram um papel coadjuvante essencial na luta para derrubar o regime militar constituído, as uruguaias fizeram parte da resistência de forma substancial.

Primeiramente, coube ao movimento social feminino durante o período opressor encontrar formas de atuações que não desarticulasse o movimento e nem expusessem claramente as ideias desses grupos feministas. As uruguaias lutavam pelo protagonismo, representatividade e reivindicações em defesa dos direitos humanos, enquanto tinham que se defender politicamente contra o regime. Além disso, muitas sofreram uma série de violências sexuais, e foram levadas para centros de torturas instalados em Montevideú.

Algumas dessas violências sofridas pelas uruguaias foram ressignificadas em 2011, quando um grupo de 28 ex-presas políticas entrou com uma ação na justiça uruguaia por violência sexual e estupro contra mais de 100 agressores militares no contexto da ditadura. Isso, devido à impunidade existente no Uruguai até os dias atuais, os agentes militares do Estado perpetradores da repressão e das violações dos Direitos Humanos seguem impunes nos país:

Em 1986 foi proposta e promulgada por Sanguinetti a “Ley de Caducidad”, de anistia aos torturadores. Um referendo de 1989, que colocou em pauta a discussão popular de manutenção de tal anistia, foi aprovado com 57% dos votos. Somente em 2011 a “Ley de Caducidad” foi declarada sem efeito. Porém, uma decisão da Corte Suprema do Uruguai, em 2013, considerou os crimes de violações aos Direitos Humanos, perpetrados durante a Ditadura Civil-Militar uruguaia (1973-1985), sujeitos à prescrição e, portanto, não poderiam ser julgados. Contudo, mesmo diante da impunidade, as políticas e iniciativas por memória, verdade e justiça, têm se multiplicado no país. (CRIVELENTE, 2015-2017)

Por causa da impunidade e demora da justiça uruguaia, o grupo planejou em 2020 o comparecimento na Comissão Interamericana de Direitos Humanos para expressar a situação e a insatisfação, no entanto, a pandemia do coronavírus atrasou seus planos. A denúncia também revelou histórias enterradas nas masmorras da tortura, que foram recuperadas através de alguns depoimentos, um desses depoimentos foi de Brenda Sosa:

Brenda Sosa se escondia em uma casa de campo em Canelones, perto de Montevideú, quando a casa foi cercada por militares numa noite de inverno em 1972. Ela tinha então 21 anos e fazia parte de uma célula de apoio logístico ao Movimento de Liberação Nacional (MLN), os “tupamaros”. Naquela época, esse grupo de guerrilha, ao qual pertenceu o ex-presidente José Mujica, “estava no seu auge, tinha uma boa imagem, tipo Robin Hood, e eu sonhava em entrar”, diz

Brenda, agora uma aposentada de 69 anos casada e mãe de dois filhos. Na noite de sua prisão, Brenda Sosa foi levada para o nono quartel de cavalaria, no nordeste da capital. Foi submetida a interrogatórios que incluíam afogamentos e choques elétricos nos mamilos e nas genitais com um dispositivo que os uniformizados chamavam de “o aguilhão”. Em uma dessas intermináveis sessões, a colocaram cara a cara com um colega de seu grupo guerrilheiro. “Levaram-no para que presenciasse como me torturavam, para fazê-lo falar”. (MASMORRAS DA LOUCURA)

Assim como Brenda, outras mulheres: Ana Amorós, Luz Menéndez, Ivonne Klingler e Anahit Aharonian passaram por esses centros clandestinos de torturas, ambas tinham menos de vinte anos. Inclusive, Ana Amorós foi presa no início da ditadura em 1972, e uma das primeiras violências que fizeram a passar, foi um chicote sob seu corpo nu na frente de um grupo de militares, antes de estuprá-las. Infelizmente, como aconteciam na ditadura no Brasil, as mulheres uruguaias também sentiram a força e o poder de um regime militar político diretamente em seus corpos.

Diante da questão sobre as marcas da ditadura nos corpos das mulheres, então, atentemos que o corpo do sujeito constitui-se a partir da normalização das relações de saber-poder que o atravessam, com base teórica em Milanez (2019, p.19):

O corpo se confirma em uma existência histórica, pois pode ser visto e vivenciado em espaço e volume. O corpo ocupa um espaço geográfico, institucional e biopolítico, cujo elemento visual instaura o lugar do olho da vigilância. O seu volume, a meu ver, é substância que transforma em um suporte daquilo que pode ser visto e ao mesmo tempo ouvido, que está presente e se dá a ver em um lugar e uma data específicos.

Entendemos que essa noção de corpo é compreendida como um espaço que enuncia uma existência histórica, podendo ser vivenciado através de espaço e volume por marcas históricas. Sendo assim, caberia dizer que o corpo da mulher diante de um regime político pode ser evidenciado por suas marcas, essas marcas são as séries de violências sofridas por algumas dessas sujeitas.

O corpo dessas mulheres é deslocado do período da ditadura para a atualidade, já que ainda buscam por justiça, todavia, as marcas do regime ainda são evidentes nesses corpos e nos revelam um dado histórico singular, geográfico, institucional e biológico que foi às ditaduras, nesse caso em específico, do Brasil e Uruguai, na qual evidenciamos essas violências.

Quando a ditadura civil-militar uruguia passou a perder sua força, as atuações das mulheres cresceram, e na década de 80 houve o surgimento de diversos centros de pesquisa sobre a realidade das mulheres no país. Um dos mais conhecidos até hoje, foi fundado em 1979, pela socióloga brasileira Susana Prates, juntamente com outras ativistas intelectuais, o Grupo de Estudios sobre La

Condición de la Mujer Uruguay - GRECMU. O grupo também funda um projeto que denuncia as condições femininas no período ditatorial, assim enuncia propostas feministas para partidos políticos.

Após os partidos políticos negociarem com os militares a abertura do regime político, a atuação feminista passa a dedicar-se em ações para a melhoria do espaço da mulher uruguaia. Assim, outros grupos são fundados com o objetivo de mudar a situação da mulher, o PLEMUU - Plenario de Mujeres del Uruguay, criação do boletim Ser Mujer, que divulgava os trabalhos do projeto “Condición de la mujer” de la Asociación Uruguaya de Planificación Familiar e Investigación em Reproducción Humana - AUPFIRH, o Cotidiano Mujer, fundado em 1985, primeira revista fundada por um coletivo feminista, assim como o jornal *La Republica*, *La Republica de las mujeres*, fundado em 1988, e muitos outros foram surgindo até os dias de hoje.

Diante da imersão dos acontecimentos histórico-discursivos sobre as mulheres defronte de ditaduras políticas, em seus respectivos países: Argentina, Brasil e Uruguai, previamente discutidos, a repreensão política possibilitou o surgimento de novos sujeitos reinterpretando o contexto em que estavam inseridos. Mas, antes mesmo de partirmos para essa discussão sobre a irrupção da mulher e as prováveis condições que levaram a aberturas políticas, muitas aberturas sociais que foram emergindo até o fim do século XX, continuemos, com a discussão teórico-analítica sobre a Venezuela e posteriormente, o Paraguai.

Assim, como outros países, a Venezuela também passou por momentos conturbados e ditatoriais desde a sua independência em 1811, mas que apenas foi consolidada após sua saída da federação da Grã – Colômbia (que era formado por: Equador, Panamá, Venezuela e Colômbia) no ano de 1830. Desde então, o país passou por períodos difíceis, dentre os anos seguintes até o fim do século XIX e o início do século XX, após um longo período de regimes ditatoriais, enfim o país deu início a um processo de transição democrática, sendo apenas em 1958 que a Venezuela vai conseguir realmente alcançar a democracia, com as eleições de dezembro do mesmo ano.

Essa conquista se deu pelo esforço dos principais partidos políticos em consolidar a jovem democracia, assinando o *Pacto de Punto Fijo*, que segundo Aguirre: “O Pacto de Punto Fijo, concluído na Venezuela em 1958, se deu através do acordo político de governabilidade entre os partidos signatários Acción Democrática (AD), Comité de Organización Política Electoral Independiente (COPEI) e a Unión Republicana Democrática (URD), marcou o início de uma vida democrática realizada por meio da articulação de assuntos de “interesses e demandas como forma

de obter a estabilidade democrática” (AGUIRRE, 2020, p.1). Inclusive, essa ação propiciou o país certa estabilidade democrática e política, que iria dominar o cenário político por quatro décadas.

Foi assim que o país venezuelano se tornou a democracia mais duradora na América do Sul, desde 1958, justamente em contrapartida com os outros países, como Argentina, Brasil e Uruguai. Isso tudo começou a desmoronar no início da década de noventa, “quando a economia do país, altamente dependente do petróleo, afundou-se em uma recessão ao longo de uma década devido à crise do combustível: a população viu sua taxa de pobreza quase dobrar” (SPERANDIO, 2020). No entanto, o país venezuelano não se transformou novamente em uma ditadura de um dia para outro, mas vivenciou a fusão de uma série de acontecimentos, como a instabilidade econômica e política.

Para alguns, o ponto de partida para a ditadura foi à eleição de Hugo Chávez, em 1998, e o início de seu governo em 1999, onde os militares começaram a assumir postos importantes no seu governo. Em 2001, o governo já desagradava os empresários em consequência de algumas medidas: a) a implantação de medidas socialistas; b) o enfraquecimento de instituições democráticas; c) perseguição e prisão de opositores políticos; d) combate ao neoliberalismo; e) medidas contrárias a globalização e o capitalismo, dentre outras. Inclusive, estas medidas levavam ao enfraquecimento da democracia em nome de um governo ditatorial e isso acabou gerando a perda de apoios políticos.

Posteriormente, em 2002, foi iniciada uma greve geral no dia 12 de abril, onde “golpistas” nomearam um novo representante político, Pedro Carmona, representante dos empresários. Apesar disso, milhares de apoiadores de Chávez saíram às ruas e tomaram o centro da capital venezuelana, pressionando Carmona a abandonar o governo, eis que no dia 14 de abril, dois dias depois da tentativa de golpe, Hugo Chávez retoma seu governo, todavia, ao longo dos anos surgiram diversos conflitos e princípios de guerra civil que vem desestabilizando a economia venezuelana.

Independentemente da situação do país, todas as tentativas de retirar Hugo Chávez do poder foram falhas, mesmo após a sua morte em 2013, a Venezuela vive o regime ditatorial até os dias atuais. O regime segue sob a manutenção do então, vice-presidente e agora seu sucessor, Nicolas Maduro, que deu continuidade à ditadura militar socialista inaugurada por Chávez e a sua política “chavista” composta por censura, autoritarismo e perseguição dos opositores.

Neste contexto, autoridades internacionais reconheceram que a Venezuela se transformou em uma ditadura militar, de acordo com Sperandio (2020): “apenas em 2017, a partir da usurpação do poder do Congresso e da apropriação das competências da Assembleia Nacional pela Suprema Corte, a Venezuela passou a ser amplamente reconhecida como uma autocracia.”. Diante de todas essas informações, o país venezuelano vive um período bastante peculiar, em contrapartida há

outros países membros do MERCOSUL, sendo o único no bloco econômico que ainda vive um regime militar no durante o século XXI. No entanto, ressaltarmos que a Venezuela está suspensa do MERCOSUL desde 05 de agosto de 2017 por descumprimento de seu Protocolo de Adesão realizado em 2012, quando aderiu o bloco, e por violação da Cláusula Democrática do Bloco.

Obviamente, não é muito difícil imaginar, como essa situação afeta diretamente as mulheres venezuelanas, que sempre tiveram e ainda têm muitas dificuldades para alcançar seus objetivos, já que muitos aspectos da autonomia feminina foram negligenciados, uma mostra disso é lentidão na criação de leis que as beneficiem, sendo a primeira lei sobre a violência contra a mulher, datada em 1998, e a mais recente, datada em 2007, que é a Lei Orgânica sobre o Direito das Mulheres a uma vida Livre de Violência que prevê penas de prisão de até 20 anos.

A fim de melhorar a vida das mulheres venezuelanas, no ano de 2006 vai surgir uma organização no país, chamada *Observatório Venezuelano dos Direitos Humanos das Mulheres* para justamente acompanhar o cumprimento dos direitos humanos das mulheres por parte do Estado venezuelano previsto na Constituição de 1999. A fundação é uma instância que reúne mais de 40 organizações de mulheres na Venezuela e age no acompanhamento e avaliação dos direitos, como também influenciam no processo de tomada de decisão política.

Recentemente, uma mulher venezuelana escreveu um artigo que denunciava a situação das mulheres em seu país, o seu nome é Laura Vidal, pesquisadora e doutora em Ciências da Educação que teve seu artigo publicado e compartilhado por *Global Voices* – uma comunidade internacional e multilíngüe de blogueiros, jornalistas, estudiosos e ativistas dos direitos humanos, por Public Radio International, IFEX, NACLA, entre outros. A autora expõe diversos depoimentos acerca e sobre a situação das mulheres na Venezuela, em um desses, a autora expõe o relato de um artista e ilustrador venezuelano Leonardo Gonzalez que deixa claro, a situação das mulheres venezuelanas:

Apresentando Patricia, minha irmã, a verdadeira Mulher-Maravilha. Mãe solteira de dois filhos, cuidando dos negócios com o tornozelo quebrado durante nove meses. Em meio aos protestos e ao caos na Venezuela, a morte de nosso pai, e a impossibilidade de conseguir trabalho, ela continua lutando mais do que qualquer um que eu conheço. Enorme respeito por esta mulher. Se comparada a ela, eu sou uma bobona. (VIDAL, Global Voices)

Figura 2 - Mulher Maravilha Venezuelana



Fonte: Página do Global Voices<sup>7</sup>

O depoimento e imagem refletem a conjuntura das mulheres na Venezuela, bem como também as dificuldades nos avanços feministas no país, as dificuldades em conseguir os direitos considerados básicos. Sendo assim essas sujeitas não escapam do autoritarismo do governo e são as mais afetadas. Segundo Vidal (2018), “44% dos lares do país mantidos por mulheres”; são elas que “sofrem nas longas filas do supermercado, que enfrentam o debilitado sistema de saúde, quando seus entes queridos ficam doentes, e que choram pela morte de um filho pelas mãos da polícia”.

Além disso, as mulheres têm que lidar com as estatísticas que assombram seu gênero, que de acordo com Vidal (2018): “A taxa de feminicídio na Venezuela está agora entre as 15 mais altas do mundo, segundo três organizações locais de monitoramento de direitos. Diversos casos de abuso sexual contra mulheres, cometidos por autoridades policiais, foram reportados durante os protestos de 2017”, e ainda lidar com a ilegalidade no aborto, sendo uma exceção, especialmente em casos de risco a vida materna.

<sup>7</sup> Disponível em <<https://globalvoices.org/author/laura-vidal/>> Acesso em: 27 jan. 2022.

Mas, enfim, porque a necessidade de retratar esses pontos que na verdade são acontecimentos atuais e não elementos históricos que se caracterizam como um dos objetivos desta seção, isto é, porque é preciso mostrar que muitas das dificuldades vivenciadas por argentinas, brasileiras e uruguaias durante regimes ditatoriais em seus respectivos países no século XX, estão sendo experienciadas em dias atuais na Venezuela. Ou seja, são condições histórico-discursivas distintas entre países próximos, uma situação que para o Foucault é normal, é normal que países, estados, territórios ou nações, se desenvolvam de maneiras diferentes, uns se “desenvolvem mais facilmente e de forma mais abrangente em certos países” (FOUCAULT, 1995a, p. 234), do que em outros, visto que, as condições de emergência podem ser distintas, isso também é o que vai acontecer com o Paraguai, que também possui condições distintas de outros países membros do MERCOSUL. O Paraguai é imprescindível para a compreensão política latino-americana.

Umás séries de acontecimentos antecederam o golpe de 1954 no Paraguai, o país que vivia sob controle das disputas oligárquicas entre os dois maiores partidos: o partido Liberal e o partido conhecido como Colorado. A luta entre esses dois partidos levou o país às diversas guerras civis, além do conflito com a Bolívia, na primeira metade do século XX, numa guerra denominada *Guerra do Chaco* (1932-1935).

Esse conflito, considerado um dos mais sangrentos da história da América Latina acabou agravando a situação política, social e econômica do país, ficando completamente arrasado. Mesmo que o Paraguai tenha saído vitorioso do embate contra a Bolívia os efeitos da guerra e as crises repercutiram diretamente na instabilidade paraguaia. Todo esse contexto culminou na fragilidade das instituições democráticas e acabou criando um cenário para a instauração do regime ditatorial, comandado pelo general, Alfredo Matiuda Stroessner, conseqüente ao crescimento do domínio do Partido Colorado, que criou lacunas para abertura do regime.

A partir de 1948, quando houve um domínio governamental por parte do Partido Colorado, os partidos opositores (Partido Liberal e Partido Febrerista) foram perseguidos, e seus militares exilados, concedendo a filiação partidária aos membros das Forças Armadas e da Polícia. Vale ressaltar que, indiretamente, os militares sempre estiveram no poder, já que as mudanças políticas no país sempre foram acompanhadas por eventos militares. Na guerra com a Bolívia, por exemplo, as Forças Armadas atuaram como sujeitos principais no controle do Estado, além da vitória que permitiram aos militares uma alta simpatia com a população.

Em maio de 1954, o General Stroessner, juntamente com seu aliado Méndez Fleitas lideraram um golpe que retirou o presidente Frederico Chaves do poder. A instabilidade que o país

vivia desde muito tempo e o descontentamento social, político e econômico por algumas medidas do governo abriram espaço para a conspiração. No mesmo ano também houve “eleições sem concorrência” na qual Stroessner (Comandante-Chefe das Forças Armadas) era o único candidato, e conseguindo tomou o poder.

Para consolidar o regime, o ditador precisou controlar duas instituições-chave, as Forças Armadas e o Partido Colorado (LEWIS, 2018). Segundo Paul Lewis (2018, p. 280): “O primeiro dava-lhe a força bruta que os ditadores requerem, enquanto o segundo lhe propiciava a base popular de que poucos governos militares desfrutaram”. De fato, o poder do “stronato” residiu, justamente, na coesão de uma estrutura de poder interdependente, composta pelos militares, governo e o partido. Cada um desses setores desempenhou um papel fundamental na repressão, no controle político e na mobilização de setores populares. A unificação dessa estrutura de poder nas mãos de Stroessner fez com que ele fosse ao mesmo tempo presidente da República, comandante das Forças Armadas e presidente honorário do Partido Colorado. Esse fator garantiu também a longevidade e estabilidade do regime, sob a forma de um Estado corrupto, repressivo e onipresente (CRIVELENTE apud LAMBERT, 1997)

Assim como as demais ditaduras latino-americanas, não se pode medir o grau de violência do regime, mas esta reprimiu liberdades e é conhecida pela crueldade, dezenas de milhares de paraguaios foram detidos, mortos, torturados ou levados ao exílio, o nível de repressão, brutalidade e intensidade deixou marcas profundas na sociedade paraguaia, além de conceder asilo políticos a diversos criminosos de guerra nazistas, traumas e ressentimentos existem até hoje. Uma das páginas mais chocantes dessa triste história são a acerca das mulheres, tratadas como objetos descartáveis naquela sociedade.

Segundo Crivelente, o ditador tinha sua própria escolta presidencial, criando um regimento com o intuito de evitar riscos de golpes de Estado ou atentado contra sua vida, mas que seu verdadeiro objetivo era a preservação sobre a rede de mulheres, adolescentes e crianças que mantinham o seu serviço, como escravas sexuais. As vítimas eram sequestradas pela rede e mantidas em cárcere, desaparecidas e assassinadas. Mais uma vez, vemos que os corpos femininos foram tratados de maneira bastante peculiar diante de uma ditadura, como aconteceram com as brasileiras e uruguaias.

A ditadura militar de Stroessner começou a perder força a partir de 1980 motivada pela crise econômica, um novo golpe de Estado foi planejado pelo partido Colorado na tentativa de derrubar o ditador:

Com o amplo apoio das Forças Armadas, o general Rodriguez destituiu Stroessner do cargo e convocou nova eleição em um curto período de tempo, de modo que

qualquer oposição não teria tempo hábil para se articular. Rodriguez saiu vitorioso no pleito e manteve-se no cargo até 1993, denotando que não houve uma verdadeira ruptura com o período ditatorial (LEWIS, 2018). Após a eleição de 1993, tomou posse o primeiro presidente civil eleito no Paraguai em mais de 35 anos. O empresário Juan Carlos Wasmosy foi eleito também pelo Partido Colorado. (CRIVELENTE, 2015-2017)

Novamente, mesmo que imperceptível para muitos, as mulheres estiveram na luta contra o regime paraguaio exercendo um papel fundamental. Junto a outros setores para a derrubada do governo ditatorial de Stroessner, o governo teve de ceder às pressões sociais mobilizadas pelas organizações em defesa dos Direitos Humanos, comissões vizinhas e movimentos organizados por mulheres, médicos e professores, que encontraram apoio nos meios de comunicação, esses meios acompanharam as reivindicações e funcionaram para exercer pressões.

Apesar do fim da ditadura, os responsáveis seguiram livres sem ter que responder por nenhum tipo de crime:

Alfredo Stroessner, imediatamente após o golpe de Estado que o destituiu, rumou para o Brasil, onde recebeu asilo político e permaneceu até falecer em 2006, sem nunca ter sido processado ou julgado. Seu filho Gustavo Stroessner também se asilou no Brasil, onde diversos pedidos de extradição foram veementemente negados pela justiça brasileira. Os crimes praticados pelo filho do ditador foram considerados prescritos em 2010. (CRIVELENTE, Mariana Ramos. 2015-2017)

Infelizmente, Alfredo Stroessner nunca respondeu por seus crimes, viveu no Brasil sem dificuldades, em 2010 teve seus crimes considerados prescritos. Sendo que só em 2008 foram implantadas medidas de reparação e justiça para as vítimas da ditadura. No mesmo ano, a “Comisión de Verdad y Justicia” - CVJ do país emitiu em informe sobre a ditadura com um número de 20 mil vítimas do regime, e quatro mil dessas foram assassinadas.

Embora, todos os acontecimentos ditatoriais no país, as mulheres paraguaias tiveram seu protagonismo, no início da década de 80 diversas organizações foram criadas em busca de redemocratização, na luta por presos e desaparecidos familiares, as paraguaias foram à luta independente dos atos autoritários e as consequências repressivas que poderiam sofrer.

Em 1978, foi criado o Banco Paraguayo de Datos - BPDe fechado em 1983, através da repressão, já que parte das integrantes foram presas por uma operação policial e torturadas, segundo relatos. No mesmo ano, foi criado o Centro de Documentación y Estudios, que segundo boatos remontam a organização anterior, tinham o objetivo de investigar o movimento de trabalhadores, organização de mulheres, política e democracia. Também em 1983, houve a criação do Centro

Paraguay de Estudios de La Mujer - CEPEM, onde realizava estudos sobre a mulher e a divulgação de seus direitos.

Como as argentinas, brasileiras e uruguaias, as mulheres paraguaias também estiveram frente às organizações como parte da resistência dos regimes ditatoriais nesses países, com exceção das mulheres venezuelanas, que ainda hoje estão enfrentando essas condições de resistência em um período de ditadura militar. Outro fator regular entre elas são as violências sexuais que sofreram exatamente por serem mulheres, marcas corporais que enunciam as práticas discursivas dos regimes, apesar disso, o que ressaltaremos é o desenvolvimento das mulheres em um período tão difícil, porque dentro desses regimes houve condições que possibilitaram um novo lugar para a sujeita mulher.

Sendo assim, os trajetos ditatoriais em alguns dos países membros do MERCOSUL nos revelaram práticas histórico-discursivas como elementos históricos que foram determinantes para irrupção *da sujeita mulher* em novos espaços de saber/poder nessas sociedades, particularmente em parte da América do Sul. As ditaduras foram um lugar de encadeamento para as rupturas, abalos e rachaduras que deram aos sujeitos à margem (as mulheres) novas possibilidades.

### 2.3 A EMERGÊNCIA DAS MULHERES TRANSEXUAIS NA POLÍTICA

Assim como elencamos alguns elementos históricos que consideramos essenciais para a irrupção do espaço da mulher no contexto, da América do Sul, sabemos também que esses mesmos elementos ajudaram nas condições das mulheres transexuais. Mas, a fim de recortar esses elementos, por ora estudaremos e analisaremos os elementos que acreditamos ter influenciado diretamente no processo de fazer emergir as mulheres transexuais na política.

Sabemos que para falar desses elementos históricos estamos nos envolvendo diretamente com a questão em torno da sexualidade do sujeito, o que nos leva a questão em volta do corpo e do discurso. Assim, em nosso ponto de vista é pertinente elucidarmos o nosso olhar teórico-discursivo a partir do funcionamento discursivo de instituições, leis, práticas e condutas, que com certeza, forneceram condições para a emergência das mulheres transexuais na política.

Guerras, ditaduras, transformações políticas e sociais fizeram parte do contexto do século XX, apesar disso, tivemos o início de novas práticas, novas aspirações, novos sujeitos que foram surgindo como protagonistas de novas realidades, esse é o caso das mulheres. Esses períodos difíceis foram capazes de articular novos movimentos para a participação das mulheres na

sociedade, levando a um crescente protagonismo no crescimento e imersão de novos estudos, novas investigações em campos do conhecimento: filosofia, história, sociologia, medicina, entre outros.

Assim, como ocorreram expressivas mudanças em outros campos da ciência, o campo da saúde e da medicina não ficou de fora, surgiram, medidas, ações e novas práticas assistenciais. Todos esses acontecimentos intermediados por lutas, movimentos e organizações sociais deram-se em prol de condições mais dignas para os sujeitos e da inserção de políticas que garantissem a saúde do sujeito. Dessa forma, foi inevitável o olhar da sociedade para os “novos sujeitos”.

Mas, para Foucault, isso tem uma explicação clara: com o surgimento do capitalismo, emerge uma nova necessidade de pensar o corpo do sujeito, ou seja, o corpo não será mais alvo das repressões penais como no poder soberano. Sendo assim, o sujeito agora teria outra utilidade, gerar bens e serviços em função do capitalismo, assim ele tem que trabalhar para ser produtivo, logo, se ele não produz se torna um corpo descartável. O filósofo francês denomina essa nova era como a do “biopoder” e da “biopolítica”.

A efetivação desse poder se dá por jogos de forças e estratégias, como as instituições (escolas, prisões, hospitais, manicômios, quartéis e fábricas) como conhecemos hoje, se manifestam com o intuito de contribuir para que o corpo seja dócil e produtivo para o capitalismo. No que se refere ao biopoder, ele é definido como o “conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (FOUCAULT, 2008c, p. 3), é o poder de gerenciamento sobre a população, são mecanismos governamentais para que o sujeito tenha um corpo produtivo.

Daí nasce a preocupação com as taxas de mortalidade e natalidade da população, com o saneamento básico, com o desenvolvimento de vacinas, a fim de conter doenças e reduzir os riscos, porque não é mais interessante que o sujeito morra por não ter condições de vida. Essas estratégias de potencializar a vida “a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população” (FOUCAULT, 1999, p.131).

Agora, o estado através de suas políticas é responsável por gerar vida, dar saúde a sua população e ao mesmo tempo incluir o sujeito na sociedade de mercado. Assim, surgem também os cálculos, as estatísticas e as regulações como recursos estratégicos para reduzir os riscos de morte da população. Por isso as mudanças, nesse momento, voltam-se para o corpo do sujeito através dos

mecanismos da biopolítica, o surgimento do cuidado com o corpo humano, desde diagnósticos, tratamentos de saúde, assistência médica e saúde pública, sem falar das preocupações com a reprodução e a repreensão instaurada sob sexualidade do sujeito. Nessa era do biopoder as condutas relacionadas à sexualidade são consideradas ilegais, o que torna a sexualidade um dispositivo na sociedade.

Segundo Foucault, o termo dispositivo é entendido como:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2015c, 138)

Esse dispositivo é regido por engrenagens que engloba toda a sociedade, funcionando como uma rede de discursos, instituições, regras, leis, organizações que visa controlar as ações e as relações de saber-poder. Além disso, esse controle dos corpos, a regulação de práticas sexuais e a delimitação de gêneros são denominadas por Foucault como “dispositivo de sexualidade” (1999). Neste sentido, esse dispositivo acaba sendo determinante na construção do biopoder, isso porque os corpos dos sujeitos passam a ser olhados por suas características sexuais. A subjetividade do sujeito é designada por sua sexualidade, e a forma como ele vivencia sua sexualidade precisa seguir as normas instauradas pela sociedade.

Nesse momento na história o corpo masculino ocupava um lugar de privilegio social e isso propiciava a ele a maior liberdade na expressão de sua sexualidade, levando em conta, que essa sexualidade fosse marcada o menos possível por aspectos femininos, já que as características das mulheres eram inferiorizadas, patologizadas e reprimidas. Dessa forma, as mulheres eram consideradas o sexo “frágil”, e a homossexualidade considerada uma doença, além de ser uma prática considerada ilegal em parte dos países no mundo. Ou seja, eram as mulheres e os sujeitos pertencentes à comunidade LGBTQIA+os indivíduos que mais sofriam com as detenções do dispositivo da sexualidade.

Um dos movimentos que se encaixam na questão da preocupação com a reprodução e que levou a evolução do sujeito mulher como elemento histórico importante, é o movimento da pílula anticoncepcional. Até meados do início do século XX, a condição para a mulher era a sua vida em casa (em seu lar, cuidando dos filhos e marido), não podiam andar desacompanhadas e muito menos

trabalhar, caso fossem casadas. Carreira, dinheiro e poder eram coisas inapropriadas para o sujeito mulher, essas atribuições eram exclusivas aos sujeitos masculinos.

Após o fim de duas guerras mundiais: Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e Segunda Guerra Mundial (1939-1945), enquanto o mundo buscava uma nova ordem mundial, o movimento feminista passou a tomar mais conta dos seus propósitos do público feminino. Sem falar que a condição para a mulher já era outra, em grande parte dos países, tendo concedido a ela o direito ao voto. Nesse mesmo período, a Organização Mundial do Trabalho determinou em uma Conferência Internacional em Genebra, Suíça em 1951, que o homem e a mulher deveriam ter igualdade de remuneração no trabalho, o que foi mais um ganho nas lutas sociais feministas, segundo informações da Organização Internacional do Trabalho – OIT<sup>8</sup>.

Impulsionado pelo ambiente favorável às mulheres, dois pesquisadores americanos, o ginecologista e obstetra, John Rock e Gregory Pincus, um cientista, juntamente com duas mulheres consideradas feministas na época, Katharine McCormick, bióloga, feminista e herdeira da empresa International Harvester e Margaret Sanger, uma enfermeira e ativista, ambas favoráveis na concepção de uma pílula que impedissem gravidezes não planejadas e permitisse a elas, o controle de natalidade, porque enquanto não se libertassem sexualmente, não obteriam os direitos iguais.

Os pesquisadores americanos basearam-se em descobertas em laboratórios alemães e em 1957 após uma série de pesquisas com mulheres de Porto Rico, foi lançada nos Estados Unidos, sendo a primeira marca de pílula anticoncepcional do mundo, denominada de Enovid, na bula do remédio havia um alerta de um possível efeito colateral, a causa da suspensão temporária de fertilidade, o que acabou sendo a causa de uma incessante busca das mulheres pela pílula. Segundo Galileu, em 1960, foi liberado para uso contraceptivo, assim as mulheres tiveram enfim seu corpo “libertado” e passaram a exercer controle de seus corpos, o poder de escolher engravidar ou não, o que possibilitou que tivessem uma vida sexual ativa e livre de armaduras, além da continuidade em suas carreiras.

Até então, as mulheres eram provavelmente novidades na política, liderando as organizações de direitos humanos e sendo frente à resistência, mas com tantas demandas feministas e específicas, houve a necessidade de representação política que abarcasse diferentes sexualidades. Sendo assim nos anos de 1960 e 1980 abrem um leque de oportunidades, para entrar em cena novos atores e questões. Após a segunda onda do feminismo, a articulação entre mulheres heterossexuais e homossexuais foi quebrada pelo crescente atrito existente, já que mulheres heterossexuais

---

<sup>8</sup> Disponível em [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_242716/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242716/lang--pt/index.htm) Acesso em 01 fev. 2022

consideravam as pautas lésbicas secundárias. Visto isso, através das divergências entre pautas feministas, as mulheres homossexuais começaram a se organizar em detrimento de seus próprios interesses.

Outro elemento causador de grande impacto e talvez de suma importância para a união dos movimentos LGBTs, foi à epidemia do vírus HIV, conhecida como AIDS (Síndrome da imunodeficiência adquirida, SIDA; em inglês). A síndrome, infelizmente intensificou causou estigmas para a comunidade, que passou a ser associada pela sociedade como portadora e transmissora da doença, sendo fonte de discriminação à homossexualidade, bissexualidade e transexualidade.

No plano econômico, a AIDS/HIV gerou impactos econômicos significativos, além de milhares de mortos e infectados, talvez por ser uma incógnita quando identificada em 1980, atraiu atenção de toda a medicina mundial e a política internacional que criou um financiamento em escala mundial. Com isso os movimentos antigos se associaram e se resignificaram para o que conhecemos hoje, movimentos LGBTQIA+, a fim de reaparecer renovados e diversificados em um contexto definido de lutas.

Diante desses dois elementos histórico-discursivos, primeiro, a invenção da pílula anticoncepcional e o segundo, a luta mundial em torno de descobertas que fossem capazes de deter a doença AIDS, ficaram mais evidentes as ações da biopolítica retratada por Foucault. A pílula, apesar de ser uma iniciativa com a justificativa feminista, o seu uso com o viés de contenção da natalidade é uma estratégia biopolítica.

Enquanto, as ações políticas em busca de uma resolução contra a doença HIV nos mostram a preocupação com o corpo do sujeito infectado pela síndrome, que independente da orientação sexual perde sua produtividade vital, logo ocasionando problemas significativos ao controle dos indivíduos no sistema governamental neoliberal (o capitalismo). Evidentemente, que essa reação dos governos na busca de uma imediata solução contra o HIV, é uma resposta capitalista para evitar a perda de corpos produtivos e corpos submissos que a doença poderia ocasionar, ou seja, essa preocupação, não é com a vida ou morte dos sujeitos, mas, com a perda de produtividade dos corpos dos indivíduos.

A homossexualidade seria considerada uma doença mental até meados de 1990, infelizmente, muitos médicos e psicólogos acreditavam nisso, só foi em 1992, que a OMS deixa de considerar a homossexualidade como doença. A partir dessa decisão da OMS, houve uma abertura maior para os sujeitos pertencentes à comunidade LGBTQIA+, sendo uma atitude fundamental para

que diversos países pudessem refazer suas leis, principalmente aquelas que puniam a homossexualidade. Então, a partir daí começam a surgir políticas públicas que garantissem que esses sujeitos tivessem os mesmos direitos que as pessoas cisgêneros. Assim como a luta feminista, a comunidade LGBTQIA+ passar a discutir e justificar sua participação política, e assuntos sobre a sexualidade tidos como privados e “tabus” se tornam pautas de ordem pública.

Progressivamente militantes travestis, transexuais começam a formar organizações transgêneros na região da América Latina. A partir disso as organizações LGBTQIA+ priorizaram a necessidade de acabarem com a violência transexual, abusos, acesso a empregos e tratamentos violentos contra HIV/AIDS, reivindicando tratamentos apropriados ao corpo, a promulgação de leis de identidade de gênero, que permitissem a adequação do nome social ao gênero, o acesso a empregos, a educação e a saúde pública.

Sem falar dos efeitos significativos que a queda dos regimes políticos na região da América do Sul propiciou, a queda de regimes ditatoriais elencou mudanças na organização da sociedade civil e política, contribuiu nas transformações e emergência de estratégias políticas discursivas. A fim de mostrar um pouco disso, elencamos algumas pautas já vencidas nos países do MERCOSUL que com certeza contribuíram para a emergência de mulheres transexuais políticas nesses países.

Quadro1–Os direitos LGBTQIA+ na legislação nos países do MERCOSUL

País	Reconhecimento da relação entre pessoas do mesmo sexo	Casamento entre pessoas do mesmo sexo	Adoção por pessoas do mesmo sexo	Permissão aos homossexuais sirva as forças armadas	Anti-discriminação	Leis sobre identidade de gênero/expressão
<b>Argentina</b>	Legal em todo país desde 2015	Legal desde 2010 foi o primeiro país da América Latina a legalizar	Legal desde 2010	Legal desde 2009	Proteção contra crimes de ódio motivados por orientação sexual e identidade ou expressão de gênero desde 2012. (Lei 26.791).	Mudança de nome e sexo de registro sem a necessidade de autorização judicial ou cirurgias prévias. (desde 2012)
<b>Brasil</b>	Legal em todo país desde 2011	Legal em todo o país em 2013	Legal desde 2010	Homossexuais podem servir o exército, a Marinha e a Força Aérea desde 1969	Não há leis específicas. Para fins penais, a homofobia e a transfobia no Brasil constituem crime hediondo e inafiançável	Legal desde 2005, e a partir de 2008 transgêneros e transexuais podem mudar o nome em todos os documentos sem necessidade de cirurgia, tendo leis que protegem o nome social e a identidade de gênero
<b>Paraguai</b>	Proibição constitucional	Proibição constitucional	X	Não há informações	Restrição à liberdade de	Mudança de sexo registrado não é

	desde 1992	desde 1992			expressão	permitida.
<b>Uruguai</b>	Legal em todo país desde 2008	Legal em todo o país em 2013	Legal desde 2009	Legal desde 2009	Proibição de todas as formas de discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, incluindo discurso de ódio. Proteção contra crimes de ódio motivados pela orientação sexual e identidade sexual.	Pessoas transexuais podem mudar seu sexo e nome legal sem necessidade de cirurgias ou ordem judicial. (desde 2009)
<b>Venezuela</b>	Proibição constitucional desde 1999	Proibição constitucional desde 1999	X	X	Proibição revogada da constituição de 1999 no último minuto. Proibição de algumas formas de discriminação com base na orientação sexual e na identidade e/ou expressão de gênero.	A fotografia da carteira de identidade adequada à identidade de gênero manifestada pela pessoa.

Fonte: Compilação do autora<sup>9</sup>

Etapas significativas irromperam em alguns desses países: a) O direito à vida, independentemente de orientação sexual, identidade de gênero; b) O direito à integridade social, refutando todas as formas de preconceito, entre heterossexuais, gays, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros, etc. c) Os direitos civis, incluindo o direito ao casamento civil e à união estável entre pessoas do mesmo sexo, refletindo nos direitos de pensão, sucessão de bens, adoção de filhos, etc. garantidos aos casais heterossexuais. d) O direito de tratamento médico, onde travestis e transexuais buscam ser atendidas pelos órgãos de saúde públicos para realizar as mudanças hormonais e/ou cirúrgicas que condizem com as suas identidades; e) O direito de revisão do nome e sexo nos registros civis para transexuais.

Essas conquistas representam não só a inserção dos direitos LGBTQIA+ nos países, mas a emergência desses sujeitos na sociedade, após tantas lutas e resistências, o mínimo que se podia oferecer são os direitos humanos universais: igualdade, fraternidade e equidade, pelo menos na legislação, porque na prática muitas vezes não acaba sendo tão simples assim.

Apesar disso, são evidentes os desdobramentos discursivos dessas legislações nesses países, já que sabemos que houve sim consequências positivas, o funcionamento dessas leis possibilitou a abertura de espaços para os sujeitos LGBTQIA+, que passaram a ser aceitos de outra maneira na

<sup>9</sup> Informações coletadas da Tabela dos direitos LGBT nas Américas, disponível em Wikipédia.

sociedade, nos lugares institucionais, e esses lugares institucionais abriram as brechas que faltavam para propiciar condições de emergência na política, pois sem essas legislações, dificilmente teríamos mulheres transexuais políticas.

O que percebemos no Paraguai é a comprovação disso, o país aparece na tabela acima como pertencente do MERCOSUL, mas até o seguinte momento, não há a existência de representantes políticos transgêneros no país, ilustrando bem o apagamento dos direitos LGBTs em sua legislação, o que mais percebemos é, invés de liberações, temos mais proibições, o que certamente dificulta a organização da comunidade LGBTQIA+ no país. A primeira política transexual eleita no mundo foi Camille Cabral, segundo Moura (2018, p.45), foi à primeira trans eleita na França no ano de 2001, por voto popular para o cargo de vereadora do 17° *Arrondissement* de Paris pelo Partido Verde durante o período 2001-2005.

Por um lado, não podemos nos esquecer que as condições de emergência para as mulheres transexuais foram surgindo gradualmente após a inserção de outras mulheres cisgêneros na política mundial, exemplos de mulheres eleitas para serem chefes de estados e governos: Margaret Thatcher, ex-primeira-ministra do Reino Unido, Dilma Rousseff, ex-presidente do Brasil, Indira Gandhi, ex-primeira-ministra da Índia, Golda Meir, ex-primeira-ministra de Israel, Angela Merkel, chanceler da Alemanha, Jiang Qing, ex-primeira-dama da China, Jacinda Ardern, primeira-ministra da Nova Zelândia, Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile, dentre outras. Assim, podemos dizer que concluímos o nosso objetivo nesse capítulo, de identificação dessas condições de possibilidades que promoveram a irrupção de mulheres políticas no MERCOSUL.

### 3 AS MULHERES TRANSEXUAIS POLÍTICAS DO MERCOSUL EM AUDIOVISUALIDADES

Preliminarmente, antes mesmo de estabelecermos as principais regularidades e diferenças entre as audiovisualidades que compõem o *corpus* de pesquisa, que é o principal objetivo do capítulo, é necessário a compreensão da estrutura do capítulo. Em um primeiro momento, explanamos a ferramenta audiovisualidade e seu arquivo audiovisual *YouTube* como objeto discursivo das mulheres transexuais políticas. No segundo, especificamos as nossas escolhas metodológicas. No terceiro, explicamos acerca do importante bloco-econômico sul-americano MERCOSUL e, por fim, no terceiro e último momento, apresentamos as sujeitas transexuais na política, objeto desta pesquisa, estabelecendo questões teórico-analíticas.

#### 3.1 ARQUIVO AUDIOVISUAL: O YOUTUBE COMO OBJETO DISCURSIVO DAS AUDIOVISUALIDADES

A investigação do objeto e a constituição de *corpus* constituído por discursos sobre as mulheres transexuais políticas nos países do MERCOSUL perpassam sobre a concepção de audiovisualidade, já que o nosso objeto se configura enquanto arquivo audiovisual que vai materializar os corpos dos sujeitos transexuais escolhidos em vídeos colocados na plataforma *YouTube*.

Sobre essas modalidades audiovisuais, primeiramente, é importante compreendermos o termo audiovisual que provém do diminutivo do termo “audiovisualidades”, elaborado pelo pesquisador Nilton Milanez. O autor apresenta a seguinte definição:

Audiovisualidades é uma noção que já nasce plural, o que implica a extensão de seus domínios e os tipos de articulação que elas podem estabelecer com objetos e discursos. As audiovisualidades são fatos históricos que possuem um tipo de organização específica, à qual cabe sua descrição e investigação para se compreenderem em casos de discursos, sendo estes que fazem proliferar as audiovisualidades. Essa pluralidade também fala de sua mobilidade, descontinuidade e heterogeneidade. São enunciações em um campo ordenado por séries de audiovisualidades em jogo de coexistência dentro de um sistema e entre si. Elas constroem, então, as significações, no interior de uma rede de relações, cuja natureza é polidimensional. (MILANEZ, 2019, p. 7)

Compreendemos, portanto, que as audiovisualidades são a materialização de discursos dentro de um “sistema vidiático”, produzido por meio de diversos componentes formadores: os elementos visuais (imagens, desenhos, gráficos) e os elementos sonoros (efeitos, música, voz, ruído entre outros). São esses elementos audiovisuais que irão compor uma audiovisualidade, a partir daí,

cada audiovisualidade vai construir suas próprias significações dentro de uma rede de relações de saber/poder, sendo essas relações fatos históricos.

Esses entrelaçamentos audiovisuais servem tanto para a (re) significação de novos discursos, quanto para a reprodução de discursos atravessados em nossa atualidade. Por isso, a necessidade da descrição e da investigação das audiovisualidades para estabelecer os domínios e objetos materializados naquele arquivo audiovisual.

O arquivo audiovisual enquanto objeto dessa pesquisa é a plataforma *YouTube*, uma rede de compartilhamento de vídeos que foi fundado por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim em fevereiro de 2005, nos Estados Unidos. A origem do seu nome provém do inglês *you*: você (em português) e *tube*: tubo, uma definição muito usada para designar a televisão, sua significação seria como: você na tela, você transmite, você na televisão.

Essas primeiras informações já nos são interessantes porque nos fazem compreender o *YouTube* como o primeiro lugar que abre espaço para os todos sujeitos, não só aqueles que fazem parte do universo cinematográfico do cinema e televisão. Essa abertura possibilitou aos sujeitos anônimos a irrupção de um novo lugar que “passa a ser compreendido como espaço para todos, todas as minorias, ao falarmos de comunidades, incluindo todo e qualquer sujeito que tenha algo para mostrar” (MILANEZ; PRATA, 2016, p. 49). De acordo como a própria plataforma, essa é realmente a intenção “dar a todos uma voz e revelar o mundo”, ou seja, o *YouTube* é um espaço que possibilita a visibilidade aos sujeitos que os desejam. Ainda sobre a plataforma sua missão se baseia na liberdade de expressão, direito à informação, direito à oportunidade e liberdade como pertencimento.

A plataforma chegou ao Brasil no ano de 2007, nesse mesmo período entre 2007-2008 chegou à diversos países, talvez pela acessibilidade fácil, logo ganhou repercussão mundial, com sua interface acessível à qualquer sujeito, em qualquer lugar do mundo, o usuário de um computador pode postar seus vídeos na internet através do *YouTube* e ainda ser acessado por outros milhões de sujeitos em poucos minutos. Sem falar do formato, a rede aceita arquivos de vídeo com formatos comuns, facilitando a vida do sujeito que não detém de uma boa câmera profissional. Outra questão que também pode ter ajudado na emergência da plataforma e seu rápido sucesso, foi à grande variedade de cobertura que tornou o compartilhamento de vídeo uma das mais importantes da cultura da Internet.

Para sintetizar, Foucault (2000a, p.148) nos ensinou que temos “que dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história”. Tais fundamentos demonstram que o discurso das audiovisualidades é

um modo de compartilhamento da história de um quadro de dispersão temporal, mesmo que a fluidez de seus encadeamentos contradiga-se em relação a outras formas de história. (MILANEZ, 2019, p. 23)

Enquanto, audiovisualidade podemos perceber que o *YouTube* se configura como um espaço detentor de fatos históricos, esses fatos se materializam a partir de: a) construção da plataforma; b) seu sucesso e expansão mundial; c) ascensão, legitimação e visibilidade a todos os sujeitos pertencentes a sociedade cibernética, que até então, eram sujeitos anônimos (invisibilizados) em outros espaços. Portanto, a plataforma se caracteriza como um tipo de organização histórica que possui elementos da modalidade audiovisual, sendo assim, merece nosso destaque, descrição e investigação, porque vai ser um sistema de dispersão atemporal constituído de discursividades.

Neste sentido, o *YouTube* por ser um objeto constituído de audiovisualidades, realiza há diretamente uma ligação entre discursos, corpos e sujeitos, formando um encadeamento audiovisual, isso porque esses três elementos funcionam como engrenagens nas audiovisualidades, pois não existe audiovisualidade sem a presença de sujeitos, logo se há sujeitos, há corpos, e se há corpos de sujeitos, persiste a materialização de discursos. Para Milanez:

O corpo, afinal, é o motor de funcionamento para o discurso nas audiovisualidades, ainda que ele não esteja em cena e exista apenas na prática por trás das câmeras. Por tais razões, o corpo e seu arquivo jamais atingirá a descrição na sua totalidade, mas deverá dizer com relevância sobre a nossa atualidade, sobre nossa postura no de sujeito no presente, delimitando a alteridade das posições, ao revelar as especificidades de cada discurso. (MILANEZ, 2019, p. 24)

Deste modo, tomamos como base analítica nesta pesquisa o corpo do sujeito na audiovisualidade *YouTube*, como já discutido, particularmente essa dissertação se configura na compreensão dos sujeitos mulheres transexuais políticas em países pertencentes ao bloco econômico sul-americano MERCOSUL. Mas, antes de partirmos para a apresentação do *corpus* de pesquisa, é importante entendermos que, para Milanez (2019), o corpo do sujeito na audiovisualidade se constitui de sentidos e posicionamentos discursivos que nos ajudam e direcionam os nossos olhos a movimentos corporais durante o percurso audiovisual que vai gerar enunciados discursivos.

Esses enunciados discursivos que aparecem no arquivo audiovisual nos revelarão nossa atualidade e nossa postura enquanto sujeitos no presente. Vale ressaltarmos que Foucault compreende o “arquivo” como “o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como

acontecimentos singulares” (2019, p. 158), logo se o arquivo é um esquema enunciativo, o *YouTube* é o arquivo audiovisual que funciona como sistema para as enunciabilidades dos sujeitos.

Assim, permeando entre as ideias de Michel Foucault e a leitura/interpretação de Nilton Milanez fazemos alguns questionamentos acerca do *corpus* a partir do objeto *YouTube*, como arquivo da nossas audiovisualidades. Nossas principais interrogações são baseadas em Milanez (2019, p. 24): Quais saberes, que conhecimentos o corpo vai produzir enquanto discurso no *YouTube*? Que modos históricos, sociais, econômicos, geográficos e linguísticos o corpo do sujeito trans na política vai fazer eclodir no enquadramento discursivo audiovisual? Quais saberes dados pelo ver e pelo ouvir vão constituir as materialidades do discurso do corpo trans no movimento audiovisual? São essas problemáticas que esperamos respondermos até ao fim desta dissertação.

O corpo, o discurso, o sujeito transexual político e a arquivo audiovisual *YouTube* serão as palavras, ou melhor os campos mais importantes desta dissertação, pois o nosso principal objetivo é desvendar os mistérios ontológicos da nossa atualidade. Ou seja, problematizar, discutir e analisar a materialização dos discursos no que tange o sujeito “mulher transexual política”, estabelecendo questões teórico-analíticas que possam nos levar ao embate entre as enunciabilidades discursivas do corpo e suas decifrações nas audiovisualidades na atualidade.

### 3.2 O ENCADEAMENTO DAS SÉRIES VISUAIS: QUESTÕES METODOLÓGICAS

O *corpus* de análise é constituído por vídeos veiculados na plataforma *YouTube*, um lugar que passa a ser um espaço de visibilidade da sujeitas transexuais e seus modos de fazer política em alguns países da América do Sul. O *corpus* se compõe de doze vídeos, publicados em 2016 e 2020. Os vídeos estão divididos e separados em dois tipos de formações:

- a) Assembleias: são as mulheres trans no campo institucional político, discursando no espaço legislativo, assembleias ou congressos.
- b) Entrevistas: apresentam esses sujeitos em espaços interativos, em entrevistas discorrendo questões em torno de si e da comunidade LGBTQIA+.

Os procedimentos metodológicos adotados para o encadeamento das séries audiovisuais se referem a noções foucaultianas da obra *A Arqueologia do Saber*, basicamente do capítulo A formação dos objetos, juntamente com o conceito de “audiovisualidades” segundo Milanez (2019) em seu livro/trabalho *Audiovisualidades: Elaborar com Foucault*.

Primeiramente, as noções: “instâncias de delimitação” e “as grades de especificação”

(FOUCAULT, 2019, p.51), nos auxiliarão na construção das séries audiovisuais a partir dos vídeos do *YouTube*:

- a) O primeiro procedimento é através da noção “instâncias de delimitação”, ou seja, a delimitação do objeto, no caso, das mulheres transexuais políticas pertencentes a países do MERCOSUL, a política e organização são dois lugares delimitados para as regras de formação do objeto a ser estudado.
- b) O segundo procedimento é apontar, reagrupar, classificar, e separar os vídeos com as mesmas regularidades presentes em duas formações: assembleias e entrevistas, sob a perspectiva “as grades de especificação: trata-se dos sistemas segundo os quais separamos opomos, associamos, reagrupamos, classificamos” (FOUCAULT, 2019, p.51).
- c) O terceiro procedimento é analisar e recortar os enunciados discursivos nos vídeos presentes em ambas as formações, e partir disso, construir as séries evidenciando a materialização da produção de um novo discurso.

Além disso, a perspectiva metodológica complementa a análise dos discursos nas audiovisualidades, já que o nosso material audiovisual-discursivo opera a partir de mecanismos e estratégias audiovisuais. Sendo assim, além de constituir as novas séries, “descrever o modo de o sujeito ser mostrado sob as audiovisualidades na perspectiva de um movimento de câmera, da posição espacial que ele ocupa dentro do quadro, do ângulo que lhe é atribuído em relação ao cenário e outros personagens” (MILANEZ, 2019, p. 16), esses encadeamentos nos fornecem outros discursos sedimentados através do corpo do sujeito apresentado na audiovisualidade, ou seja, o som, a imagem do sujeito, a luminosidade, o enquadramento e o movimento da camera são tipos de descrições que nos auxiliam na hora da percepção dos discursos audiovisuais nos vídeos das mulheres transexuais políticas.

### 3.3 MERCOSUL: O QUE É? COMO SURTIU?

Primordialmente, o que é o MERCOSUL? O MERCOSUL – Mercado Comum do Sul é um bloco econômico sul-americano criado oficialmente no dia 26 de março de 1991 através do Tratado de Assunção com a assinatura dos países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e entra em vigor a partir do decreto Nº 350, de 21 de novembro de 1991. O bloco surge, com a finalidade de intensificar as relações econômicas entre as nações, melhorar a produtividade e aumentar as ofertas de empregos e renda nos respectivos países. A proposta era exercer algo muito parecido com o que

os outros blocos existentes no mundo exerciam, como: União Européia – UE, Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – APEC, e o NAFTA - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, porém, com suas próprias peculiaridades. Sua sede oficial está em Montevideu, capital do Uruguai.

Segundo Bueno (2021), na atualidade, o bloco econômico sul-americano é muito importante para os países e para a América Latina, sendo constituído por países membros, países associados e países observadores. Os países membros são aqueles que fundaram o MERCOSUL, ou seja, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, e aqueles que ingressaram após a criação do bloco, como é o caso da Venezuela, que aderiu ao bloco oficialmente em 31 de julho de 2006. No entanto, os recentes acontecimentos políticos turbulentos no país, conseqüentemente, levaram os outros países membros a suspensão dos direitos e obrigações do país venezuelano frente à organização, por descumprimento de seu Protocolo de Adesão e por violação da Cláusula Democrática do Bloco no dia 05 de agosto de 2017. Ainda neste momento, em 2022, o país se encontra suspenso.

Continuamos com a classificação dos países que fazem parte do MERCOSUL. O bloco também é constituído por países associados, que são aqueles que assinaram os tratados de livre comércio com o objetivo de estimular suas economias e trocas comerciais, apesar disso, não possui as mesmas vantagens que os países membros, como o caso do conjunto de tarifas sobre a importação, denominado como Tarifa Externa Comum – TEC.

Os países associados são: Bolívia (1996), Chile (1996), Peru (2003), Colômbia (2004), Equador (2004), Guiana (2013) e Suriname (2013). Os países observadores são aqueles que apenas são autorizados a acompanhar as reuniões, esses países participam dos eventos para ver o andamento das negociações, não possuindo qualquer direito a veto ou direito a opinar em alguma cláusula. Esses países são: o México e a Nova Zelândia.

De acordo com Bueno (2021), o MERCOSUL tem como principal característica a livre circulação de pessoas e serviços entre os países membros. Ou seja, diversos profissionais de várias áreas e campos do conhecimento, podem exercer suas funções em qualquer um dos países, basta terem um diploma validado, além da entrada permitida apenas com o documento de identidade do seu país de origem.

Com o intuito de particularmente informarmos e explicarmos acerca da constituição do MERCOSUL, nós acreditamos que conseguimos obter o objetivo, que não era a discussão das relações de saber/poder no que concernem à geopolítica, mais entendermos o lugar de onde surge o

recorte e a discussão no que se referem às mulheres transexuais políticas provindas de países constituintes e membros do MERCOSUL.

### 3.4 NA POLÍTICA PELO DIREITO DE VIVER: PRÁTICAS DE LIBERDADE

Inicialmente, partimos da premissa que realmente as mulheres transexuais políticas do MERCOSUL estão no campo da política pelo direito de viver. Isso, porque compreendemos que as mulheres transexuais ultrapassaram processos de interdições em seus países, superando procedimentos de “exclusão” e “interdição” (FOUCAULT, 2014, p. 9) para chegarem ao espaço político. O exercício desse direito de viver através do desejo de liberdade foi o que tornou essas mulheres, sujeitas transexuais com cargos legislativos, e isso se configurou por intermédio de práticas de liberdade.

E para pensarmos acerca dessa ideia de “práticas de liberdade” recorremos ao Foucault, que vai dizer que o funcionamento dessas práticas só seria possível se houvesse rompimentos a partir de: “desejo, pulsão, interdição, repressão, interiorização e o problema seria resolvido rompendo essas interdições, ou seja, liberando elas”. Além disso, explica como se poderia praticar essa liberdade: “Na ordem da sexualidade, é evidente que liberando seu desejo, se saberá conduzir eticamente nas relações de prazer com os outros” (FOUCAULT, 2006, p. 267).

Ou seja, evidentemente as mulheres transexuais estão na política porque conseguiram ultrapassar as barreiras e romperam com diversas estratégias de poder que interditavam o seu lugar enquanto pessoa trans. Sendo assim, as barreiras só puderam ser rompidas através do desejo, da força, da coragem, da resistência para conseguir existir na história por meio das práticas de liberdade, que implicaria em um cuidado de si, e logo, em um cuidado do outro.

De acordo com Foucault, o cuidado de si é uma prática de liberdade que implica também na relação com o outro: “O bom soberano é precisamente aquele que exerce seu poder adequadamente, exercendo ao mesmo tempo seu poder sobre si mesmo. É o poder sobre si que vai regular o poder sobre os outros” (FOUCAULT, 2006, p. 272). Dessa maneira, as mulheres transexuais enquanto soberanas exercem o cuidado de si que permite ocupar em seu país um papel de extrema importância para a comunidade LGBTQIA+, que levaria ao cuidado do outro. Mas, enfim, quem são essas mulheres transexuais políticas pertencentes aos países do MERCOSUL? Tão faladas e discutidas indiretamente desde a fase inicial até aqui.

A primeira é a *argentina Ornella Infante*, enquanto pré-candidata à deputada na província de Rio Negro, no ano de 2019. Militante e ativista é uma mulher conhecida pela luta na *ATTTA*<sup>10</sup> - *Associação de Travestis, Transexuais e transgêneros da Argentina*. Essa associação inclusive conseguiu realizar alguns feitos, eliminar a criminalização das identidades trans dos Códigos de Falhas das Províncias do país, conseguiram aprovar a lei de identidade de gênero que permitia o acesso a um nome de escolha, e à saúde integral que inclui tratamentos hormonais e cirurgias em hospitais públicos.

Esses são as duas audiovisualidades<sup>11</sup> eleitas para discussão e investigação da Ornella Infante. No primeiro vídeo, denominado “*Primer mujer trans*”<sup>12</sup>, publicado no canal *Somos Noticias* retrata o início da disputa eleitoral na província de Rio Negro, e a candidatura da ativista. Nesse mesmo vídeo, a argentina enuncia:

O que temos, é ter como objetivos conseguir um assento, pois hoje estamos a lançar esta candidatura à deputada provincial para poder ter a voz das mulheres, para poder ter a voz dos setores das organizações sociais dentro da câmara dos deputados da província do Rio Negro, nós temos promovido várias leis em nível nacional que têm a ver com movimentos sociais, que têm a ver com o feminismo, que tem a ver com a agenda dos povos originários, que tem a ver com a agenda da diversidade sexual e é o que temos em mente para obter uma candidatura hoje. (Ornella Infante, *YOUTUBE*, tradução nossa)<sup>13</sup>

É perceptível no discurso da candidata que a mesma tem legitimidade no que se fala, já que tem experiência suficiente. Infante obtém em sua posição um “status do indivíduo” que têm “o direito regulamentar ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso” (FOUCAULT, 2019, p. 61), como sujeita trans, ativista e militante das questões feministas e questões de gênero, sabem da importância na existência de ter um sujeito político que saiba sobre os problemas e dificuldades enfrentadas por toda a comunidade LGBTQIA+.

<sup>10</sup>A Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros da Argentina (ATTTA) é uma rede nacional de pessoas trans que trabalha pelo cumprimento dos Direitos Humanos para nossa população por meio de estratégias comunitárias, fortalecimento e advocacia política para a promoção de políticas públicas inclusivas. A Associação visa um Estado com uma democracia real e efetiva para a população trans na República Argentina, que garanta a inclusão social e trabalhista; que atenda a todas as políticas públicas por meio do acesso integral à saúde, à justiça, à educação, ao trabalho e à moradia para alcançar uma melhor qualidade de vida. Site: <http://attta.org.ar/>

<sup>11</sup> Todas as audiovisualidades citadas no texto estão com seus links em nota de rodapé para obtenção ao acesso original no YouTube, como também estão referenciados nas referências.

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://youtu.be/QsKO09ecGU8>> Acesso em: 30 de jan. 2022.

<sup>13</sup> Lo que tenemos estén como metas es obtener una banca, dado que hoy estamos lanzando esta precandida a legisladora provincial para poder tener la voz de las mujeres, para poder tener la voz de los sectores de las organizaciones sociales adentro de la cámara de los diputados de la provincia de Río Negro. Nosotros venimos emulsionando a nivel nacional diversas leyes que tienen que ver con los movimientos sociales que tienen que ver con el feminismo que tiene que ver con la agenda de los pueblos originarios que tiene que ver con la agenda de la diversidad sexual y es lo que tenemos pensado de obtener hoy a una candidatura. (Ornella Infante, *YOUTUBE*).

No segundo vídeo, uma entrevista em um canal de televisão, o vídeo “Mates con Ornella Infante<sup>14</sup>” publicado pelo canal *Juntos para somar – canal 10*. Apesar de ser em outro momento, em outra posição, durante a entrevista a candidata aborda questões pertinentes, enquanto sujeita trans, apresenta o relato de experiência em ser uma criança transexual que conhece as marcas das dificuldades em seu próprio corpo.

Minha infância foi uma infância muito legal em termos de família e amigos e outros, mas, uma infância muito triste no que tem a ver com infâncias trans e a ignorância que existia lá em 1981. Eu não estava assistindo tanto, alguns anos estão relacionados a questões trans, que quatro anos na minha vida, a professora do jardim de infância me empurrou para ser um rato de laboratório, um objeto de observação e por ser um garoto que não atendeu às limas de uma sociedade que tem certos parâmetros e estereótipos dos quais não entrei. Por exemplo, eu não queria fazer jogos que as crianças comuns faziam, mas eram mais inclinados para os jogos que as meninas fazem e por isso a professora disse que eu era um anormal que tinha que ser enviado para terapia.(Ornella Infante, *YOUTUBE*, tradução nossa)<sup>15</sup>

Novamente, é evidente o status do indivíduo que conhece a realidade transexual. Infelizmente, a candidata não conseguiu se eleger para o cargo de deputada na província de Rio Negro, mas atualmente, assumiu um importante cargo frente ao INADI – Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo, onde é secretária na Direção Nacional de Políticas contra a Discriminação. Independentemente disso, compõe nosso corpo de pesquisa enquanto representante da Argentina, suas ações enquanto candidata no ano de 2019 e sujeita trans ativista que luta por mudanças na sociedade argentina.

Seguiremos com mais apresentações do *corpus*, dessa vez o Brasil. Aqui nós temos três representantes: Erica Malunguinho (deputada estadual de São Paulo, Brasil), Erika Hilton (enquanto co-deputada estadual de São Paulo, Brasil) e Robeyoncé Lima (co-deputada estadual do Pernambuco, Brasil). Erica Malunguinho é a primeira deputada trans eleita no Brasil em 2018, logo, também a primeira deputada estadual trans da Assembleia Legislativa de São Paulo. Mulher trans, negra, nordestina, é uma educadora, artista plástica, filiada ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

<sup>14</sup> Disponível em: <[https://youtu.be/kUBqm\\_vey4Q](https://youtu.be/kUBqm_vey4Q)> Acesso em: 30 de jan. 2022.

<sup>15</sup> Mi niñez fue una niñez muy bonita en términos de familiares y amigos y demás, pero una niñez muy triste en lo que tiene que ver a las infancias trans y el desconocimiento que había allá por mi 1981. No estaba viendo mucho, algunos años están relacionados con a la temática trans, que a los cuatro años de mi vida, la maestra del jardín me empujó a ser rata de laboratorio, objeto de observación y por ser una niña que no cumplía los caleros de una sociedad que tiene ciertos parámetros y estereotipos de los cuales yo no entraba. Porque yo, por ejemplo, no quería realizar juegos que hacían el común de los niños, sino que me inclinaba más por los juegos que juegan las niñas, por lo que la maestra dijo que era un bicho raro que tenía que ser enviado a terapia.(Ornella Infante, *YOUTUBE*)

Em 2016, transformou seu estúdio de arte no centro cultural político *Aparelha Luiza* (um espaço para fomentar produções artísticas e intelectuais na capital paulista). Foi concebido como um "quilombo urbano" e rapidamente tornou-se conhecido como um dos espaços culturais negros mais influentes e importantes do Brasil. Segundo a própria seus movimentos nunca são aleatórios: “Sempre faço um exercício de resgate, de busca, para as pessoas entenderem que as coisas não fazem parte de um acaso”, para uma reportagem de Douglas Vieira numa entrevista concedida ao site *Elástica Brasil*<sup>16</sup>.

Sobre os arquivos audiovisuais, o seu primeiro vídeo “Pronunciamento da Deputada Erika Malunguinho<sup>17</sup>” um pronunciamento durante uma assembleia no Plenário Juscelino Kubitschek, no dia 23 de abril de 2019, o vídeo é exposto no *YouTube* no próprio canal da *ALESP* (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo). Durante seu pronunciamento, a deputada deixou claro aos colegas sua defesa aos Direitos Humanos perante situações de racismo comentadas por um dos seus colegas deputados em uma plenária anterior. Segue abaixo, parte importante desse discurso:

Acompanhei também os debates nesse plenário, houve, é, inúmeras declarações e discussões acerca de questões que são próprias né, dos direitos humanos, por exemplo, o deputado Douglas, aqui na semana passada falando do caso de racismo que aconteceu na cidade de Santos. Acho muito importante frisar e demarcar esse lugar importantíssimo, que a gente reconheça sim que acontecem violências de ordem estrutural nesse país, sabendo que o que aconteceu em Santos, não é um caso isolado, mas, sim um caso sistêmico estrutural que entra para a institucionalidade, saber que o que aquele senhor falou acerca da população negra, aquele dispara, não é ééé leviano e simples e pontual, aquilo ali como disse, é sistêmica e estrutural, importante que isso seja firmado aqui que nós entendamos que essas violências fazem parte de um projeto histórico que precarizou a vida de determinadas pessoas e determinado sgrupos, determinadas identidades. (Erica Malunguinho, *YOUTUBE*)

É evidente no discurso da deputada brasileira a importância em termos nesses espaços políticos sujeitos que compreendem e fazem parte da camada dos sujeitos à margem, pessoas desprivilegiadas, sejam pela etnia da sua pele, ou por questões de gêneros, porque para que esses problemas sejam resolvidos, esses sujeitos precisam ter voz ativa nessas instituições, instituições essas capazes de mudar regras e as leis da nossa sociedade.

Perante o acontecimento, utilizamos a teoria foucaultiana para pensarmos “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (2014, p. 10), ou seja, a deputada Malunguinho,

<sup>16</sup> Site *Elástica Brasil*. Disponível em: <<https://elastica.abril.com.br/especiais/erica-malunguinho-politica-transfobia-presente-futuro/>> Acesso em: 30 de jan. de 2022.

<sup>17</sup> Disponível em: <[https://youtu.be/NWxUbBw\\_Uts](https://youtu.be/NWxUbBw_Uts)> Acesso em: 30 de jan. de 2022.

mulher negra trans, defende a causa como alguém que conhece e sabe, ou melhor, alguém que sentiu na pele, que sente em seu corpo as marcas do racismo, por isso, fica perceptível a diferença em ter alguém no legislativo que discuta essas questões, a fim de falar, refletir e mudar o país, seu discurso traduz as lutas diárias contra o racismo, a homofobia, a transfobia, entre outros. Também traduz suas ações pelo que se luta (por mulheres, negros e comunidades LGBTQIA+), mostrando o poder do qual quer se apoderar, um poder que age de forma positiva, para transformar a sociedade.

O segundo vídeo denominado “É gravíssimo eu ser a única deputada trans negra do mundo<sup>18</sup>”, é uma entrevista da deputada na revista *Carta Capital* e também disponibilizado na plataforma *YouTube* através do canal da revista. Nesse vídeo, Malunguinho fala sobre ser a primeira deputada trans. no país.

Uma, eu sou a primeira deputada, a primeira pessoa transvestigênera a ocupar um lugar no legislativo brasileiro. Eu fui à única nominalmente eleita e a única negra do mundo. É gravíssimo isso, eu cheguei aqui porque neste lugar, porque me foi historicamente sedimentado passos, passos que foram se sedimentando para que uma pessoa negra, transvestigênera, né, estivesse nesse lugar. Há pouco tempo, eu diria desde quando nasci ou então um pouco antes eu tenho uma voz que também estavam elaborando sobre essa historicidade, eram pessoas que é muito mobilizadas e muito resistentes a todo o processo da luta pela terra, sempre pensaram sobre isso sempre foram muito é, aguerridos contra as desigualdades, meus avós maternos e então um é e sempre, também, participavam das lutas políticas da sua época. (Erica Malunguinho, *YOUTUBE*).

Aqui, o discurso de Erica Malunguinho permeia questões sobre a sua historicidade, a deputada lembra com carinho sua história familiar, uma família que sempre esteve em frente à luta, a força e a resistência. Mesmo sendo assim, ela é a primeira deputada trans (levando em consideração apenas aos votos nominais<sup>19</sup>) do país.

Sob essa perspectiva, nas entrelinhas discursivas das palavras de Malunguinho, sempre houve procedimentos de exclusão para sujeitos como ela, “as interdições” há poucos anos, atingiam seus familiares para que esses se mantivessem na camada à margem da sociedade, revelando “sua ligação com o desejo e o com o poder” (2014, p. 9-10) em manutenção de alguns sujeitos em detrimento de outros. Felizmente, houve condições de abertura para que hoje, Malunguinho estivesse em sua posição e lugar para defender e falar por sujeitos interditados.

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://youtu.be/-Q9pzj9Cs-s>> Acesso em: 30 de jan. de 2022

<sup>19</sup> Diferença entre votos nominais e votos de legenda:

Voto Nominal: o processo nominal de votação consiste na contagem dos votos favoráveis e contrários, com a consignação expressa do nome e do voto de cada Vereador.

Voto de legenda:- é aquele em que o eleitor não expressa a sua vontade por um candidato específico, mas sim por um partido.

A segunda representante brasileira é a Erika Hilton, enquanto co-deputada estadual do estado de São Paulo em mandato coletivo pela Bancada Ativista. Hilton ganhou notoriedade de defensora dos direitos dos sujeitos trans em 2015, após uma disputa contra uma empresa de ônibus em Itu (município do Estado de São Paulo). Na época, a empresa recusou a impressão do seu nome social feminino em uma passagem, a legislação de São Paulo não aplicava os direitos de identidade às pessoas trans em empresas privadas.

Apesar disso, não desistiu da luta e lançou petições *on-line* defendendo o direito de pessoas trans escolherem seus nomes, após esse grande engajamento, a deputada conseguiu êxito. Foi assim, que passou a ser reconhecida, sendo convidada a dar palestras em universidades, e foi convidada a filiação do PSOL em 2016. Iniciando sua carreira política, se candidatou como vereadora na cidade de Itu, mas não conseguiu se eleger. Em 2018, integrou a Bancada Ativista, que lançou sua candidatura no Estado de São Paulo, os grupos compostos por nove pessoas ganharam e assumiram um mandato compartilhado.

A primeira audiovisualidade da co-deputada transexual Erika Hilton: “Atividades da Deputadas Mônica e Erika Hilton<sup>20</sup>” o vídeo é de uma entrevista na ALESP juntamente com sua colega de bancada e deputada Mônica no programa “Atividade Parlamentar Especial”, onde as duas fazem uma explanação dos primeiros cem dias de mandato no primeiro semestre de 2019, esse vídeo foi postado no canal da ALESP. A fala da co-deputada Erika Hilton (o pronunciamento que nos interessa aqui) recai sobre algumas questões com relação à equidade e igualdade.

Eu acho que a palavra não é nem igualdade, eu acho que a palavra é equidade, é reequilibrar essa balança tão desigual da sociedade brasileira para vários segmentos, então a gente tem essa desigualdade que representa os movimentos lgbs, dos movimentos de mulheres, nos movimentos indígenas, movimentos de pessoas negras, nos movimentos de periferia. (Erika Hilton, *YOUTUBE*)

O discurso da co-deputada é bem próximo da fala da sua colega na ALESP, a Erica Maluguinho, apesar de ser em contextos distintos, ambas estão em busca de direitos para os sujeitos à margem, novamente o que evidenciamos, são os procedimentos de interdição abordados por Foucault como estratégias para a exclusão de determinados sujeitos (negros, mulheres, indígenas, LGBTQIA+) com o objetivo da manutenção do poder sobre esses corpos.

A outra audiovisualidade de Hilton é uma entrevista concedida a revista Carta Capital e disponibilizado no *YouTube*, também no canal da revista. O vídeo “Erika Hilton: O próximo passo

---

<sup>20</sup>Disponível em: <[https://youtu.be/XcyoeN\\_DGv8](https://youtu.be/XcyoeN_DGv8)> Acesso em: 30 de jan. de 2022

para 2020 é discutir a masculinidade e o patriarcado<sup>21</sup>”, a co-deputada trans debate sobre diversidade e minorias.

Estou aqui a convite da carta capital para falarmos sobre as perspectivas para 2020. A criminalização da LGBTfobia por si só é incapaz de combater um número estarrecedor de assassinatos e violência contra a população LGBTQIA+. Criminalizar a LGBTfobia é uma estratégia emergencial é uma saída emergencial diante do cenário catastrófico que vivem a população LGBTQIA+ no Brasil, mas só isso não impede com que os crimes e as violências diminuam, porque o que impede a violência a criminalidade de diminuir são a construção de políticas públicas o debate de gênero e sexualidade nas escolas a humanização das pessoas LGBTs. (Erika Hilton, *YOUTUBE*)

Novamente, nesse trecho o discurso de Erika Hilton aborda situações de exclusões e interdições dos sujeitos, particularmente em sua fala se destaca os sujeitos pertencentes à comunidade LGBTQIA+. Hilton discute questões sobre a criminalização da comunidade LGBTQIA+ que poderiam ser feitas para evitar a criminalidade, e aumentar o conhecimento sobre esses sujeitos e evitar o preconceito. Essa entrevista foi realizada no início de 2020, antes da pandemia do Coronavírus no mundo, logo, Erika não sabia que os desdobramentos da pandemia aumentariam o número de violências contra esses sujeitos, e em especial os sujeitos transexuais.

Em uma pesquisa recente com publicação na revista científica *Humanidades e Inovação* da UNITINS em artigo intitulado “Políticas de Morte: o corpo do sujeito trans na pandemia” de nossa autoria (MOURA; MILANEZ, 2020, p. 160), pudemos evidenciar esse fato estarrecedor sobre os corpos dos sujeitos transexuais:

[...] a pandemia trouxe sim maiores problemas para os sujeitos transexuais, que por ora, continuam esquecidos nas políticas públicas governamentais. Durante a pandemia houve um aumento significativo no número de mortes desses sujeitos, de acordo com Associação Nacional de Travesti e Transexuais (ANTRA). Primeiramente, o isolamento social interfere no dia a dia do sujeito trans. No âmbito econômico, a prostituição se torna a única fonte de renda. No âmbito familiar, o isolamento torna a residência um espaço constante de violências. Impactos psicológicos são provocados pelo distanciamento social: a solidão, abandono, transfobia e ansiedade diante de um cenário de incertezas. O desrespeito e o descaso com os sujeitos trans, parcela tão vulnerável no quadro da pandemia, vem mais uma vez acentuar a falta de investimento em políticas públicas no interior da comunidade LGBTQIA+. (MOURA; MILANEZ, 2020, p. 160)

<sup>21</sup>Disponível em: <<https://youtu.be/L4j5h5VjpeA>> Acesso em: 30 de jan. de 2022

O artigo tem justamente o objetivo de analisar notícias jornalísticas durante um período da pandemia do Covid-19 no Brasil e seus efeitos na vida dos sujeitos trans. O resultado da pesquisa nos mostra que pode ter ocorrido a acentuação da criminalização da LGBTfobia sob alguns corpos, porque os corpos dos sujeitos trans são exemplos disso. A Erika Hilton estava tentando elucidar na entrevista para a *CartaCapital* esses tipos acontecimentos, as faltas de políticas públicas ajudam na criminalização desses corpos, e infelizmente, foram efetivados com a pandemia.

A terceira e última brasileira, Robeyoncé Lima é co-deputada estadual na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, eleita em 2018 no mandato coletivo das Juntas. Além de ser representante das mulheres trans e da comunidade LGBTIA+ no grupo de feministas pelo PSOL, também é a primeira advogada trans reconhecida pela OAB (Ordem dos advogados do Brasil) em Pernambuco, é membro da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero e da Comissão de Direito de Família na OAB-PE. Sua trajetória ao longo de sua vida foi de luta por igualdades de direitos, busca por espaços e lugares de fala.

Os dois arquivos audiovisuais que “representam” a co-deputada estadual do Pernambuco são audiovisualidades em espaços de entrevista, diferindo da proposta inicial que seria dois vídeos: um em espaço legislativo e outro em espaço interativo que são as entrevistas. Porém, não conseguimos encontrar qualquer tipo de vídeo da deputada durante sua jornada na Assembleia Legislativa de Pernambuco, pelo menos, não durante a escolha do *corpus* de pesquisa. Dessa forma, decidimos utilizarmos dois vídeos em que a deputava estivesse dando entrevistas.

O primeiro tem como título “‘A gente não pode trabalhar a questão da negritude isolada de outras pautas’, Robeyoncé Lima<sup>22</sup>”, um seminário denominado Negras Vozes: a atuação do movimento e das parlamentares negras do PSOL e a luta anticapitalista para contribuir com o mês da Consciência Negra, seminário realizado pela Fundação Lauro Campos e contou com outras militantes do movimento negro e parlamentares negras eleitas pelo PSOL em 2018. O arquivo foi disponibilizado pelo canal FLCMF da Fundação.

Então, a gente chega nesse sentido de fazer realmente algo diferente né, hackear esta política institucional e branca, que nunca deu ouvidos, que nunca deu voz pra gente, sabe, é, a gente diz que as assembleias legislativas é a casa do povo, mas a gente realmente quer ver isso na prática né, de ver pessoas nem entrando naquela assembléia legislativa ou na Assembleia legislativa aqui de São Paulo e conversando com a gente e construindo política conosco, porque a gente não quer fazer política para o povo negro, a gente quer fazer política com o povo

---

<sup>22</sup> Disponível em: <[https://youtu.be/H\\_Yg6SvmCg0](https://youtu.be/H_Yg6SvmCg0)> Acesso em: 30 de jan. de 2022

negro e com o povo LGBT e com o povo indígena e com todas essas minorias que a política institucional nunca deu ouvido e é isso. (Robeyoncé Lima, *YOUTUBE*)

A fala da deputada pernambucana é uma reflexão sobre a importância em termos de representantes políticos que realmente constitua o povo brasileiro: os sujeitos negros, indígenas e toda a comunidade LGBTQIA+. Percebemos também que seu discurso coincide com as falas das outras deputadas transexuais brasileiras, isso mostra que ambas estão nessa instância política em busca de melhoria de vida para si e para os sujeitos à margem.

Além disso, ao abordar em seu discurso questões de interdições e exclusões, seu discurso nos faz pensar em outro tipo de procedimento externo aos discursos, o procedimento de exclusão denominado por “Separação e Rejeição”, o Foucault utiliza inclusive o exemplo do sujeito considerado louco na Idade Média para mostrar como isso acontecia: “Era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco; elas eram o lugar onde se exercia a separação; mas nunca recolhidas nem escutadas” (2014, p. 10). É através do pronunciamento da co-deputada que surge essa reflexão.

Constatamos em sua fala o exemplo do procedimento de separação ou rejeição em relação às sujeitas mulheres, aos indígenas e, negros e a toda comunidade LGBTs na política, quando a deputada nos diz que mesmo as Assembleias legislativas sendo um lugar institucional para o povo, ainda assim é um espaço restrito, um lugar excludente para a maioria da sociedade, e isso acaba refletindo no funcionamento da política brasileira que não dá ouvidos e muito menos vozes a esses sujeitos desprivilegiados. Já que, o que acontece é uma anulação desses corpos, como se esses sujeitos não existissem, sendo evidente, a mesma anulação que acontecia com louco segundo Foucault, suas palavras nunca eram recolhidas e nem escutadas, e isso é o que acontece com esses sujeitos.

Mesmo parte dessa constituição atual, a deputada ainda é voz minúscula diante de todos os outros sujeitos (homens brancos, heterossexuais, cisgêneros) que constituem a maioria das casas legislativas no país. Ainda assim, é preciso pensar em vozes, corpos ocupando cada vez mais esses espaços, mesmo sendo apenas uma, é um começo importante para mudar as condições de existência do futuro.

O segundo arquivo tem como nome “ROBEYONCÉ LIMA | Deputada Eleita (PSOL-PE)<sup>23</sup>”, o vídeo tem como objetivo apresentar a deputada em formato de perguntas/respostas e é disponibilizado pelo canal *Brasil de Fato*. Nessa entrevista, a co-parlamentar relata: “Não é fácil

<sup>23</sup>Disponível em: <[https://youtu.be/H\\_Yg6SvmCg0](https://youtu.be/H_Yg6SvmCg0)> Acesso em: 30 de jan. de 2022

“você ter uma transexual, você ter uma travesti eleita deputada, não é fácil você tem uma transexual ou travesti aqui no país que conseguiu sobreviver até os 30 anos ou até aos 35 sem ser morta sem ter sido assassinada” (Robeyoncé Lima, *YOUTUBE*). Em seu depoimento, a mesma menciona a dificuldade em ser uma pessoa trans em um país com uma das maiores taxas de mortalidade para esses sujeitos.

Isso nos mostra o quão doloroso foi sua caminhada de luta e resistência para fugir da “regra imposta” sendo uma sujeita transexual no país, para enfim, chegar a essas posições em que ocupa na atualidade, enquanto, mulher negra, trans, co-deputada da ALEPE (Assembleia Legislativa do estado de Pernambuco) e advogada (OAB-PE). São nessas posições, que ocupa a deputada encontra sua legitimidade, é onde “obtem seu discurso, e onde este encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação” (FOUCAULT, 2019, p.62). Ou seja, são nos lugares institucionais (política e justiça) que a deputada consegue observar, falar e descrever os traços “característicos” das suas funções e ser voz ativa em detrimento da melhoria e mudança de vida para outros sujeitos.

Como se pode observar, concluímos a apresentação das representantes brasileiras e seguiremos com as duas últimas apresentações das sujeitas, políticas trans no Uruguai e Venezuela. A uruguaia Michelle Suárez Bertola é ativista, militante, escritora, advogada e política, em 2010 se tornou a primeira e única mulher trans a se tornar advogada e também a primeira a obter um diploma universitário no país, na Universidade da República onde concluiu o curso de Direito.

É consultora jurídica e membro da organização “Ovejas Negras” (Ovelhas Negras), organização em defesa dos direitos LGBTs. Logo, seguiu fazendo história e quebrando tabus, sendo uma das autoras da proposta de casamento igualitário no país, equiparando o matrimônio entre homossexuais e heterossexuais. Proposta que foi apresentada ao Congresso em 2011, e finalmente aprovado no Senado em 2013, no Senado e na comissão judicial, dessa forma, o Uruguai se tornou o segundo país na América do Sul a permitir a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, abaixo da Argentina que foi a primeira a permitir em uma lei semelhante em 2010.

Em 2017, enfim, assumiu o cargo como senadora no Uruguai, se tornando a primeira transexual a assumir um cargo no legislativo no país e a primeira senadora transgênero da América Latina. A uruguaia foi eleita nas eleições em 2014, pelo Partido Comunista e após a renúncia do Senador Marcos Carámbula, seu companheiro de partido, Michelle o substitui e assume assento na Câmara Alta de Montevidéu, formando parte da Frente Ampla.

A primeira audiovisualidade da senadora, inclusive é um vídeo durante a sessão de juramento ao cargo no Palácio Legislativo no Congresso em Montevidéu. Essa audiovisualidade

tem como título: “Discurso de Michelle Suárez en su asunción como senadora<sup>24</sup>”, e foi disponibilizado no *YouTube* pelo canal *Portal180Uruguay*.

Em primeiro lugar, declaro que me sinto muito honrada por fazer parte do órgão mais representativo da democracia uruguaia e principalmente que acredito que isso faz parte de um processo de conscientização, que a população uruguaia teve que tem a ver com a diversidade sexual e com a população trans, como população vulnerável e acredito que esse processo também tem feito lentamente uma evolução na consciência coletiva e o que tem a ver com o fato de que pelos mesmos fatos, ditos, modos de sentir e pensar, que em algum momento da minha vida fui assediada, perseguida e sancionada. Hoje sou aplaudido por muitos e se são as mesmas formas de sentir e pensar de antigamente, e a percepção de quem avaliou mudou, significa que houve uma mudança e essa mudança avalio como positivo. (Michelle Suárez, *YOUTUBE*, tradução nossa)<sup>25</sup>

Em seu primeiro discurso, é perceptível uma quebra de paradigmas, a ruptura, na verdade de alguns tabus com relação a sua presença no parlamento e também na sociedade uruguaia. Com a própria fala, houve um processo de sensibilização e consciência coletiva as causas LGBTQIA+, porque para que sua presença fosse requerida nesse lugar, o povo votou e a colocou nesse espaço, como representante das diversidades. Ou seja, as condições de possibilidades fizeram irromper esses acontecimentos que, ora em algum período da história levaram a ser senadora assediada, perseguida e sancionada, e ora nessa atualidade fez com que ela fosse aplaudida.

Segundo Foucault (2019, p. 50): “Em compensação, foi nessa época, sem dúvida, que se puseram a funcionar novas superfícies de emergência”, daí talvez, surja uma explicação, diante da sua própria história, podemos perceber algumas mudanças que foram ocorrendo gradualmente em dosagens distintas, primeiro, a obtenção do diploma universitário, segundo a aprovação do casamento gay, e em terceiro, a eleição, foram esses incidentes que puseram a funcionar as novas condições de emergência para si, como sujeito transexual.

Também acerca da questão do “tabu do objeto”, porque “não se pode falar de tudo em qualquer circunstância” (Foucault, 2014, p. 9), o sujeito precisa de aprovação por parte de algumas instituições para ter o “direito privilegiado de fala”, então, as condições histórias abriram possibilidades para Michelle Suárez abordar e poder falar na posição de senadora e advogada

<sup>24</sup>Disponível em: <<https://youtu.be/I4Ezz-bD5TA>> Acesso em: 30 de jan. de 2022

<sup>25</sup>En primer lugar, quisiera decir que me siento muy honrada de poder forma parte del órgano más representativo de la democracia uruguaya y, principalmente, que creo que esto forma parte de un proceso de sensibilización que ha tenido la población uruguaya, que tienen que ver con diversidad sexual y con la población vulnerable y población trans. Este proceso creo también ha hecho totalmente una evolución en la consciencia colectiva y que tiene que ver con que por los mismos hechos dichos formas de sentir y de pensar que en alguna época de mi vida fue hostigada, perseguida y sancionada. Hoy en día por muchos soy aplaudida y si son las mismas formas de sentir, pensar que el pasado y ha cambiado, la percepción de quienes lo evaluaba, significa que ha habido un cambio y ese cambio lo evaluó como positivo. (Michelle Suárez, *YOUTUBE*)

(instituições da política e justiça) em um parlamento no Uruguai. Nesse caso, as superfícies de emergência e o tabu do objeto se complementaram para irromper com essas práticas discursivas. As posições da senadora (advogada, ativista, militante) explicam muito sobre isso, sempre se deslocando, lutando e resistindo para mudar o rumo da sua vida e de outros sujeitos.

Diferente da sua situação anterior, a segunda audiovisualidade retrata a senadora uruguaia em uma entrevista a um programa de TV, o vídeo tem o título de “Buen día Uruguay – Michelle Suárez 09 de Octubre de 2017<sup>26</sup>” e foi postado no canal da emissora de televisão *Canal 4*. O *Buen Día Uruguay* é um programa de televisão matinal que vai ao ar de segunda a sexta das 08h00 às 10h30, sendo a fusão de diversão e notícias.

Quando eu tinha 15 anos quando declarei para todo o meu meio social, que eu era uma mulher, além da minha genitália e que além do meu nome de documentário, eu era Michelle, é porque minha família não me expulsou de minha casa e por isso sei que sofri o resto da discriminação social, obviamente, isso me permitiu enfrentar essas situações desse outro lugar, porque minha casa era um refúgio eu não tive que viver a situação de ser expulso de casa aos 15 e por isso não tinha como entrar no mercado de trabalho, porque é uma mão de obra não qualificada com um estigma social enorme, além de ser menor, você fica marginalizado do sistema de saúde e do sistema educacional. (Michelle Suárez, *YOUTUBE*, tradução nossa)<sup>27</sup>

Essa é a parte escolhida do discurso da senadora na entrevista, onde Michelle Suárez fala sobre sua adolescência, história distinta se compararmos com a maioria das dos sujeitos transgêneros, Michelle não foi expulsa de casa, ou contrário disso, sua casa foi um refúgio diante das dificuldades vividas em outros espaços, logo, não precisou recorrer à prostituição, e assim, teve a oportunidade e privilégio de seguir os estudos que possibilitou alcançar esse lugar hoje, enquanto, mulher trans, advogada, senadora ou seja, e a de alguém que é reconhecida em todo o país por defender seus direitos e da comunidade LGBTQIA+. Sua voz é ouvida e legitimada, porque tem o “direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala”, como já foi discutido.

Apesar disso, é importante destacar que ao final do ano de 2017, a senadora renunciou ao seu cargo por ser acusada e chamada a testemunhar em um caso de falsificação. No ano seguinte,

<sup>26</sup>Disponível em: <<https://youtu.be/8yGOcUa95MA>> Acesso em: 30 de jan. de 2022

<sup>27</sup>Es que a los 15 años, cuando creé mi entorno social, que era una mujer más, además de mi genitalidad y además de mi nombre en los documentos, yo era Michelle, es porque mi familia no me expulsó de mi casa. y por lo tanto, aunque sufrí el resto de discriminación social, obviamente me permitió enfrentar esas situaciones desde otro lado, porque mi casa era un refugio, que no tenía que vivir la situación de ser expulsado de mi casa a los 15 años, y, por lo tanto, no había forma de ingresar al mercado laboral porque es un trabajo no calificado con un gran estigma social, arriba, menor de edad, estás siendo marginado, el sistema de salud, el sistema educativo y prácticamente arrinconado como la única forma de sobrevivir. es el trabajo sexual, entonces este elemento fue el factor determinante para que yo tuviera todo tipo de oportunidades, incluso educativas. (Michelle Suárez, *YOUTUBE*)

em abril de 2018, foi condenada a dois anos de prisão domiciliar e teve seu título de advogada suspenso pelo mesmo período pelo SCJ - *Suprema Corte de Justicia* do Uruguai. Foram lhe atribuídos quatro crimes: falsificação e adulteração de documento privado, crime de fraude e o crime de perjúrio.

Ironia do destino ou não, Michelle Suárez acabou tendo o seu direito privilegiado de fala apagado diante dos acontecimentos, impedida de seguir em seus cargos (senadora e advogada), duas posições, dois lugares institucionais que davam legitimidade aos seus discursos. Sem isso, sua voz passou a não ser ouvida, sendo anulada, exatamente como acontecia com os loucos, segundo o próprio Foucault (2014, p.10) “sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância”.

Dando continuidade à apresentação do corpus, falaremos sobre nossa última mulher trans política, essa que fecha o recorte discursivo dessa dissertação, a representante da Venezuela, Tamara Adrián. Tamara é filha de uma família de classe média, advogada, formada em Direito na UCAB (Universidade Católica Andrés Bello) em Caracas no ano de 1976, doutora em Direito Comercial pela Université-Panthéon-Assas de Paris na França. Atualmente é professora de Direito na UCAB, na UCV (Universidade Central da Venezuela) e na UNIMET (Universidade Metropolitana), sendo autora de artigos e livros relacionados com o Direito LGBTs.

Ela é reconhecida por ser uma ativista pelos direitos humanos, pelos direitos das mulheres, pelos direitos da diversidade sexual e por toda comunidade LGBTQIA+. Sendo membro de várias associações nacionais e internacionais, inclusive atuando no Conselho da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais e no Comitê organizador do Dia internacional contra a homofobia, transfobia e biofobia.

Em 2015, pelo partido Vontade Popular candidata-se para a Assembleia Nacional de Caracas, se tornando a primeira candidata trans no país. No dia 06 de dezembro de 2015, conquistou a vitória nas eleições parlamentares. No início de 2016 tomou posse na Assembleia Nacional, se tornando a primeira deputada transexual da Venezuela e da América Latina. Em 2017, teve sua história de vida contada no longa-metragem *Tamara*, longa foi dirigido pela venezuelana Elia K. Schneider e teve distribuição através do Lança Filmes, atualmente está disponível no Brasil nas plataformas de streaming Now e Vivo Play.

O primeiro arquivo audiovisual sobre Tamara Adrián é o vídeo intitulado “Diputada Tamara Adrian em la Asamblea Nacional Mayo 2016”<sup>28</sup>. A audiovisualidade retrata um momento na

---

<sup>28</sup>Disponível em: <<https://youtu.be/za34bUBiXwQ>> Acesso em: 30 de jan. de 2022

Assembleia Nacional em que a deputada usa seu prestígio para discursar sobre o Dia Nacional contra a Homofobia, Transfobia e Biofobia. O vídeo foi disponibilizado pelo canal *Unión Afirmativa*, uma ONG - Organização Não Governamental que promove o cumprimento das normas de direitos humanos que protegem as pessoas contra a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero.

Estou totalmente orgulhosa deste momento porque eu sou a presidenta mundial da organização do Dia contra a Homofobia, Transfobia. Levamos anos trabalhando por essa via com a finalidade de sensibilizar a intolerância, o respeito, a negação de direitos para as pessoas por razão a sua orientação sexual ou sua identidade de gênero. Que constitui uma perversão social da mesma natureza que o racismo, sexismo e outros ódios sociais que produzem exatamente os mesmos efeitos: morte, discriminação, negação de qualidade, oportunidades e negação de direitos. Frente a essa situação, as assembleias nacionais devem atuar, esse é o primeiro passo fazer a igualdade que existe hoje em 80% da população da América Latina. (Tamara Adrián, *YOUTUBE*, tradução nossa)<sup>29</sup>

Esse discurso da deputada venezuelana, como a mesma o disse, é muito importante não só para a história do país, mas para toda a história da América latina e mundial. Simplesmente, ter nesse âmbito político uma sujeita que represente tão bem, alguém que conhece as causas LGBTQIA+, talvez seja o começo para algumas mudanças. Esses pequenos vestígios mesmo que na forma de micro-poderes, ou seja, uma rede de aparelhos dispersos, sem aparelho único, sem foco, nem centro, mas que abalam a estrutura de qualquer sociedade a partir de mudanças em diferentes instituições de saber/poder.

O segundo arquivo audiovisual é denominado por “En Íntimo com la diputada Tamara Adrián<sup>30</sup>”, uma entrevista com a jornalista Rocío Higuera no programa de televisão *En Íntimo*, programa pertencente a GloboVisión, uma rede privada de TV venezuelana. O arquivo foi também disponibilizado pela *GloboVisiónVideos* em seu canal no YouTube.

Higueira: Dizia-me que a orientação sexual ou preferência sexual não tem nada ver com isso. Mas, alguma vez você pensou “eu posso ser um homem heterossexual”?  
Adrián: Não, note que não, tenha em mente que é uma daquelas coisas que nunca aconteceu. Eu passei de ser um homem heterossexual para uma mulher. Higueira: para uma mulher homossexual. Adrián: Exatamente. Higueira: ok, mas você nunca

<sup>29</sup> Estoy totalmente orgullosa de este momento porque soy la presidenta mundial de la organización del Día contra la Homofobia, la Transfobia. Llevamos años trabajando en este camino con el objetivo de concienciar sobre la intolerancia, el respeto y la negación de derechos a las personas por su orientación sexual o identidad de género. Lo cual constituye una perversión social de la misma naturaleza que el racismo, el sexismo y otros odios sociales que producen exactamente los mismos efectos: muerte, discriminación, negación de calidad, oportunidades y negación de derechos. Ante esta situación, las asambleas nacionales deben actuar, este es el primer paso para lograr la igualdad que existe hoy en día en el 80% de la población de América Latina.

<sup>30</sup>Disponível em: <<https://youtu.be/vjEU5L3TA1k>>Acesso em: 30 de jan. de 2022

gostou de homens, que não eram seu problema? Adrián: não é um problema, mas o estrutura de poder que é o patriarcado, faz com que pareça assim, e quando você chega a uma pessoa trans, acontece que as pessoas trans podem ser homossexuais, bissexuais ou heterossexuais na mesma proporção que são as mulheres biológicas ou homens biológicos. (Rocío Higuera; Tamara Adrián, *YOUTUBE*, tradução nossa)<sup>31</sup>

A entrevista gira em torno de questionamentos no âmbito pessoal da deputada são perguntas relativas à sua vida, claro que sempre há um desdobramento, já que não tem como separar as diversas posições de um mesmo sujeito, sempre vai haver um atravessamento entre as relações institucionais, sociais e pessoais. O que nos parece interessante no trecho da entrevista é o esclarecimento que Tamara Adrián vai produzir em torno do corpo do sujeito trans, ela explica que pessoas transexuais são como as cisgênero, podem ter qualquer orientação sexual. Por isso a necessidade de sujeitos políticos que façam parte dessa comunidade LGBTQIA+ para representar, e ajudar melhorar a vida desses indivíduos a partir da criação de políticas públicas em detrimento dessas pautas.

Dessa forma, concluímos esse momento de apresentação do *corpus* de pesquisa, o objetivo era justamente vislumbrar as materialidades discursivas, uma prévia analítica dos diversos caminhos que poderemos seguir no percurso investigativo. Já nos são perceptíveis regularidades entre as mulheres transexuais políticas nos diferentes países pertencentes aos países do MERCOSUL, regularidades em torno da militância e ativismo, intelectualidade acadêmica e profissões, com exceção da Ornella Infante, todas as outras possuem ensino superior universitário, temos três advogadas: Robeyoncé Lima, Michelle Suárez e Tamara Adrián e três professoras: Erika Hilton (Pedagogia), Erica Malunguinho (Arte plástica) e Tamara Adrián (Direito).

Nesta perspectiva, é evidente a importância da educação na vida desses sujeitos, sem apropriação desses conhecimentos acadêmicos, essa movimentação política não seria possível apesar dos conhecimentos adquiridos em experiência de vida, que também é muito valioso, a educação legitima o direito privilegiado ou exclusivo de quem fala desse lugar da comunidade LGBTQIA+, e a profissão também legitima o status desses indivíduos, levando-os a serem ouvidos.

---

<sup>31</sup>Higuera: Me dijeron que la orientación sexual o la preferencia sexual no tiene nada que ver, pero ¿alguna vez has pensado “puedo ser un hombre heterosexual”? Adrián: No, fijate que no, ten en cuenta que es una de esas cosas que nunca pasan. Pasé de ser un hombre heterosexual a una mujer. Higuera: para una mujer homosexual. Adrián: Exacto. Higuera: ok, pero nunca te gustaron los hombres, ¿quiénes no eran tu problema? Adrián: No es un problema, pero la estructura de poder que es el patriarcado lo hace ver así, y cuando llegas a una persona trans, resulta que las personas trans pueden ser homosexuales, bisexuales o heterossexuales en la misma proporción que las personas trans. Mujeres biológicas u hombres biológicos.

O próprio Foucault vai nos alertar: “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação de discursos, com os saberes e poderes que eles trazem consigo” (2014, p. 41), ou seja, a educação acadêmica forneceu a essas mulheres, oportunidades que geraram modificações discursivas em suas vidas, o funcionamento de saber-poder adquirido a partir da junção experiência-educação elencaram mudanças significativas e elevaram suas posições na sociedade.

### 3.4.1 O cuidado de si e o cuidado do outro como práticas de liberdade

As mulheres transexuais políticas do MERCOSUL estão em seus cargos políticos pelo direito de viver, enquanto políticas ativistas, que gritam pelo direito de falar, defender, mostrar e mudar discursivamente a vida de outros sujeitos da comunidade LGBTQIA+, o que nos leva a pensarmos acerca da existência de um *cuidado de si* que levaria a um *cuidado do outro* que se configuraria em práticas de liberdades para esses sujeitos.

*A priori*, é importante entendermos o funcionamento desse cuidado de si que automaticamente recai sobre um cuidado com o outro. O cuidado de si é uma forma do sujeito constituir sua subjetividade a partir do “conjunto das experiências e das técnicas que o sujeito elabora e que o ajuda a transformar-se a si mesmo” (REVEL, 2005, p.33), ou seja, o sujeito que detém o cuidado de si, usa sua experiência de vida como forma de aprendizado para conhecimento próprio, esse conhecimento vai se desdobrar na “maneira pela qual os sujeitos se relacionam consigo mesmos e tornam possível a relação com o outro” (REVEL, 2005, p.33).

Essa experiência de si leva a constituição “do cuidado de si” que pode ser reconhecido claramente em duas regularidades nesse *corpus* de trabalho, através dos discursos de duas mulheres políticas transexuais. Primeiro a partir da representante uruguaia Ornella Infante, quando a mesma fala durante a entrevista<sup>32</sup> do momento peculiar de sua infância, quando uma professora do jardim de infância o chamava de “anormal” e “rato de laboratório”. Certamente as ações da professora naquele instante constituíram na sujeita a experiência de si, que desenvolvida com o passar dos anos, para se tornar uma subjetividade do cuidado de si.

---

<sup>32</sup> Entrevista da segunda audiovisualidade: Mates con Ornella Infante, descrita na p. 65

É possível também perceber essa mesma constituição de si na política brasileira, Erica Malunguinho. Em uma entrevista concedida<sup>33</sup> para a *CartaCapital*, a deputada fala que a família teve um papel importante em sua trajetória, que sua família resistiu frente as adversidades para lutar e sedimentar passos para a construção de condições que a levaram a se tornar a primeira deputada trans no Brasil. Esse depoimento mostra que Malunguinho provém de um lugar de resistência, de uma família que sempre resistiu, que sempre esteve e lutou para conseguir melhores condições de vida para sujeitos à margem. Logo, essa constituição de família promoveu subjetividades que levaram a Erica Malunguinho constituir experiências de si que promoveram um cuidado de si, e logo, um cuidado com o outro.

Sendo assim, as experiências e ações durante a infância das políticas: Ornella Infante e Erica Malunguinho conduziram para a elaboração, ajuda e transformação nas sujeitas com conhecimento de si, pois, de acordo com Michel Foucault, “não é possível cuidar de si sem se conhecer. O cuidado de si é certamente o conhecimento de si” (FOUCAULT, 2006, p. 269). Logo, não dá para existir um cuidado de si, sem os conhecimentos e as experiências de si. Porém, provavelmente, não só as duas mencionadas, mas todas as mulheres transexuais políticas do MERCOSUL são constituídas de cuidados de si. Segundo Foucault:

O cuidado de si é ético em si mesmo; porém implica relações complexas com os outros, uma vez que esse *ethos* da liberdade é também uma maneira de cuidar dos outros; por isso é importante, para um homem livre que se conduz adequadamente, saber governar sua mulher, seus filhos, sua casa. Nisso também reside a arte de governar. O *ethos* também implica uma relação com os outros, já que o cuidado de si permite ocupar na cidade, na comunidade ou nas relações interindividuais o lugar conveniente – seja para exercer uma magistratura ou para manter relações de amizade. Além disso, o cuidado de si implica também a relação com o outro. (FOUCAULT, 2006, p. 271)

O cuidado de si tem a ver com a relação com o outro, ou seja, cuidar de si é uma maneira também de cuidar do outro, porque o outro desempenha um papel importante na nossa subjetividade, pois o outro nos constituem através de relações que mantemos na sociedade, logo, essa relação nos constituem enquanto sujeitos. De tal modo, as relações com os outros nos constituem de subjetividades, assim, como nos constituímos das nossas próprias experiências de si.

Acerca do cuidado de si, acreditamos que as sujeitas transexuais políticas se utilizam do cuidado de si, que é constituído em suas vidas, através das relações e ações adquiridas, que são transformadas em experiências, conhecimentos e técnicas de si, e que formam suas subjetividades

---

<sup>33</sup>Entrevista da segunda audiovisualidade: É gravíssimo eu ser a única deputada trans negra do mundo, descrita na p

como sujeitas transexuais, a margem na sociedade. Seria, então, o cuidado de si uma subjetividade do sujeito, que é constituído pelo modo de olhar as coisas, pelo modo de encarar a realidade, o modo de realizar ações e o modo de se relacionar com os outros, sendo assim, o cuidado de si se caracteriza como um modo de vida.

Logo, se pensarmos nisso, os modos de vidas das mulheres transexuais políticas do MERCOSUL nos levam a confirmar essas subjetividades, que podem ser traduzidas pelas lutas realizadas por cada uma delas, em seus respectivos países. Porque o modo de ver, encarar, realizar, relacionar, é específico e bem regular na história de vida ou no discurso de cada uma delas. Dessa maneira, a subjetividade delas enquanto mulheres trans políticas são um modo de vida, uma mostra real disso são as atividades que cada uma desenvolve na pluralidade de posições em que um sujeito pode alcançar, enquanto, diversos *status*, diversos lugares e nas diversas posições. Conferir no quadro abaixo:

Quadro2 - Sujeitas: pluralidade de posições

País –Nome	Diversos status, lugares e posições
Argentina – Ornella Infante	Militante, Feminista, Ativista, Secretária
Brasil – Erica Malunguinho	Militante, Professora, Artista Plástica
Brasil – Erika Hilton	Militante, Ativista, Pedagoga
Brasil – Robeyoncé Lima	Militante, Advogada
Uruguai – Michelle Suarez	Ativista, Escritora, Advogada
Venezuela – Tamara Adrián	Ativista, Professora, Advogada

Fonte: Elaborado pela autora

Como percebermos, realmente, as mulheres transexuais são constituídas de diversas posições dentro de sua sociedade, logo, são constituídas pelas experiências de si mais as subjetividades em relação com os outros, sendo assim, esse cuidado de si que automaticamente leva ao cuidado com o outro, é um modo de vida para as sujeitas. Pensando nessa confirmação, elencamos algumas enunciações discursivas com esse viés discursivo. Ressaltamos que essas enunciações são alguns pequenos trechos já apresentados e discutidos durante a apresentação objeto/*corpus* de pesquisa:

- Argentina: Ornella Infante: “Nós temos promovido várias leis em nível nacional que têm a ver com movimentos sociais, que têm a ver com o feminismo, que tem a ver

com a agenda dos povos originários, que tem a ver com a agenda da diversidade sexual”.(YOUTUBE)

- Brasil: Erica Malunginho: “que acontecem violências de ordem estrutural nesse país, sabendo que o que aconteceu em Santos, não é um caso isolado, mas, sim um caso sistêmico estrutural que entra para a institucionalidade, saber que o que aquele senhor falou acerca da população negra”. (YOUTUBE)
- Brasil: Erika Hilton: “Criminalizar a LGBTfobia é uma estratégia emergencial é uma saída emergencial diante do cenário catastrófico que vivem a população LGBTQIA+ no Brasil, mas só isso não impede com que os crimes e as violências diminuam”. (YOUTUBE).
- Brasil: Robeyoncé Lima: “porque a gente não quer fazer política para o povo negro, a gente quer fazer política com o povo negro e com o povo LGBT e com o povo indígena e com todas essas minorias que a política institucional nunca deu ouvido e é isso”. (YOUTUBE).
- Uruguai: Michelle Suárez:“acredito que isso faz parte de um processo de conscientização, que a população uruguaia teve que tem a ver com a diversidade sexual e com a população trans, como população vulnerável e acredito que esse processo também tem feito lentamente uma evolução na consciência coletiva”.(YOUTUBE).
- Venezuela: Tamara Adrián: “Levamos anos trabalhando por essa via com a finalidade de sensibilizar a intolerância, o respeito, a negação de direitos para as pessoas por razão a sua orientação sexual ou sua identidade de gênero”. (YOUTUBE).

Como vislumbramos, todos esses discursos seguem regularidades de enunciações que defendem os sujeitos a margem da sociedade, cada uma da sua maneira. Assim, as mulheres transexuais políticas do MERCOSUL entram na política com um cuidado de si adquirido e esse cuidado de si promove um cuidado com o outro, um cuidado com sujeitos apagados, invisibilizados da sociedade. Assim, as sujeitas vislumbram uma alteração desse sistema formado para prejudicar, apagar e invisibilizar os sujeitos a margem, então elas, sujeitas transexuais políticas buscam mudar as regras e as leis que gerem a sociedade a fim de acabar com esse sistema.

Sendo assim, as práticas de liberdades irrompem exatamente no enfrentamento desse sistema, no rompimento de barreiras. Daí a prática de liberdade vai aparecer como forma de resistência frente às estratégias de forças e poder da sociedade, principalmente, na política, um espaço restrito aos poucos sujeitos pertencentes à comunidade LGBTQIA+, mulheres, negros que fazem resistência frente de uma sociedade tradicional e conservadora, representada em grande maioria por homens brancos.

Mas, evidentemente, se as mulheres transexuais estão na política, foi porque conseguiram ultrapassar essas barreiras e já romperam diversas estratégias de poder que interditavam o seu lugar enquanto sujeita trans. Essas barreiras só puderam ser rompidas através do modo de vida gerenciado pelo desejo, pela força, pela coragem, e principalmente pela resistência para conseguir existir na história. Não há maior prática de liberdade do que estar na política pelo direito de viver, e as sujeitas deste trabalho nos mostram isso.

## 4 O DISCURSO PARRESÍATICO DAS MULHERES TRANSEXUAIS NA POLÍTICA

O intuito principal deste capítulo é falar, discutir e analisar o conceito de *parresía*, postulado por Foucault (1982), apresentando de modo minucioso como o filósofo o empreendeu e a partir de quais orientações epistemológicas. A finalidade é compreender o lugar teórico de sua formulação para, em seguida, analisar *o dizer-a-verdade* das mulheres transexuais políticas avaliando a pertinência desse conceito sobre suas falas e seus corpos na esfera pública onde enuncia.

### 4.1 FOUCAULT E A PARRESÍA

Antes mesmo de iniciarmos a discussão sobre essa noção, é importante contextualizarmos o momento da vida do Michel Foucault no qual se debruça sobre essa temática. Desde 1971, Foucault expõe parte de suas investigações em cursos no Collège de France, onde ocupa a cadeira de história do pensamento filosófico, em substituição a Jean Hyppolite. Sendo justamente em um desses cursos que o debate sobre a noção de *parresía* emerge.

No ano de 1983, o francês inicia uma nova jornada de estudos, um curso intitulado por *O governo de si e dos outros*. Mas, é particularmente na primeira hora da Aula de 12 de janeiro de 1983 que o francês afirma que vai trabalhar diretamente com a noção:

E, [...] ao colocar a questão do governo de si e dos outros, gostaria de procurar ver como o dizer-a-verdade\*, a obrigação e a possibilidade de dizer a verdade nos procedimentos de governo podem mostrar de que modo o indivíduo se constitui como sujeito na relação consigo e na relação com os outros. O dizer-a-verdade, nos procedimentos de governo e na constituição de [um] indivíduo como sujeito para si mesmo e para os outros: é um pouco disso que eu gostaria de lhes falar este ano. E portanto o curso deste ano será em dúvida um pouco descontínuo. (FOUCAULT, 2010, p. 42)

Indiretamente, essa é a relação que buscamos fazer nesse trabalho. É a partir de procedimentos de governo que enxergamos a instância política e os seus diversos espaços institucionais (assembleias legislativas, audiências públicas), nós sabemos que os procedimentos de governo gerem as mulheres transexuais políticas e nos mostram como essas sujeitas transexuais se constituem na relação consigo e na relação com os outros. Ou seja, serão essas relações consigo e com os outros que irão definir os enunciados e discursos das mulheres transexuais políticas durante o procedimento de governo que vai nos mostrar se elas obtêm o discurso parresiasta ou não.

Durante o curso do ano anterior, denominado *A hermenêutica do sujeito* o filósofo menciona pela primeira vez o termo *parresía*. O termo emerge no momento em que o teórico está buscando compreender a relação entre mestre e discípulo. Mas, é no curso de 1983 que vai mostrar, explicar e discutir em torno da *parresía* e o seu *dizer-a-verdade*. Com o propósito de nos ajudarmos, Frederic Grós tece alguns comentários sobre cada curso de Foucault em cada obra em específico, sabemos que Gros é o editor dos cursos de Michel Foucault no Collège de France.

No livro do curso *O governo de si e dos outros* no tópico Situação do Curso, bem no final da obra, Grós esclarece alguns pontos sobre a pretensão de Foucault ao estudar a *parresía*.

Em 1983, é o engajamento ontológico do sujeito no ato de enunciação que vai fazer a diferença em relação aos atos de linguagem, caracterizando a *parresía* como expressão pública e arriscada de uma convicção própria. Esse falar-a-verdade, abrindo um risco para seu enunciador, poderá no entanto abranger situações bem diferentes: o orador público na tribuna diante do povo reunido, o filósofo em posição de conselheiro do Príncipe, etc. (GRÓS, 2010, p. 346)

Desse modo, nos deslocamos a partir desse mesmo exercício que fazia Foucault, para estudarmos o sujeito transexual político em um ato de enunciação a partir de discursos das audiovisualidades (vídeos do *YouTube*), a fim de analisarmos características que evidenciem que o discurso das mulheres transexuais políticas do MERCOSUL pode ser um discurso parresíatico e logo, um discurso que pode acarretar alguns efeitos ou consequências para esses sujeitos.

Nessa primeira etapa de estudos parresíaticos o francês se propõe a mostrar as diversas significações históricas para a palavra grega *parresía* e o seu sentido. Uma das primeiras significações atreladas são: “*parresía* é o dizer tudo”, ou “o *dizer-a-verdade*”, sendo essa uma das versões adotadas por Foucault, que em francês significa *Le dire-vrai*. No português, por vezes a *parresía* é traduzida como fala franca ou o falar francamente.

Independentemente de suas diversas significações, para Foucault a *parresía* consiste em ser “uma virtude, dever e técnica que devemos encontrar naquele que dirige a consciência dos outros e os ajuda a constituir sua relação consigo” (2010, p.43), a fim de facilitar o entendimento, o próprio filósofo continua designando:

a) *parresía* como virtude e qualidade: “há pessoas que têm e outras que não”(2010, p.43), nesse caso, podemos observar uma conduta positiva em relação ao sujeito determinado a ter a *parresía*, é como se esse sujeito parresíatico estivesse agindo de forma coerente e correta consigo e em relação aos outros;

b) *parresía* como um dever: é preciso “sobretudo em alguns casos e situações, poder dar prova”(2010, p.43), dessa forma, o sujeito possui obrigações de agir em prática, ação ou reação há algum tipo de situação, caso ou momento;

c) *parresía* como uma técnica: “há pessoas que sabem se servir da *parresía* e outras que não sabem se servir da *parresía*”(2010, p.43), ou seja, os sujeitos parresíaticos servem a *parresía* com sabedoria ao usá-la.

Essas designações empregadas por Foucault, talvez sejam designações metodológicas para amparar o termo e promover um modo de olhar, analisar o reconhecimento da *parresía*. Pois bem, recorreremos a isso, utilizaremos como forma de buscar, expor e entender como as mulheres transexuais políticas servem-se da *parresía* em suas enunciações discursivas através das audiovisualidades, discorreremos sobre isso posteriormente.

Dando seguimento, o filósofo ainda tece algumas palavras importantes em torno da *parresía* que nos parecem precisas para compreendermos o que pode ser a *parresía* e o que não pode:

Em outras palavras: não se pode cuidar de si mesmo, se preocupar consigo mesmo sem ter relação com o outro. E o papel desse outro é precisamente dizer a verdade, dizer toda a verdade, ou em todo caso dizer toda a verdade necessária, e dizê-la de uma certa forma que é precisamente a *parresía*, que mais uma vez é traduzida pela fala franca. (FOUCAULT, 2010, p. 43)

De tal modo, para a existência da *parresía*, é imprescindível o exercício de si com relação ao outro, sendo inatingível o sujeito parresíatico cuidar de si sem se relacionar com o cuidar do outro. Primeiramente, o sujeito precisa conhecer a si mesmo antes de cuidar de si e essa relação de si consigo perpassa a relação do cuidado com o outro. Assim, para que o acontecimento seja parresíatico depende da ação do sujeito ao dizer determinada verdade, o modo de dizer a verdade irá determinar se ali acontece ou não o fenômeno da *parresía*.

Com o intuito de eventualmente complementar a nossa compreensão, o francês decide exemplificar o que seria um evento parresíatico a partir da discussão de um texto do historiador e filósofo grego Plutarco, que viveu durante o Império Romano. Isso porque, Foucault (2010) menciona que o uso da noção da *parresía* vem desde muito tempo, desde a Antiguidade, que a *parresía* já aparecia em grandes textos clássicos desde Platão, Marco Aurélio, Eurípides, Sêneca, João Crisóstomo, Quintiliano etc.

Ademais, diante da multiplicidade de registros é possível identificar o uso da noção *parresía* sendo estabelecida como “prática da direção individual, mas é utilizada também no campo político” (2010, p. 46). Assim, segundo Foucault (2010), um texto de Plutarco em sua obra “Vidas Paralelas”

que perpassa em torno da problemática de um indivíduo tirano e a vida política, seria um exemplo mediano de *parresía*, um texto entre a idade clássica e a espiritualidade cristã do campo da filosofia tradicional que explana bem a prática parresíatica que encaminha na direção individual e o campo político.

De acordo com Foucault (2010), a história gira em torno de Dion que era cunhado/sobrinho do tirano Dionísio e na vida política da cidade Siracusa, na costa leste da Sicília, Itália. É importante mencionar que Dion conhece o filósofo Platão e passa a ser seu discípulo, quando esse desembarca na Sicília. Dion então seguia suas lições, quando convence seu tio/cunhado Dionísio, o tirano, a conseguir tempo para ouvir os ensinamentos do mestre Platão. Porém, Dion esperava que as lições do seu mestre causassem influências positivas em Dionísio, e esse, como ele também ficasse animado com os sentimentos causados pelas reflexões de Platão, eis que durante o esperado encontro entre os três, a conversa se direciona para o tema sobre a virtude e coragem.

Platão mostrou que os tiranos eram no mínimo corajosos [...]. O tirano não pôde suportar essas palavras [sobre o fato de que a vida dos justos era feliz e a dos injustos, infeliz; M.F] que julgou dirigidas contra ele e não escondeu seu descontentamento de ver os presentes acolherem com admiração o discurso do grande homem, que os encantava. Afinal, no auge da cólera e da exasperação, Dionísio perguntou a Platão: “O que você veio fazer na Sicília?” Platão respondeu “Procurar um homem de bem.” O tirano repetiu: “Pelos deuses, é evidente que você ainda não encontrou!” Dion pensou que a cólera de Dionísio parasse aí; e mandou Platão, que estava com pressa de ir embora, numa triera que levava Pólis de Esparta de volta a Grécia. Mas Dionísio pediu em segredo a Pólis que matasse Platão, se possível durante a travessia; senão, que pelo menos o vendesse. (FOUCAULT, 2010, p. 48-49)

Para Foucault essa cena emblemática entre Platão, Dion e Dionísio seria um exemplo claro de *parresía*, um exemplo que impõe uma pequena mostra que realmente a *parresía* pode acarretar algum tipo de consequência ou risco ao sujeito enunciador que ousa dizê-la, nesse caso, Platão, o sujeito que encaminhou palavras autênticas ao tirano. Em síntese, o tirano Dionísio irritado e insatisfeito manda matar ou vender Platão, uma contra-reação às suas palavras, um efeito gerado pelo *dizer-a-verdade*.

Apesar de tudo isso, Dion que foi quem possibilitou o encontro entre o tirano e o mestre Platão, não sofreu nenhuma consequência por causa do incidente, talvez porque estava protegido pela confiança e consideração que Dionísio o detinha, por ser irmão da sua esposa Aristomaca e vivia há muito tempo sob sua proteção.

Diante da situação, Foucault acredita que Dion: “Ele era praticamente o único cuja *parresía* o tirano o suportava e a quem deixava dizer ousadamente o que lhe vinha à mente” (2010, p.49),

Dion era o único que lhe poderia dizer ousadas verdades, um exemplo claro disso foi uma discussão que ambos tiveram sobre o siracusano Gelon, que gozava dos poderes de Siracusa antes de Dionísio.

Um dia, parece, Dionísio criticava o governo de Gelon, que chamava de riso da Sicília [na verdade, é um jogo de palavras: em grego, rir é gelan, por conseguinte Gelon: Gelôn/gelan; então Dionísio fazia brincadeiras bestas com o nome de Gelon e dizia que ele era motivo de risadas na Sicília; M.F]; e como os cortesões fingiam admirar esse jogo de palavras, Dion foi o único a mostrar sua desaprovação. “Apesar de tudo”, diz ele, “você é tirano graças a Gelon, que inspirava confiança de que você tirou proveito; mas, depois de ver você em ação, ninguém terá confiança em ninguém”. [...] “Porque, de fato, é evidente que Gelon fez de uma cidade governada por um monarca o mais belo dos espetáculos e Dionísio, o mais horrroso.” (FOUCAULT, 2010, p. 49)

Perante esta cena, atestamos que realmente o tirano Dionísio aceita a fala francamente de Dion quando este é o sujeito parresíatico da situação, algo evidenciado no trecho citado acima. Na circunstância, Dion lhe foi franco, lhes dizendo verdades que ninguém na corte seria capaz de dizê-las, mas, apesar do fato, Dionísio aceita sem reagir ou criar qualquer consequência ao seu cunhado. Esse cenário chama bastante atenção de Michel Foucault, pois essa seria uma cena exemplar de *parresía* (2010, p. 49): “Um homem se ergue diante de um tirano e lhe diz a verdade”, atitude atribuída a Dion.

Neste contexto, vimos dois exemplos de *parresía* com dois sujeitos distintos: primeiro o Platão, que se ergue perante Dionísio e diretamente sofre com as consequências, tornando-se alvo principal do tirano, enquanto que o segundo sujeito, Dion, consegue erguer a fala sem sofrer qualquer tipo de efeito ou risco. Nessa direção, que o propósito de nos interessarmos é para exatamente compreendermos como que Dion sabendo da possibilidade de punição ou castigo por parte de Dionísio, continua sendo o sujeito do dizer a verdade. Também buscando entender isso, Foucault nos fala:

Ele diz a verdade e está, em relação a Dionísio, numa situação um pouco diferente da de Platão. Ele não é o professor que ensina. Ele é aquele que, ao lado de Dionísio, como seu cortesão, como seu próximo, como seu cunhado, se encarrega de lhe dizer a verdade, de lhe dar opiniões e, eventualmente, replicar quando o tirano diz coisas que são falsas ou despropositadas. É o propósito de Dionísio que a palavra *parresía* é efetivamente pronunciada: Dion é, ao lado de Dionísio e depois da grande lição de Platão, aquele que utiliza a *parresía*. Ele é o parresiasta, ele é o verídico, o verídico. (FOUCAULT, 2010, p. 50).

Conforme a explanação, entendemos que diferente do Platão, está claro que Dion ocupa um espaço de privilégios em relação a Dionísio, uma relação que indica a abertura de brechas que

possibilitam uma conversa mais sincera, entre o tirano e seu cunhado, diríamos até que o próprio Dionísio necessita das verdades ditas por Dion, é como se Dion fosse o sujeito autorizado pelo tirano a dizer a verdade em qualquer momento ou circunstância, é o único que tem a autorização para agir usando a *parresía*, ele é aquele quem se utiliza da *parresía*.

Todos esses panoramas práticos parresíatico avançaram o nosso entendimento sobre a *parresía*, mas, a fim de sanarmos algum tipo de dúvida, evidenciaremos outros pontos colocados por Foucault como marcadores do que é a *parresía* (2010, p.51): “a *parresía* é primeiro o fato de dizer a verdade”; “O parresiasta será aquele que diz a verdade e que, por conseguinte, se distanciará de tudo o que pode ser mentira e bajulação”; “Então, por conseguinte, podemos dizer que a *parresía* é mesmo uma maneira de dizer a verdade, mas o que define a *parresía* não é o conteúdo da verdade. A *parresía* é uma certa maneira de dizer a verdade”.

Seguindo a perspectiva do exemplo anterior, todos esses pontos podem ser evidenciados durante a discussão sobre Gelon entre Dion e Dionísio, sendo que o conteúdo da discussão abordado por Dion não é a causa da *parresía*, mas, o que torna o sujeito Dion um parresiasta é o seu ato de falar francamente diante do tirano, a sua maneira de falar a verdade, o ato de dizer a verdade de Dion é uma ação da *parresía* que vem para atingir, contrariar a opinião de Dionísio.

Após esse percurso de busca ao entendimento da *parresía* e avançando como o próprio Foucault em sua primeira hora da Aula 12 de janeiro de 1983 no Collège de France, começaremos a mostrarmos as maneiras de dizer à verdade que o francês caracterizava como *parresía*, eliminando hipóteses que podem nos confundir como possíveis estratégias.

As diferentes maneiras de dizer a verdade podem aparecer como formas, seja de uma estratégia da demonstração, seja de uma estratégia da persuasão, seja de uma estratégia de ensino, seja de uma estratégia da discussão. Faz a *parresía* parte de uma dessas estratégias, é a *parresía* uma maneira de demonstrar, é uma maneira de persuadir, é uma maneira de ensinar, é uma maneira de discutir? (FOUCAULT, 2010, p. 52)

Essas são as questões pontuadas, daí, o nosso olhar é deslocado para a primeira hipótese, seria a *parresía* uma maneira de demonstrar? De acordo com a teoria foucaultiana (2010, p. 52) “a *parresía* não pertence a uma estratégia da demonstração, não é uma maneira de demonstrar”, isso porque não há prova da *parresía* somente com a demonstração, por exemplo: quando Dion discute com Dionísio, ele não só demonstra sua opinião, como também responde de forma incisiva o que é dito pelo Dionísio, mostrando que na ocasião não há somente demonstração.

Apresentamos então a segunda hipótese: seria a *parresía* uma estratégia de persuasão ou arte da retórica? Primeiramente, não teria como a *parresía* ser definida como retórica, porque é um modo de dizer a verdade, enquanto a retórica é “uma maneira, uma arte ou uma técnica de dispor elementos do discurso a fim de persuadir” (2010, p.53). Isso, porque enquanto o sujeito parresiasta diz sua verdade, ele não está preocupado em persuadir o outro, um exemplo claro disso é durante a *parresía* de Platão perante Dionísio, retomando ao nosso primeiro exemplo.

Ela poderia, ela deve apelar para procedimentos da retórica. Mas não é necessariamente o objetivo e a finalidade da *parresía*. É claro que, quando Platão responde a Dionísio: vim procurar um homem de bem na Sicília, deixando implícito que não o encontra, temos aí algo que é da ordem do desafio, da ordem da ironia, da ordem do insulto, da crítica. Não de persuadi-lo. (FOUCAULT, 2010, p. 53)

Diante desta declaração, fica explícito o porquê da *parresía* não pertencer diretamente à retórica e nem a persuasão. Partindo da premissa do exemplo citado, em nenhum momento do encontro entre Platão e Dionísio o mestre Platão tentou convencer ou persuadir o tirano, em vez disso, houve a existência de uma resposta de ordem direta com o intuito de desaprovação.

A terceira hipótese é sobre a *parresía* não ser uma maneira de ensinar, nem uma pedagogia, “porque, se é verdade que a *parresía* sempre se dirige a alguém a quem se quer dizer a verdade, não se trata necessariamente de ensinar a este” (2010, p. 53). É óbvio que indiretamente durante uma conversa parresiasta, algo dito pelo sujeito parresiástico pode ensinar alguém, mas claramente não é o objetivo principal, porque normalmente a verdade dita vem em forma de ataque, constrangendo o interlocutor. Nessa tangente, Foucault afirma:

Na *parresía*, ao contrário, como se fosse uma verdadeira anti-ironia, quem diz a verdade lança a verdade na cara desse interlocutor, uma verdade tão violenta, abrupta, dita de uma maneira tão cortante tão definitiva, que o outro em frente não pode fazer mais que calar-se, ou sufocar de furor ou ainda passar a um registro totalmente diferente, que é, no caso de Dionísio e Platão, a tentativa de assassinato. (FOUCAULT, 2010, p. 54)

De fato, ao refletirmos a citação o parresiasta age de forma totalmente contrária a alguém que tem o objetivo de ensinar, na verdade o dizer a verdade vem em contramão a isso, se o sujeito parresiástico agisse de modo a ensinar, não falaria da maneira que fala. Normalmente o que se espera de alguém que ensina é uma atitude diferente de um sujeito agindo a partir da *parresía*.

Seguiremos para a última e quarta hipótese, seria a *parresía* uma maneira de discutir? Assim como todas as outras respostas, não, e o nosso teórico se utiliza de exemplos para mostrar os motivos:

De fato, nas duas figuras que vemos aqui – no caso de Platão ante Dionísio e no caso de Dion ante esse mesmo Dionísio -, não se trata tanto de uma discussão em que um dos discursos procuraria prevalecer sobre o outro, Há, de um lado, um dos interlocutores que diz a verdade, e que se preocupa, no fundo, com dizer a verdade o mais depressa, o mais alto possível; e depois, em face, o outro que não responde, ou que responde por outra coisa que não são discursos. (FOUCAULT, 2010, p.54)

Realmente a *parresía* não pode ser uma maneira de discutir, porque numa discussão habitualmente os sujeitos presentes defendem seus argumentos contrários ao assunto em questão, o que na *parresía* não acontece, mas, o sujeito *parresíatico* simplesmente afirma seu dizer a verdade sem se preocupar com a opinião alheia, o que é algo evidente no exemplo acima. Recapitulemos tudo o que foi dito até aqui, a *parresía* não é uma maneira de demonstrar, não é uma maneira de persuadir, não é uma maneira de ensinar e muito menos, uma maneira de discutir.

Para Foucault, a *parresía* é uma maneira de o sujeito dizer uma verdade e para que esse dizer a verdade seja constituída de *parresía*, é preciso constituir alguns elementos que contribuem para a cena se tornar *parresiasta*. Independente do momento ou situação, independente de como o sujeito aborda a *parresía*, o que torna a cena *parresiasta* ser a *parresía* é:

Mas, quaisquer que sejam as formas utilizadas por essa *parresía* quando se recorre a ela, sempre há *parresía* quando o dizer-a-verdade se diz em condições tais que o fato de dizer a verdade, e o fato de tê-la dito, vai ou pode ou deve acarretar consequências custosas para os que disseram a verdade. Em outras palavras, creio que, se queremos analisar o que é a *parresía*, não é nem do lado da estrutura interna do discurso, nem do lado da finalidade que o discurso verdadeiro procura atingir o interlocutor, mas do lado do locutor, ou antes do lado do risco que o dizer-a-verdade abre para o próprio interlocutor. (FOUCAULT, 2010, p.55)

Percebemos então, que para ser constituída *parresía* é preciso haver a existência de um efeito calculado ou não para o sujeito da *parresía*. O sujeito *parresíatico* é o locutor em cena, quando esse está afirmando o seu discurso verdadeiro, conseqüentemente ele está produzindo um efeito de retorno ao outro sujeito que está ouvindo, presente como interlocutor, um exemplo claro, é a contrar-reação de Dionísio as palavras ditas por Platão, claramente Dionísio fica furioso, e em conseqüência disso, manda matar ou escravizar Platão, algo que foi resultado da sua exposição do dizer a verdade perante o tirano.

Ainda sobre os *parresiastas* e para concluirmos as diversas pontuações colocadas até aqui, o Foucault afirma (2010, p. 56): “Os *parresiastas* são os que, no limite, aceitam morrer por ter dito a verdade. Ou mais exatamente, os *parresiastas* são os que empreendem dizer a verdade a um preço não determinado, o que pode ir até sua própria morte”. Ou seja, os sujeitos que praticam a *parresía*

e dizem a verdade, já dizem sabendo do risco indeterminado que podem sofrer, dessa forma, obviamente, já afirmam seus dizeres de verdades dispostos a pagar o preço da sua afirmação.

E é exatamente por isso, que a nossa proposta é analisarmos como as mulheres transexuais políticas do MERCOSUL enunciam, porque hipoteticamente acreditamos que seus discursos são dizeres de verdade, e se realmente forem dizeres de verdade constituídas de *parresía*, essas mulheres estão nesses espaços dispostas a pagar ou sofrer quaisquer que forem os efeitos de suas enunciações. Logo, também sabemos que o dizer a verdade está diretamente ligada com a obrigação e a possibilidade de dizer a verdade em procedimentos de governo, o que tem ligação direta com a instância política, constituindo a relação de si com os outros. Assim, fechamos esse tópico após todas essas consideráveis formulações traçadas entre a relação de Foucault com a *parresía*.

#### 4.2. A PARRESÍA COMO MODOS DE DIZER-A-VERDADE

Até esse momento, nós sabemos que realmente a *parresía* consiste em ser um modo do sujeito dizer determinada verdade, ocasionando algum tipo de risco ou consequência para o sujeito pelo fato desse dizer a verdade. Recorremos novamente ao Foucault para sintetizar algumas informações a mais sobre a *parresía*:

Em terceiro lugar, é uma maneira de dizer tal que abrimos para nós mesmos um risco pelo próprio fato de dizer a verdade. Em quarto lugar, a *parresía* é uma maneira de abrir esse risco vinculado ao dizer-a-verdade constituindo de certo modo como parceiro de nós mesmos quando falamos, vinculando-nos ao enunciado da verdade e vinculando-nos à enunciação da verdade. Enfim, a *parresía* é uma maneira de se vincular a si mesmo no enunciado da verdade, de vincular livremente a si mesmo e na forma de um ato corajoso. A *parresía* é a livre coragem pela qual você se vincula a si mesmo no ato de dizer a verdade. Ou ainda, a *parresía* é a ética do dizer-a-verdade, em seu ato de arriscado e livre. (FOUCAULT, 2010, p. 64)

Ou seja, sempre que o sujeito *parresiasta* for enunciar alguma verdade, sempre vai existir a possibilidade de esse sujeito sofrer alguma consequência, mesmo que esse risco não seja à perda da vida. Porque o que vai definir o nível do efeito da contra ação é o status do indivíduo interlocutor, por exemplo, no texto de Plutarco sobre o mestre e o tirano, quando Dionísio (interlocutor) manda que Platão (locutor da enunciação da verdade) seja morto ou vendido como escravo, essa possibilidade real só pode ser concretizada porque Dionísio, o tirano, é governante da cidade de Siracusa, logo, tem os meios que podem levar a concretização do ato.

Em quarto lugar, o dizer a verdade é algo diretamente ligado com a relação do sujeito consigo mesmo, de fato existe uma cooperação entre o sujeito parresiasta e a sua enunciação da verdade em dois níveis:

- a) Primeiro, porque “na parresía, o enunciado e o ato de enunciação vão, ao mesmo tempo, afetar de uma maneira ou outra o modo de ser e fazer, pura e simplesmente” (FOUCAULT, 2010, p. 65), não há como o sujeito fugir disso, ele se torna a verdade que enuncia;
- b) E segundo porque essa combinação entre o enunciado de verdade e o ato de enunciação provocam os efeitos que recaem sobre o corpo desse mesmo sujeito, ele é o corpo que enuncia o dizer a verdade e o mesmo corpo que poderá sofrer com os possíveis efeitos.

Na verdade, segundo o próprio Foucault (2010) o que demonstra essa cooperação entre dois níveis que acabam emergindo é um pacto no interior do enunciado parresiástico entre o sujeito que pensa a verdade mais o sujeito que diz a verdade com o enunciado e o conteúdo do enunciado.

Outra questão mencionada é a vinculação do enunciado de verdade como liberdade e como um ato corajoso do sujeito, ou seja, “só há *parresía* quando há liberdade na enunciação da verdade, liberdade de ato pelo qual o sujeito diz a verdade, e liberdade também desse pacto pelo qual o sujeito que fala se liga ao enunciado e a enunciação da verdade” (FOUCAULT, 2010, p. 63). Posto isto, o sujeito parresiasta precisa fazer valer sua condição de liberdade do sujeito que fala para suas ações constituírem em um ato corajoso.

Sendo assim, “o parresiasta, aquele que utiliza a parresía, é o homem verídico, isto é, aquele que tem a coragem de arriscar o dizer-a-verdade e que arrisca esse dizer-a-verdade num pacto consigo mesmo, precisamente na medida em que é o enunciador da verdade”(Foucault, 2010, p. 64), ou seja, o sujeito parresiástico assume a posição enquanto sujeito livre que tem a coragem de arriscar mesmo sabendo dos riscos.

Após toda essa síntese, onde evidenciamos a *parresía* como realmente um modo do sujeito dizer a verdade, nos avançaremos acerca da discussão sobre como o corpo é um objeto que enuncia, porque essa definição será de importante relevância na junção entre ambos os conceitos. Essa junção entre a *parresía* como modo de dizer a verdade e o corpo como enunciado vai abranger uma decorrente análise sobre as mulheres transexuais políticas do MERCOSUL nas audiovisualidades.

#### 4.2.1 O corpo enuncia

Para início de conversa, enquanto sujeitos dos estudos discursivos foucaultianos nós sabemos como a noção de corpo está contextualizada ao longo das obras de Michel Foucault, sendo diversas as perspectivas desenvolvidas pelo autor. Em suma, sob a ótica foucaultiana existem múltiplas maneiras de estudar o corpo que perpassa sob diferentes focos de pesquisas e campos do conhecimento: como o campo do saber, campo do poder e campo da ética.

Nesse contexto, a partir desses campos de conhecimentos e focos de pesquisas que estão ligados por um momento ou fase da sua obra, Foucault desenvolve algumas compreensões sobre corpo com múltiplos desdobramentos. Os primeiros estudos sobre o corpo emergem durante sua fase denominada arqueológica (um método de pesquisa acerca da análise da constituição do saber), no que tange particularmente suas primeiras obras, uma análise arqueológica que busca entender como os saberes constituem os sujeitos, a partir do advento das instituições.

Assim, em sua obra *O Nascimento da clínica* o filósofo começa a esboçar seus primeiros estudos sobre corpo, onde seu objetivo é analisar o corpo doente do sujeito, a fim de entender o olhar clínico sob o corpo doentio e os saberes da Medicina. De acordo com Foucault (1977, p. 139): “a experiência clínica se arma para explorar um novo espaço: o espaço tangível do corpo, que é ao mesmo tempo está massa opaca em que se ocultam segredos, invisíveis lesões e o próprio mistério das origens”. Portanto, é assim que surge o olhar foucaultiano para o corpo do sujeito, como um espaço novo para ser explorado, a fim de desvendar os seus mistérios, muito além do olhar clínico do médico para um corpo doente.

Entretanto, desde o princípio da década de 1970 que novas perspectivas sobre o corpo é manifestada por Michel Foucault, principalmente em: *Vigiar e punir: o nascimento da prisão* (1975), aqui o olhar foucaultiano é centrado para o corpo do sujeito no exercício das práticas e relações de poder da sociedade capitalista neoliberal, uma fase denominada por muitos estudiosos como a fase genealógica do poder.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. (FOUCAULT, 1987, p.119)

Nessa era foucaultiana da genealogia do poder, o corpo é observado como objeto de discurso no campo do poder, o corpo é submisso aos atravessamentos discursivos, podendo ser aperfeiçoado,

modificado, materializado de diferentes maneiras de acordo com os mecanismos, estratégias, e dispositivos na rede de relações de saber e poder da sociedade. Consequentemente:

Com o surgimento do capitalismo, emerge uma nova necessidade de pensar o corpo do sujeito, o corpo não será mais alvo das repressões penais como no poder soberano. É nesse contexto que vai aparecer em duas formas principais as “tecnologias de poder”, denominado por Foucault como o “poder disciplinar” e o “biopoder”. Sendo assim, o sujeito agora teria outra utilidade, gerar em função do capitalismo, ele tem que trabalhar para ser produtivo, logo, se ele não produz se torna um corpo descartável. (MOURA; MILANEZ, 2020, p. 153)

Para tanto, em uma fase chamada de genealogia da ética, eis que o teórico passa a direcionar seu olhar do corpo a partir de outra perspectiva, desenvolvida no campo da ética. Esses estudos eram direcionados para a Antiguidade clássica (grega e romana) a fim de descobrir técnicas desenvolvidas por gregos e romanos através de anotações de regimes, exercícios, diários, exames de consciências, como modos de vida do sujeito.

Em suma, a prática do regime enquanto arte de viver é bem outra coisa do que um conjunto de precauções destinadas a evitar as doenças ou terminar de curá-las. É toda uma maneira de se constituir como um sujeito que tem por seu corpo o cuidado justo, necessário e suficiente. Cuidado que atravessa a vida cotidiana; que faz das atividades maiores ou rotineiras da existência uma questão ao mesmo tempo de saúde e de moral; que define entre o corpo e os elementos que o envolvem uma estratégia circunstancial; e que, enfim, visa armar o próprio indivíduo com uma conduta racional. (FOUCAULT, 1984, p.98-99)

Com o intuito de justamente entender o funcionamento dessas técnicas e como foram deslocadas para a nossa atualidade, Foucault então buscava compreender a partir desses textos, a relação do corpo e alma do sujeito que os clássicos mencionavam, problematizando o sujeito portador de uma conduta ética e moral, a partir de suas próprias questões: práticas de liberdade do sujeito, o cuidado de si, técnicas de si, o governo de si e dos outros, dentre outros.

Cabe mencionarmos que essa aparente divisão da qual traçamos entre campos dos conhecimentos (saber/poder/ética) na obra do filósofo, nada mais é, que uma forma didática e resumida em mostrar como o filósofo direcionou seu olhar para o corpo, de acordo com diferentes perspectivas e focos de pesquisa. Mas, ressaltamos que há um entrelaçamento entre as diversas constituições de corpo para o Foucault, sendo que algumas constituições se complementam. Dessa forma, não nos fixaremos apenas a uma única noção de corpo dentro de um campo específico, mas, a noção de corpo abrangente associada a uma forma de enunciação do sujeito, e ligada à constituição de um discurso.

Primeiramente, o corpo só pode ser um lugar de enunciado, porque o enunciado para Foucault não é de natureza linguística (2019, p.129): “[...] percebi que não podia definir o enunciado como uma unidade de tipo linguístico (superior ao fenômeno e a palavra, inferior ao texto), mas que tinha de me ocupar de uma função enunciativa”, assim o enunciado é muito além do enunciado no sentido estritamente linguístico, mas é além das possibilidades, o enunciado exerce uma função enunciativa.

Segundo Gregolin: “é justamente a *função enunciativa*: o fato de ele ser produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e que possibilitam que ele seja enunciado” (2004, p. 26). Então, compreendemos que o corpo como objeto de enunciado age em função enunciativa que enuncia diferentes discursos, dependendo da sua época, espaço ou lugar. Mas, também “como um objeto entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem” (FOUCAULT, 2019, p. 128).

Partindo desse raciocínio, o corpo atua em função enunciativa sempre em conformidade com o sujeito, produzindo, manipulando, transformando, combinando e recompondo-se constantemente por práticas constituídas por determinado sujeito, sendo que essa constituição do sujeito se dá “por meio de práticas que podem ser de poder ou de conhecimentos ou ainda por técnicas de si” (REVEL, 2005, p. 85), ou seja, o corpo é a assinatura discursiva do sujeito inscrita por determinações históricas exteriores (como as relações de saber/poder e as instituições da sociedade).

Posto isso, constatamos que o corpo como enunciado só funciona em detrimento do sujeito: “o corpo não é nada sem a designação dos nomes dados pela memória linguística que os perpetua. Isso nos mostra um traço mnêmico da linguagem, o corpo por si só não se basta, ele é uma função de operações que colocam o sujeito em vida na vida” (MILANEZ, 2018, p. 87). Essa constituição do sujeito se dá através do status do indivíduo que lhe confere os lugares institucionais onde obtém seu discurso e as diversas posições em que pode ocupar, sendo essas práticas exteriores constituídas partir das relações de saber e poder e das instituições.

Desse modo, consideramos que o corpo é um objeto de enunciação discursiva que denuncia o atravessamento da sociedade: “Cada sociedade orienta o espelhamento e o reflexo do seu corpo de acordo com a moralidade de seu tempo” (MILANEZ, 2007, p.167) o corpo acaba sendo uma importante ferramenta do sujeito.

As modalidades de pertencimento de um corpo em relação ao objeto no qual, sobre o qual e em direção ao qual ele se inscreve é sobre o que nos faz voltar nosso olhar. O corpo arrasta consigo tudo aquilo que o designou desde que ele é reconhecido

como corpo pelo sujeito. (MILANEZ, 2019, p. 40)

Por isso que o corpo enuncia na medida em que direciona o nosso olhar, por que quando olhamos para determinado sujeito nos evidenciamos os gestos, os traços, os sinais, os movimentos mostrados em sua materialidade corporal, arrastando consigo as enunciações, posicionamentos e os discursos atravessados pelo sujeito. Ou seja, a enunciação do sujeito emerge a partir da sua materialidade corporal:

Observamos no corpo o que pode ser dito pela sua voz, pelos ruídos que enuncia, pelo desespero do grito, pelo sibilar dos sussurros. O entrelaçamento de sons com o corpo faz parte de uma composição de justaposição, associação e dissociação intrínsecas aos domínios do corpo enquanto dispositivo que enuncia o seu lugar no mundo. (MILANEZ, 2019, p. 22)

Diante de todas essas menções acerca do corpo, obviamente nos inteiramos que o corpo realmente é capaz de enunciar o discurso de determinado sujeito, mas o que talvez nos diferencie de outras áreas do conhecimento e teorias são o quanto isso é importante para o sujeito pesquisador foucaultiano, pois é preciso estar disposto a olhar de modo diferente para seu *corpus* de pesquisa, é preciso interrogar além das superfícies de emergência, é tomar o corpo como objeto de discurso, examinando as evidências nas entrelinhas.

Segundo o francês Jean-Jacques Courtine, esse modo diferente de olhar para o corpo sempre foi uma das preocupações foucaultianas:

A decifração do corpo me parece constituir a preocupação central da genealogia foucaultiana, esta "articulação do corpo e da história"; o corpo, "superfície de inscrição", ali aparece "todo impregnado de história", ao mesmo tempo "em contínua desagregação", um texto que se embaralha e desaparece: "a história arruinando o corpo", acrescenta Foucault". Esta perspectiva fornece seu eixo, e seu sentido, a este trabalho: discernir a impregnação profunda da história sobre o corpo, antes que ela mesma não a apague. A tarefa é, portanto, simultaneamente urgente e interminável. (COURTINE, 2013, p. 8-9)

Ainda em acordo com Courtine, o corpo:

Trata-se de revelar, aqui e acolá, através de um exercício sistemático do olhar, os indícios que afloram na superfície do corpo: traços morfológicos ou expressivos aqui, sintomas acolá. Trata-se ainda de converter os indícios que libera o percurso do olhar sobre o corpo em signos, pela enunciação de um discurso que atribui aos caracteres percebidos um estatuto significante, dotando-os de um sentido. (COURTINE, 2013, p. 48-49)

Dessa forma, as enunciações no corpo do sujeito, só nos são perceptíveis quando aguçamos o nosso olhar para manifestações de alguns traços discursivos invisíveis a outros sujeitos. Normalmente essa irrupção acontece por meio de sintomas que emergem a partir de gestos, símbolos, minúcias, indícios e vestígios, trata-se de ter esse cuidado ao olhar para o sujeito, porque é esse modo de olhar que vai nos mostrar os atravessamentos discursivos constituídos por aquele sujeito, que vai dar sentido para a constituição da pesquisa.

#### 4.3 A CORAGEM DA VERDADE: O DIZER-A-VERDADE DAS MULHERES TRANSEXUAIS POLÍTICAS

Antes de prosseguirmos com a trajetória da pesquisa, traçamos um resumo de algumas designações que foram estabelecidas acerca da *parresía* e o seu *dizer-a-verdade* que serão usadas para caracterizar o modo de olharmos, analisarmos e reconhecermos as sujeitas transexuais políticas como sujeitas parresiastas. Segundo Foucault, algumas características definem se o sujeito tem ou não a *parresía* são elas: a) *parresía* como qualidade e virtude: alguns têm, e outros não, porque o sujeito que tem *parresía* precisa exercer de modo coerente seu discurso; b) *parresía* como dever: o parresiasta tem obrigação de reagirem a algum tipo de situação que surgir; c) *parresía* como técnica: é preciso usar a *parresía* e servir com sabedoria nos momentos certos, mas, eventualmente pode acarretar em alguma consequência para si.

Além disso, temos que analisarmos o modo de dizer essa verdade que caracteriza a *parresía*, o modo como essa verdade é dita pelo sujeito. Porque é a ação do sujeito que vai determinar se há ou não um dizer a verdade em seu discurso. Sendo assim, a *parresía* consiste em certa maneira de dizer a verdade, e esse dizer a verdade pode aparecer em condições que o sujeito possa sofrer algum tipo de consequência, mas, ao praticarem a *parresía* o sujeito age sabendo da possibilidade de um risco indeterminado por causa de suas enunciações.

É apropriado observar alguns elementos que contribuem para a cena se tornar parresiasta: o modo do sujeito dizer a verdade, e observar a relação entre o sujeito parresiasta (sujeito locutor) e o seu interlocutor (o sujeito mencionado ou direcionado na *parresía*) que pode gerar algum tipo de consequência. Ademais, Foucault ainda vai dizer que é preciso também analisar o sujeito parresiasta e sua enunciação: o sujeito não pode fugir da verdade em que enuncia, ou seja, olhar se há coerência entre enunciação e a prática exercida pelo sujeito.

E por fim, só há a *parresía* quando existe liberdade na enunciação da verdade, isto é, o sujeito parresiasta precisa fazer valer sua condição de sujeito livre que tem a coragem de arriscar sabendo das consequências. Desse modo, seguimos para a apresentação (através da ordem alfabética dos países) das possíveis enunciações que podem consistir em dizeres parresiáticos das mulheres transexuais política do MERCOSUL.

Primeiramente, procuraremos evidenciar as possíveis enunciações parresiáticas nos discursos dessas mulheres. Em um segundo momento, classificaremos as regularidades e os discursos, e por fim caracterizaremos se há ou não a *parresía*. Os primeiros discursos apresentados serão da argentina Ornella Infante e começaremos pela audiovisualidade denominada como “Primer mujer trans”:

Então a verdade é que as perspectivas que temos é que vamos ganhar a província, vamos recuperar o governo, vamos ter a possibilidade de derrotar o macrismo e também suas políticas neoliberais que eles vêm realizando junto com seus cúmplices, o gabinete que os acompanha nesse grupo de empresários que tudo o que fazem é obter poder para as empresas, deixando de lado outros setores populares e principalmente nós mulheres. (Ornella Infante, *YOUTUBE*, tradução nossa)<sup>34</sup>

Nessa audiovisualidade, a pré-candidata expressa pensamentos positivos em relação a sua eleição e de seus apoiadores, mas o ponto chave do seu discurso é a crítica em relação ao macrismo: movimento político argentino, conservador, elitista, de ultra direita que é impulsionado pelos ideais de seu líder, Mauricio Macri, que foi presidente do país entre os anos de 2015 a 2019, e está organizado no Partido Propuesta Republicana por um grupo de empresários. Segundo Infante (Obs: o vídeo é do início de 2019, quando o macrismo ainda estava no poder) o macrismo precisava ser derrotado juntamente com suas políticas neoliberais e seus cúmplices, o grupo de empresários que se beneficiam dessas políticas, deixando de lado, outros setores populares e as mulheres.

Na segunda audiovisualidade, “Mates com Ornella Infante”, outra entrevista, dessa vez realizada em um programa de TV: “Tive um gatilho nas convicções sociais de que na verdade fui torturada em plena democracia em 1995 pela polícia de Tucumán por ser uma mulher trans” (Ornella Infante, *YOUTUBE*, tradução nossa)<sup>35</sup>. Dessa vez, a pré-candidata afirma que foi torturada

---

<sup>34</sup> Entonces la verdad que las perspectivas que tenemos es que vamos a ganar la provincia, vamos a recuperar el gobierno, vamos a tener la posibilidad de derrotar al macrismo y también a sus políticas neoliberales que han venido realizando junto con sus cómplices, el gabinete que las acompaña en este grupo de emprendedoras que lo único que hacen es ganar poder para las empresas, dejando de lado a otros sectores populares y en especial a nosotras las mujeres. (Ornella Infante, *YOUTUBE*)

<sup>35</sup> Tuve un detonante en las convicciones sociales de que en realidad fui torturada en plena democracia en 1995 por la policía de Tucumán por ser mujer trans. (Ornella Infante, *YOUTUBE*)

em plena democracia, em 1995, pela polícia da cidade de Tucumán, capital da província de mesmo nome Tucumán, localizada no noroeste argentino.

A segunda política é a brasileira Erica Maluginho durante pronunciamento na Assembleia Legislativa de São Paulo, na audiovisualidade “Pronunciamento da Deputada Erica Maluginho”.

Nosso mandato, nossa mandata quilombo protocolou um Projeto de Lei 491/2019, que prevê a estadualização do Programa Transcidadania, obviamente isso já era uma pauta, já era um caminho de luta que este mandato tinha, mas, obviamente também é uma resposta, porque acredito que depois da violência que as pessoas transexuais sofreram aqui, publicamente neste plenário, por meio da voz do deputado Douglas. É importantíssimo que além das desculpas ditas ao microfone, nós procuremos, sim, buscar reparações efetivas de modo que a vida da população transexual não se precarize mais. (Erica Maluginho, *YOUTUBE*)

O discurso da deputada Erica Maluginho é uma resposta em relação a outro deputado da casa legislativa, o deputado Douglas Garcia, apoiador do presidente do Brasil, ambos partilham dos mesmos ideais conservadores. Em determinado momento, em outra assembleia o deputado bolsonarista efetuou um discurso transfóbico a fim de atacar sua colega deputada. Com a intenção de realmente dar uma resposta, após a violência sofrida, a deputada protocolou um projeto de lei para a estadualização do Programa Transcidadania.

Esse programa já existe na prefeitura de São Paulo e estimula ações para garantir que as populações trans se distanciem da vulnerabilidade e precariedade, que tenham direito à saúde, acesso a escolaridade e uma intermediação no mercado de trabalho. Assim, a deputada espera como um pedido de desculpas, que a assembleia aprove seu projeto, em reparação a violência que a população trans sofreu diante do discurso do deputado Douglas. Já, na segunda audiovisualidade na qual diz “É gravíssimo eu ser a única deputada negra no mundo”, a deputada se encontra em uma entrevista à revista brasileira *CartaCapital*, revista que possui um jornalismo no viés crítico progressista, com notícias sobre política, economia e sociedade.

A questão não é ele, o Douglas em si, é entender ele como parte de um processo, de um sistema de opressão no qual ele é porta voz, inclusive se desentendendo do lugar também, né, histórico que lhe foi colocado enquanto uma pessoa que passou durante muitos anos, amargurado sem conseguir exercer sua sexualidade de forma saudável, enfim, inclusive sua identidade étnica, então, acho que esse retrato que a gente tem. Dizer que existe transfobia na comunidade LGBT, óbvio, que existe a transfobia praticada inclusive é, pela comunidade negra, óbvio, é óbvio que o machismo é praticado, isso é quando a gente fala de estrutura institucionalidade, violências estruturais, isto foi um rolo compressor que foi pra todo mundo, então, isso não exige absolutamente ninguém, não exige a direita, não exige a esquerda, não exige nenhum partido. (Erica Maluginho, *YOUTUBE*)

Assim como seu discurso na Assembleia, a Erica Maluginho repete seu posicionamento diante da transfobia realizada pelo deputado Douglas Garcia, a única diferença é que quando perguntada sobre o assunto, a deputada transexual acaba destrinchando acerca da transfobia como um caso de racismo estrutural que perpassam as instituições e as leis da sociedade brasileira, ou seja, esse racismo estrutural evidencia a reprodução de discursos mesmo que inconscientemente em diversos âmbitos: político, social e cultural, porque a estrutura do racismo está na raiz dessa sociedade brasileira, não eximindo sujeitos, seja ele da comunidade LGBTQIA+, negros, brancos ou mulheres, não eximindo esquerda ou direita, e muitos menos partidos.

Seguimos com as enunciações, dessa vez, a também brasileira, co-deputada Erika Hilton na audiovisualidade “Atividades da deputadas Mônica e Erika Hilton”.

É, nós precisamos sim, nós precisamos fomentar o empreendedorismo negro porque nós temos um número muito grande de mulheres negras, por exemplo, nos serviços domésticos, homens negros com baixa escolaridade, nós não temos na história do Brasil depois do processo da falsa abolição onde se disse que se abole a escravidão no Brasil e os negros ficam desassistidos, os negros não têm como voltar para suas terras e permanecem aqui numa “escravidão simbólica”, né, que continuam vítimas de um processo dos escravocratas, dos escravagistas e esse processo se perpetua até os dias de hoje, né, aonde esses movimentos, onde esses grupos, onde esse segmento social têm dificuldade de ingressar na escolaridade, de conseguir um ensino superior completo, então, é importante que nós tiramos essas vidas e segmentos do sub emprego, da marginalidade, do tráfico de droga, que é uma consequência, um reflexo da escravidão no Brasil. (Erika Hilton, *YOUTUBE*)

Erika Hilton foi perguntada na Assembleia Legislativa de São Paulo acerca da importância do empreendedorismo negro como forma de diminuição de desigualdades entre sujeitos, assim, seu discurso gira em torno desse movimento. A deputada fala abertamente da sua visão sobre como o movimento do empreendedorismo negro vai possibilitar a visibilidade da população negra brasileira, que ainda é a população marginalizada, sendo sujeitos negros, a maioria nos empregos subalternizados, são os sujeitos que tem maiores dificuldade de ingressar na escolaridade, no ensino superior e logo, no mercado de trabalho, além das maiores vítimas da marginalidade e tráfico de drogas. Segundo ela, isto é o reflexo da escravidão após a falsa abolição, onde sujeitos negros permanecem num tipo de escravidão simbólica, ou seja, esse empreendedorismo seria uma forma de reparação histórica.

Na sua segunda audiovisualidade intitulada “Erika Hilton: O próximo passo para 2020 é discutir a masculinidade e o patriarcado”.

O governador do ano passado construiu uma delegacia 24 horas para a mulher, mas, uma delegacia que quem atenderia a essas mulheres eram policiais

extremamente despreparados, com jornadas de trabalho extremamente exaustiva, sobre pressão, sobre stress, é preciso pensar com empatia, com respeito e construir políticas com seriedade, uma delegacia de 24 horas para a mulher é algo extremamente benéfico, quando nós preparamos os profissionais que estarão lá atendendo essas mulheres. (Erika Hilton, *YOUTUBE*)

Assim, como Erica Maluginho, Erika Hilton foi entrevistada pela revista *CartaCapital* e quando questionada sobre a violência sofrida pelas mulheres, ela menciona um acontecimento que poderia ser melhor avaliado, melhor estruturado, que foi a construção de uma delegacia vinte e quatro horas para atendimento da mulher realizada pelo então governador do estado de São Paulo em 2018, mas que, apesar dos benefícios que a delegacia poderia promover, o estado não se preocupou sobre quem seria os sujeitos que atenderiam essas mulheres, na verdade, seriam os mesmos policias despreparados e com jornadas de trabalho excessivas, das mesmas unidades de polícias que fazem todos os tipos de atendimentos ao público, no geral. Dessa forma, de acordo com Hilton, o estado não pensou na preparação dos sujeitos que atenderiam nessa delegacia, não pensou com empatia ou seriedade na construção desse espaço tão importante para a mulher.

A terceira deputada é a brasileira Robeyoncé Lima enquanto co-deputada de Pernambuco, na audiovisualidade “A gente não pode trabalhar a questão da negritude isolada de outras pautas”, Robeyoncé Lima”:

Como bem falou Andréia de Jesus à gente tem uma democracia de 30 anos, a gente tem 30 anos de democracia, mas, que tipo de democracia é essa, que uns são mortos e outros não, a morte de uns é banal, as outras não, que tipo de democracia é essa, que uns têm mais direito do que outros, que tipo de democracia é essa que a gente comete um delito da cor apenas pelo fato de ser negro, ou de ser negra, sabe, quando a gente fala de democracia. (Robeyoncé Lima, *YOUTUBE*)

Esse seu discurso foi realizado durante o evento no seminário “*Negras Vozes*” no mês da consciência negra realizado pela Fundação Lauro Campos, aqui a deputada expressa sua insatisfação acerca de questões democráticas que deveriam ser exercidas para proteger o povo, principalmente os sujeitos invisibilizados pela sociedade. A sua indagação consiste em, justamente, alguns sujeitos deterem mais direitos do que outros, sendo esses outros, negros, mulheres, sujeitos da comunidade LGBTQIA+ que sofrem com o apagamento de direitos.

O que acontece é que esses sujeitos são estigmatizados e apagados pelas marcas de seus corpos: a marca da etnia, a marca de ser mulher e a marca de ser o que puder, por fugirem exatamente do padrão imposto, é por isso que essas marcas produzem estigmas, esses estigmas levam a marginalização dos seus direitos, logo, se não há concretamente direitos, segundo Lima é a manifestação de um país não democrata. Deste modo, prosseguiremos, com o discurso de

Robeyoncé Lima no segundo arquivo audiovisual: “ROBEYONCÉ LIMA | Deputada Eleita (PSOL-PE)”:

Com esse governo né, foi dada uma legitimidade à sociedade, foi o governo, é, legitimamente eleito nas urnas né, foi dada uma autorização para que a sociedade fizesse este tipo de extermínio, o que também não é novidade pra gente, veja, o extermínio de LGBTs, de travestis e transexuais não é de hoje né, mas o que a gente tem é uma identificação desse extermínio, sabe, uma multiplicação, uma elevação ao quadrado, ao cubo. Como é que a gente pode trabalhar essa questão em uma sociedade tão conservadora que a gente tem, é uma sociedade que tenta colocar novamente as pessoas nos seus papéis tradicionais, de que mulher negra tem que estar na cozinha, de que um homem negro tem que ter operário, de que travesti e transexual não pode ser deputada, que travesti e transexual tem que estar esquinas fazendo um programa. (Robeyoncé Lima, *YOUTUBE*)

Nessa audiovisualidade, as enunciações da deputada são a respeito do resultado das eleições presidenciais em 2018, que elegeram Jair Bolsonaro como presidente do país no período de 2019-2022, conforme a deputada, suas falas, seus posicionamentos e opiniões, enquanto presidente autorizam a sociedade brasileira a agir da forma que vem agindo, com um aumento elevado dos números acerca dos extermínios dos sujeitos transexuais e travestis, o aumento do conservadorismo no país e a falta de políticas públicas que incentivem o crescimento de parte da parcela da população negra, feminina e LGBTQIA+. Segundo Lima, é o retorno de uma sociedade que coloca novamente os sujeitos a margem em papéis tradicionais: a mulher no espaço doméstico, o homem negro em uma profissão subalterna e o transexual/travesti na prostituição e não na política.

Diante dessas enunciações já é possível observarmos certas regularidades entre as enunciações discursivas das sujeitas na política, mas que serão observadas, analisadas e discutidas mais á frente. Por isso, seguimos com o arquivo audiovisual da senadora do Uruguai, Michelle Suárez em “Buen día Uruguay – Michelle Suárez 09 de Octubre de 2017”:

Embora, nos últimos anos tenha havido enormes esforços para ter a regulamentação de segurança social que protejam as trabalhadoras do sexo, que inclui a grande maioria das mulheres trans que não tiveram outra opção para sobreviver, a não ser se envolver em trabalho sexual, novamente, quando vamos ver quais são os resultados na aplicação prática. Infelizmente, poucas pessoas puderam confiar neste regulamento, porque, em geral, esquecemos que as regras por si só não podem reparar os problemas sociais, se não tivermos uma população beneficiária empoderada, com seus direitos e ao mesmo tempo, que haja o monitoramento estatal da aplicação prática, que é o que se pretende com as últimas regulamentações. (Michelle Suárez, *YOUTUBE*, tradução nossa)

<sup>36</sup>

<sup>36</sup> Si bien en los últimos años se ha hecho un gran esfuerzo por contar con una reglamentación de seguridad social que proteja a las trabajadoras sexuales, lo que incluye a la gran mayoría de las mujeres trans, quienes no han tenido otra

A senadora uruguaia durante uma entrevista para a televisão discute o período de lei vigência das leis no Uruguai, principalmente, a regulamentação que deveria proteger as sujeitas trabalhadoras do sexo, sendo boa parte delas as sujeitas transexuais, que por não terem outra opção, se envolvem no trabalho sexual. Segundo Michelle Suárez, a vigência da lei não significa sua aplicação na prática, isto é, sem a aplicação real na prática, não há a segurança esperada para os indivíduos que deviam ser beneficiados, sendo assim, a senadora solicita que haja a partir de agora um monitoramento do estado na aplicação das leis.

Antes de prosseguimos, esclarecemos que ao observarmos a segunda audiovisualidade da senadora uruguaia, não encontramos evidências suficientes para apresentarmos a audiovisualidade como um possível, dizer a verdade, por este motivo, selecionamos apenas um dos arquivos audiovisuais, dessa maneira, avançaremos com a apresentação da audiovisualidade da deputada venezuelana, Tamara Adrián.

Higueira: Mas você me disse que brincou um pouco com a moda, o fato é que depois desses sete anos, seis anos, você voltou para a Venezuela e você começa a procurar um emprego, você tinha cabelo comprido? Adrián: Meu cabelo não era muito mais longo do que é agora e, claro, para uma Venezuela como a que foi e continua sendo muitos aspectos, porque tenho amigos e amigas que trabalham em escritório de advocacia e que trabalham em empresas e que ainda estão no armário. (Tamara Adrián, *YOUTUBE*, tradução nossa)<sup>37</sup>

Assim como a senadora uruguaia, a deputada Tamara Adrián também aparece falando durante uma entrevista, em um programa de televisão. Durante sua fala, inclusive, a deputada é perguntada sobre sua volta a Venezuela depois de morar por sete anos na França, onde fez seu doutorado em Direito, pela Universidade Panthéon-Assas, por conseguinte, Adrián respondeu a questão relacionando a dificuldade de amigos e amigas saírem do armário, a fim de assumirem suas transexualidades por trabalharem em escritórios de advocacia e empresas privadas. Além disso, assim como Michelle Suárez, não encontramos na outra audiovisualidade de Tamara Adrian

---

opción para sobrevivir que dedicarse al trabajo sexual, nuevamente, cuando veremos cuáles son los resultados en la aplicación práctica. Lamentablemente, muy pocas personas podrían confiar en esta regulación, porque, en general, olvidamos que las reglas por sí solas no pueden solucionar los problemas sociales si no contamos con una población beneficiaria empoderada con sus derechos y al mismo tiempo, que haya un control estatal en monitoreo de la aplicación práctica, que es lo que se pretende con la última normativa. (Michelle Suárez, *YOUTUBE*)

<sup>37</sup>Higueira: Pero me dijiste que jugaste un poco con la moda, el caso es que después de estos siete años, seis años, regresaste a Venezuela y empezaste a buscar trabajo, ¿tenías el pelo largo? Adrián: Mi cabello no era mucho más largo de lo que es ahora y, claro, para una Venezuela como la que fue y sigue siendo en muchos aspectos, porque tengo amigos que trabajan en un escritorio de abogados y que trabajan en empresas y que todavía están en el armario. (Tamara Adrián, *YOUTUBE*)

evidências suficientes que poderiam caracterizar como *parresía*, por isso, selecionamos apenas a audiovisualidade citada acima. Com isso, avançaremos para as discussões,

A fim de facilitarmos o desenvolvimento das análises, classificamos as discussões por séries discursivas de investigações. Na primeira série a ser desenvolvida, destacaremos as *regularidades existentes entre as enunciações discursivas* das sujeitas políticas do MERCOSUL.

#### 4.3.1 Série1: As regularidades discursivas

*Regularidade I: Críticas ao Estado.* Durante a primeira audiovisualidade, a argentina Ornella Infante discute acerca de posicionamentos do movimento Macrismo e sua política neoliberal que visam beneficiar os empresários que o apoiam esquecendo-se dos setores populares e das mulheres, essa crítica ao governo de seu país, é algo bastante peculiar entre as políticas. A deputada brasileira, Erika Hilton em sua primeira audiovisualidade critica o Estado brasileiro por não incentivar o empreendedorismo negro brasileiro, causando assim desigualdades sociais entre sujeitos, que continuam vítimas de processos escravocratas.

Assim, como Hilton e Infante, a deputada Robeyoncé Lima em seu segundo arquivo audiovisual também faz críticas diretamente ao presidente do país e aos efeitos de seu governo. A causa é legitimação de discursos do presidente que atacam diretamente os sujeitos marginalizados, além da falta de políticas públicas favoráveis ao crescimento do empreendedorismo dessa camada prejudicada da sociedade, que em contrapartida estimulam a ida dos sujeitos aos empregos em espaços subalternos, assim como também disse Erika Hilton.

Essas regularidades discursivas entre as sujeitas nos mostram o papel e a importância da manutenção de políticos de oposição, de políticos que realmente, representem os indivíduos de toda a camada da sociedade, para exercerem opiniões, críticas aos governantes visando à melhoria de vida daquela população. Além da importância dessa liberdade de expressão que vai tornar o funcionamento de um país no interior da democracia.

*Regularidade II: Instituição policial.* Durante sua segunda audiovisualidade, Ornella Infante denuncia violências exercidas pela polícia da cidade de San Miguel de Tucumán na Província de mesmo nome, no ano de 1995, segundo ela, em plena democracia foi torturada por ser uma mulher trans por policiais. Aliás, quem também enuncia um discurso contra a polícia como autoridade policial (instituição cujo objetivo é assegurar a segurança física e patrimonial da sociedade), é a deputada brasileira, Erika Hilton, em sua segunda audiovisualidade.

No seu discurso, Hilton julga as capacidades policiais na realização de atendimentos em uma delegacia vinte e quatro horas para mulheres, isso porque seriam os mesmos policiais despreparados que já trabalham em outras unidades, na realização de atendimentos a todos os tipos de públicos e com as mesmas jornadas de trabalho excessivas. Em ambos os discursos, a discussão segue em torno da raiz problemática de uma mesma instituição, que é estrutura da polícia, independente das diferenças entre os países.

*Regularidade III: Transfobia.* A deputada brasileira Erica Malunguinho menciona a existência da transfobia em suas duas audiovisualidades, na primeira audiovisualidade, a deputada responde à transfobia sofrida e realizada por seu colega, o também deputado Douglas Garcia, colecionador de ideais bolsonaristas preconceituosos durante um pronunciamento na Assembleia Legislativa de São Paulo. Em sua segunda audiovisualidade durante a entrevista a *CartaCapital*, Malunguinho aponta a transfobia como parte de um processo do racismo estrutural que está impregnado nas instituições, nos sujeitos da sociedade brasileira, não eximindo a própria comunidade LGBTQIA+, partidos políticos, independentes de serem de esquerda ou direita.

E assim como Malunguinho, a deputada de Pernambuco, Robeyoncé Lima em seu segundo arquivo audiovisual aborda o crescimento da violência sobre os corpos de sujeitos transexuais e travestis que caracterizam em transfobia, segundo ela, o aumento elevado é causado pela legitimação de preconceitos estimulados pelo presidente do país.

Outra política que também cita questões transfóbicas, é a deputada venezuelana Tamara Adrián na audiovisualidade dois. Adrián exemplifica situações que são geradas, justamente pela transfobia na Venezuela, ela cita uma situação comum entre conhecidos dela, que trabalham em escritórios e empresas de advocacias, mas que escondem sua transexualidade por medo dos julgamentos no âmbito da instância do Direito e também no que se refere a toda a da sociedade. A través desses discursos regulares, percebemos claramente os malefícios do preconceito, e principalmente da transfobia, que é o assunto principal desenvolvido aqui.

*Regularidade IV: Leis.* Michelle Suárez, senadora do Uruguai, na audiovisualidade dois durante uma entrevista na televisão, evidencia problemáticas em relação à aplicação das leis numa sociedade, de acordo com Suárez, existe uma grande dificuldade na aplicação de uma lei que foi aprovada, porque muitas vezes em prática, a lei não consegue chegar até aos indivíduos que deveriam ser beneficiados por ela, justamente porque não há um monitoramento da sua aplicação em prática.

De outra perspectiva, a deputada Erica Malunguinho na audiovisualidade um, durante um pronunciamento na Assembleia manifesta o desejo na aprovação de uma Lei reestruturada por ela para os sujeitos transexuais no Estado de São Paulo. Mas, primeiro entenderemos sobre o assunto em si, o objetivo de uma lei em uma sociedade é tornar obrigatório, a constituição de direitos e deveres dos indivíduos, segundo que essas leis chamadas de normas jurídicas são elaboradas pelos representantes da população, sejam, vereadores, deputados e senadores, que são eleitos para justamente tratar desses assuntos.

Sendo assim, diante de duas regularidades discursivas, temos duas versões acerca das leis, temos a preocupação na vigência de leis uruguaias evidenciada pela senadora Michelle Suaréz e, temos a tentativa de criação de uma lei por Erica Malunguinho, deputada de São Paulo. Independente das duas visões, o que nos interessam mesmo, é entender a importância da existência desses papéis para problematização da criação e vigência das leis na sociedade, porque sem o envolvimento dessas políticas, não teríamos críticas ou transformações que visam mudar a situação de indivíduos marginalizados. Isso nos mostra o papel da representatividade nos interesses dos grupos sociais de um povo para desempenhar tais papéis.

*Regularidade V: Democracia.* A deputada Robeyoncé Lima em seu primeiro arquivo audiovisual manifesta sua insatisfação acerca da democracia brasileira de mais de 30 anos, mas, com questões problemáticas que segundo ela, não poderiam existir em um país democrata, como, a situação em que sujeitos detêm mais direitos de que outros por causa de etnia e por causa de sua identidade ou orientação sexual.

Ornella Infante, na audiovisualidade dois durante uma entrevista, a pré-candidata da Argentina também expõem essa problemática em seu país, conforme suas palavras, ela mesma sofreu torturas militares pela polícia da cidade de Tucumán em plena democracia argentina no ano de 1995, por ser uma mulher trans. Mas, enfim, o que é esperado de uma democracia? Uma das principais funções da democracia é garantir a igualdade entre os indivíduos, garantir a proteção dos direitos humanos, a liberdade de expressão, e oportunidades de participação política, econômica, social e cultural, pelo menos era o deveria ser. Em ambos os discursos, temos a preocupação das políticas com esses direitos que deveriam ser garantidos a todos os sujeitos.

Todas as regularidades discursivas encontradas nos discursos das mulheres transexuais políticas do MERCOSUL nos mostram as semelhanças entre as condições atuais entre esses países, que possibilitam que essas sujeitas lutem, discutam e abordem questões acerca da defesa dos direitos, não só dos sujeitos transexuais, como também a comunidade LGBTQIA+, mulheres e

negros. Além disso, essas regularidades discursivas apresentam o modo como a verdade é dita por esses sujeitos, assim como Foucault caracterizou que seria a *parresía*, ou seja, são as ações dos sujeitos que determinam se há ou não o dizer verdadeiro em seu discurso,

Pensando nisso e observando as enunciações através das regularidades discursivas que evidenciamos:

*I: Críticas do Estado (Ornella Infante, Erika Hilton e Robeyoncé Lima)*

*II: Instituição policial (Ornella Infante e Erika Hilton)*

*III: Transfobia (Erica Malunguinho, Robeyoncé Lima e Tamara Adrián)*

*IV: Leis (Michelle Suárez e Erica Malunguinho)*

*V: Democracia (Ornella Infante e Robeyoncé Lima)*

Todas essas regularidades sobre determinados assuntos evidenciam que as ações e os seus discursos produzidos por essas sujeitas são um modo de vida que caracterizam a *parresía*, pois não há como separar a vida dessas sujeitas e a política, porque enquanto políticas seguem uma vida coerente com seus discursos. Sendo assim, o papel e a vida das mulheres transexuais políticas do MERCOSUL é precisamente dizer a verdade, dizer toda verdade necessária e por isso se caracterizam como uma *parresía*.

#### **4.3.2 Série 2: O sujeito parresiasta e o interlocutor**

Nesta segunda série, como o próprio título enuncia, observaremos as possíveis relações entre o sujeito parresiasta (sujeito locutor do discurso, nesse caso as mulheres políticas) e o seu possível interlocutor (sujeito/instituição mencionada ou direcionado durante a *parresía*) analisando as possíveis consequências que os interlocutores podem gerar para os sujeitos parresiasta, além disso, o que vai definir o nível de efeito de uma contra-ação é o status do indivíduo interlocutor.

Segundo Foucault, esses os interlocutores podem causar algum tipo de efeito ou risco sob “o parresiasta, aquele que utiliza a *parresía*, é o homem verídico, isto é, aquele que tem a coragem de arriscar o dizer-a-verdade e que arrisca esse dizer-a-verdade num pacto consigo mesmo, precisamente na medida em que é o enunciador da verdade” (FOUCAULT, 2010, p. 64), mesmo sabendo disso, o risco é aceito por aquele quem a enuncia, o sujeito parresiasta assume sua posição independente dos riscos enquanto sujeito livre que tem a coragem de arriscar e falar a *parresía* diretamente para seu interlocutor.

Como forma de facilitar o nosso trabalho de análise, criamos o quadro que pode ser visualizado logo abaixo, a fim de ilustrarmos as informações de maneira que fiquem claras.

Quadro 3 –Sujeita parresiasta e seu interlocutor

SUJEITA PARRESIASTA	INTERLOCUTOR: SUJEITO OU INSTITUIÇÃO	TÍTULO DA AUDIOVISUALIDADE
Argentina - Ornella Infante	Macrismo e o seu Partido Propuesta Republicana	Primer mujer trans
	Polícia de Tucumán	Mates con Ornella Infante
Brasil - Erica Maluginho	Deputado Douglas e seus ideais bolsonaristas	Pronunciamento da Deputada Erica Maluginho
		É gravíssimo eu ser a única deputada negra no mundo
Brasil – Erika Hilton	O país Brasil e sua falsa abolição ou escravidão simbólica	Atividades da deputadas Mônica e Erika Hilton
	Governador do Estado de São Paulo em 2018 e a polícia	Erika Hilton: O próximo passo para 2020 é discutir a masculinidade e o patriarcado
Brasil – Robeyoncé Lima	Brasil e a democracia	A gente não pode trabalhar a questão da negritude isolada de outras pautas’, Robeyoncé Lima
	Jair Bolsonaro e seus postulados	ROBEYONCÉ LIMA   Deputada Eleita (PSOL-PE)
Uruguai – Michelle Suárez	Uruguai e suas leis	Buen día Uruguay – Michelle Suárez 09 de Octubre de 2017
Venezuela – Tamara Adrián	Advocacia (Direito)	En Intimo con la Deputada Tamara Adrián

Fonte: Elaborado pela autora

Ao observarmos as informações, avaliamos os possíveis riscos que poderiam acontecer com as sujeitas parresiastas causadas por seus interlocutores. Segundo Foucault a *parresía* “é uma maneira de dizer a verdade tal que abrimos para nós mesmos um risco pelo próprio fato de dizer a verdade” (FOUCAULT, 2010, p.63). Sendo assim, ao visualizarmos os diferentes interlocutores das

mulheres transexuais políticas, claramente todas poderiam sofrer quaisquer que fossem as consequências, seja o ataque no nível da morte (através de partidos extremistas citados por algumas delas, como macrismo na Argentina e postulados bolsonaristas no Brasil), um exemplo claro disso, que é o que aconteceu com a então vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco que foi terrivelmente assassinada em 2018.

Outras sujeitas também poderiam sofrer riscos: como represálias da instituição policial, a qual denunciam como efeitos da *parresía*, correndo o risco de ser presas, assim como poderiam ser processadas ao citarem indivíduos como o governador, presidentes, deputados ou qualquer outro sujeito ou político, assim como poderiam também sofrer outros efeitos inimagináveis.

Mas, independentemente disso, de acordo com Foucault: “o parresiasta é aquele que faz valer sua própria liberdade de indivíduo que fala” (Foucault, 2010, p. 63), e claramente é isso, que as mulheres transexuais políticas fazem aqui, é utilizar o seu lugar enquanto sujeitas políticas, para criticarem, falarem, seus dizeres de verdade que consistem em discursos acerca da na sociedade em que vivem aceitando os riscos enquanto mulheres livres que tem a coragem de arriscar e falar a *parresía*.

### 4.3.3 Série 3: A *parresía* como virtude, dever e técnica

Após a discussão das séries anteriores: do modo de dizer à verdade que caracteriza a *parresía* e os elementos que contribuem para a cena se tornar parresiasta: sujeito parresiasta e o seu interlocutor. Nesta série, nós encaminharemos as características que definiriam se o sujeito tem ou não a *parresía*, segundo Foucault. A ideia é justamente, consolidarmos as mulheres transexuais políticas do MERCOSUL como sujeitas constituídas de dizeres parresiaticos.

Segundo Michel Foucault, as características que definirão se o sujeito tem ou não a *parresía* são: a *parresía* como virtude, a *parresía* como dever e a *parresía* como técnica. Primeiramente, ao olharmos para as audiovisualidades das mulheres transexuais políticas carregadas de enunciações reconhecemos essas características.

*Parresía* como virtude ou qualidade: alguns sujeitos teriam e outros não, no caso das mulheres transexuais políticas, observamos que todas têm essa conduta, porque elas se utilizam dos seus espaços, suas vozes, seus corpos para defenderem as causas em que acreditam, não somente os sujeitos transexuais como si mesmas, mas também todos os pertencentes à comunidade LGBTQTIA+, mulheres, negros. E justamente, por agirem de maneira coerente consigo mesmas, é

que elas conseguem defender esses outros. Segundo Foucault: “não se pode cuidar de si mesmo, se preocupar consigo mesmo sem ter relação com o outro” (FOUCAULT, 2010, p.43).

*Parresía* como dever: os sujeitos parresiaticos possuem certas obrigações de agir diante de algum tipo de situação ou momento, essa é uma das características mais fundamentais para as mulheres políticas, por justamente serem representantes do povo, devem e estão sempre preparadas para lidar com as multiplicidades de situações com discernimento. E foi o que mais evidenciamos nas diferentes audiovisualidades das sujeitas, todas essas mulheres defendiam muito bem os direitos LGBTQIA+, cumprindo com suas obrigações o que esperam delas.

*Parresía* como técnica: caracterizariam os sujeitos que saberiam se servir da *parresía*, ou seja, aqueles que utilizam a *parresía* a seu favor, sabendo retirar algo bom diante das situações que surgirem e caracterizariam, sobretudo, os sujeitos que dão provas da *parresía*. Ao apreciarmos as audiovisualidades das sujeitas transexuais, desde as regularidades discursivas até o enfrentamento de seus interlocutores, as mulheres sim, usam a *parresía* como um técnica, e isso fica muito claro durante seus discursos, tanto utilizam a *parresía* de modo adequado sem seu favor como também dão provas de *parresía* em diversos momentos de sua fala.

Um exemplo da *parresía* como uma técnica, é o discurso da deputada brasileira Erica Maluginho durante um pronunciamento em resposta a transfobia do deputado Douglas, a deputada aproveita a situação para concretizar seu projeto de lei denominado como Transcidadania, como um pedido de desculpas da casa legislativa aos sujeitos transexuais e travestis pelo caso da transfobia. Aqui, tanto ela utiliza a *parresía* ao seu favor, como também dá provas acerca da sua obrigação enquanto política, de cobrar melhorias para aqueles que representam.

Seriam essas as características dos sujeitos detentores da *parresía*, dessa forma, consideramos que as mulheres transexuais políticas do MERCOSUL se apropriam da *parresía* como virtude, dever e técnica, mesmo que indiretamente em seus discursos para exercerem suas enunciações. Ainda de acordo com Foucault: “a *parresía* é uma virtude, dever e técnica que devemos encontrar naquele que dirige consciência dos outros e os ajuda a constituir sua relação consigo” (FOUCAULT, 2010, p. 43), isso porque a *parresía* é constituída da relação entre o sujeito consigo e sua relação com o outro.

#### 4.3.4 A coragem da verdade

Diante de tudo e partir da construção das séries discursivas, evidenciamos que as mulheres transexuais políticas do MERCOSUL realmente se utilizam daquilo que o Foucault vai denominar por fala franca, fala francamente ou dizer-a-verdade em seus discursos políticos, em diferentes lugares e em diferentes posições.

Durante as séries revelamos que: a) a *parresía* aparece caracterizada através de discursos produzidos sobre diferentes assuntos evidenciando as ações e enunciações como um modo de vida das sujeitas transexuais; b) quando as mulheres políticas praticam o dizer a verdade já o faz sabendo das possibilidades e dos riscos indeterminados que podem sofrer como uma contra-ação de seus interlocutores; c) Indiretamente as sujeitas do MERCOSUL operam dentro das características parresiásticas: virtude, dever e técnica.

Além disso, sabendo que o dizer a verdade está diretamente ligado com a relação do sujeito transexual consigo, Foucault considera que vai existir uma cooperação entre o sujeito parresiasta e o seu enunciado de verdade durante a *parresía*, essa combinação de enunciado de verdade e o ato em si da enunciação da *parresía* pode ser visualizado no corpo do sujeito que enuncia o dizer a verdade.

O corpo durante a *parresía* vai assumir dois papéis, o primeiro de evidenciar para além das materialidades, ou seja, por meio de posicionamentos, comportamentos e gestos, que denunciam os discursos por qual esse sujeito é atravessado e num segundo momento, onde o corpo do sujeito poderá sofrer com as consequências direcionadas ao sujeito pelo seu interlocutor.

Dessa forma, dentro do acontecimento que é o dizer a verdade, a linguagem corporal discursiva vai aparecer para enunciar a transexualidade das sujeitas, antes mesmo dessas enunciarem seus discursos, porque não há para as mulheres transexuais “*dizeres de verdade*” maiores que seus próprios corpos. É o corpo do sujeito sendo a própria *parresía*.

Isso fica mais claro, quando o filósofo afirma “só há *parresía* quando há liberdade na enunciação da verdade”, essa enunciação parte tanto do corpo quanto do discurso do sujeito. Ou seja, o sujeito é livre para assumir ou não a posição de parresiasta. Isso nos permite afirmar que, as mulheres transexuais políticas do MERCOSUL escolheram arriscar, suas posições, seus corpos. O dizer a verdade, as obrigações, os riscos dentro dos procedimentos que governo que é o espaço da política nos mostrou que as mulheres transexuais políticas do MERCOSUL se constituem como sujeitas parresiásticas através da relação consigo e na relação com os outros.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo, estivemos a todo instante mesmo que indiretamente ligados ao título do trabalho, durante toda a busca, durante todo o processo de investigação. Até chegarmos aos desdobramentos dos resultados, foram percursos que nos levaram a um só caminho, as mulheres transexuais políticas do MERCOSUL estão no campo político porque o direito de reivindicar e o dever de (des) obedecer foram determinantes para a composição das subjetividades dessas sujeitas enquanto políticas.

Mas, antes de qualquer coisa, é importante compreendermos o sentido atribuído a construção das frases: a) o direito de reivindicar e b) o dever de (des) obedecer. Quando falamos acerca do termo do *direito*, podemos nos referir à ciência do direito, ao conjunto de normas jurídicas vigente em um país, além de referir aquilo que é justo ou o privilégio de alguma coisa, porém, sentido que atribuímos aqui, é acerca de um poder legal de um sujeito fazer, possuir e exigir alguma coisa. Ou seja, é no sentido da mulher transexual política ter o direito de reivindicar, por oportunidades, melhorias, avanços para sua comunidade LGBTQIA+, que é o que essas sujeitas fazem no âmbito social, cultural e político em que estão inseridas.

Assim, como o direito, o termo *dever* tem seus sentidos que lhe são atribuídos, como: obrigação moral, o que se é obrigado a fazer ou a evitar e o que impõem a consciência moral, as leis e os costumes, desse modo, o sentido de dever que utilizamos é do sujeito ser obrigado a fazer ou ter determinadas atitudes, como é esperado ações ou práticas as mulheres transexuais políticas. Quanto às noções de reivindicar e (des) obedecer, sobre *reivindicar*, é bem simples, em seu significado, de reclamar, exigir, assumir a responsabilidade, portanto, as sujeitas políticas reivindicam aquilo que elas consideram ter por direito, como: lugar de fala, vozes, espaços, entre outros.

Já a noção de *(des) obedecer* é constituída a partir da leitura e compreensão de Frederic Grós sobre a desobediência. Segundo Grós (2018, p.9): “o problema não é a desobediência, o problema é a obediência”, seria então, um problema para os sujeitos a obediência, ainda de acordo com o estudioso: “nosso problema são as pessoas que obedecem aos ditames impostos pelos dirigentes de seus governos e que, portanto, apoiaram guerras. Milhões de pessoas foram mortas por causa da obediência das pessoas quanto a pobreza, a fome, a estupidez, a guerra e a crueldade assolam o mundo” (GRÓS, 2018, p. 9)

Aos pensarmos sobre isso, entendemos que a obediência, pode ser vista da mesma maneira, como a chamada “falsa neutralidade”, ou o “sujeito neutro”, que é o que acontece quando determinado sujeito não diz sua opinião e acaba sendo conivente com qualquer tipo de situação, causando muitas vezes estragos da mesma magnitude, que podem ser comparados com o exemplo da consequência da obediência citada por Grós em sua obra.

E se deslocamos para as mulheres transexuais políticas do MERCOSUL, se essas sujeitas não tivessem não fugido à regra (das estatísticas de mortes de pessoas trans), tivessem obedecido à regra da sociedade Latino-americana, claramente, não estaríamos falando delas neste momento, neste lugar dentro da história. Por isso, acreditamos na teoria de Frederic Grós, que “desobedecer pode ser uma vitória sobre si/uma vitória contra o conformismo generalizado e a inércia do mundo” (GRÓS, 2018, p.18), e como é uma vitória.

Uma mostra disso é a desobediência das mulheres transexuais políticas, que claramente essa decisão da não obediência, transformou suas vidas, suas subjetividades, e isso, é um fator determinante para as condições atuais das mulheres políticas, que é uma vitória da desobediência. Ademais, escolhemos o (des) obedecer em provocação acerca da obediência em contrapartida da desobediência, que é uma reeleitura dos postulados de Grós.

Sendo assim, sabemos também que esse direito de reivindicar e o dever de (des) obedecer não irromperam de uma hora para outra nessas sujeitas, mas a partir dos diversos acontecimentos históricos discursivos que emergiram das condições de possibilidades que promoveram essas circunstâncias, em quatro países, pertencente ao bloco econômico MERCOSUL, na atualidade entre o período de (2016-2020).

Acerca desses elementos históricos discursivos que foram determinantes para abertura das condições de possibilidades atuais para as sujeitas transexuais, alguns desses elementos foram construídos e discutidos no capítulo II desta dissertação. Dessa maneira, nós tivemos os seguintes elementos históricos que possibilitaram novos desdobramentos: o direito ao voto feminino, as ditaduras militares nos países do MERCOSUL, a criação da pílula anticoncepcional como método contraceptivo feminino, a luta em torno da AIDS, os movimentos LGBTQIA+.

Além disso, o direito de reivindicar e o dever de (des) obedecer fica evidente no capítulo III: quando descobrimos que as mulheres transexuais políticas do MERCOSUL entram na política com um cuidado de si adquirido e esse cuidado de si promove um cuidado com o outro, um cuidado com sujeitos apagados, invisibilizados da sociedade. Assim, as sujeitas vislumbram uma alteração desse sistema formado para prejudicar, apagar e invisibilizar os sujeitos a margem, então elas, sujeitas

transexuais políticas buscam mudar as regras e as leis que gerem a sociedade a fim de acabar com esse sistema.

Sendo assim, as práticas de liberdades irrompem exatamente no enfrentamento desse sistema, no rompimento de barreiras. Daí a prática de liberdade aparecer como forma de resistência frente às estratégias de forças e poder da sociedade, principalmente, na política, um espaço restrito aos poucos sujeitos pertencentes à comunidade LGBTQIA+, mulheres, negros que fazem resistência a frente de uma sociedade tradicional e conservadora, representada em grande maioria por homens brancos.

Mas, evidentemente se as mulheres transexuais estão na política, foi porque conseguiram ultrapassar essas barreiras e já romperam diversas estratégias de poder que interditavam o seu lugar enquanto sujeitas trans. Essas barreiras só puderam ser rompidas através do modo de vida gerenciado pelo desejo, pela força, pela coragem, e principalmente pela resistência para conseguir existir na história. Não há maior prática de liberdade do que está na política pelo direito de reivindicar e o dever de (des) obedecer.

E por fim, em relação a *parresía*, durante as séries no capítulo IV revelamos que: a) a *parresía* aparece caracterizada através de discursos produzidos sobre diferentes assuntos evidenciando as ações e enunciações como um modo de vida das sujeitas transexuais; b) quando as mulheres políticas praticam o dizer a verdade já o faz sabendo das possibilidades e dos riscos indeterminados que podem sofrer como uma contra-ação de seus interlocutores; c) indiretamente as sujeitas do MERCOSUL operam dentro das características parresiásticas: virtude, dever e técnica.

Todo esse contexto de *parresía* também é um modo que caracteriza a luta pelo direito de reivindicação e o dever de (des) obediência, dentro do acontecimento que é o dizer a verdade, a linguagem corporal discursiva vai aparecer para enunciar a transexualidade das sujeitas, antes mesmo dessas enunciarem seus discursos, porque não há para as mulheres transexuais “*dizeres de verdade*” maiores que seus próprios corpos. É o corpo do sujeito sendo a própria *parresía*. Sendo que não há maior reivindicação e o dever de desobediência que o próprio corpo do sujeito.

Esta pesquisa impactou diretamente na comunidade acadêmica, na comunidade LGBTQIA+ e na sociedade brasileira como um todo. Sendo um dos trabalhos precursores na área da Lingüística e nos estudos discursivos foucaultianos em estudar as mulheres transexuais políticas pertencentes ao bloco econômico MERCOSUL, que sirva de incentivos a outros pesquisadores. Um estudo que emergiu a partir das condições históricas que possibilitaram a visibilidade do sujeito trans. na política na nossa atualidade, que amplia as discussões acerca da transexualidade, aumentando a

visibilidade do lugar da mulher na política. Concedeu ao sujeito pertencente à comunidade LGBTQIA+ o reconhecimento de novas possibilidades de vida, através das experiências das mulheres transexuais políticas.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ines Lacerda. A constituição do sujeito. In: ARAÚJO, Ines Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. 2. ed. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2008. p. 93-131.

AGUIRRE, Deninson Alessandro Fernandes. **Análise histórica da democracia na Venezuela: de PuntoFijo ao bolivarianismo**. 2020.161 f. Dissertação (Mestrado)-Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2020. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/4483/2/Deninson%20Alessandro%20Fernandes%200Aguirre.pdf> Acesso em: 30 jan. 2022.

BRASIL. Decreto Nº 350, De 21 de Novembro de 1991. Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (TRATADO MERCOSUL). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. 21 de novembro de 1991.

BUENO, Sinara. MERCOSUL | O que é. **Fazcomex**. 13 de dez. 2021. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/blog/mercosul-o-que-e/> Acesso em 28 de janeiro de 2022.

CRIVELANTE, Mariana Ramos. **Memória e Resistência**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2015-2017. Disponível em: [http://www.usp.br/memoriaeresistencia/?page\\_id=8](http://www.usp.br/memoriaeresistencia/?page_id=8) Acesso em 20 de junho de 2021.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Tradução de Francisco Morás. –Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. Maria do Rosário V. Gregolin. In: SARGENTINE, Vanice & NAVARRO-BARBOSA, Pedro (org.). **M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder subjetividades**. São Carlos: Claraluz, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.

FOUCAULT, Michel. Debate no Departamento de História da Universidade da Califórnia em Berkeley. In: **O que é a Crítica? seguido de A Cultura de Si**. Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Texto e Grafia, 2015a.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b, p. 263-406.

FOUCAULT, Michel. Sobre a Geografia. In: **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015c, p. 244-276.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. -24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no College de France. (1982-1983) / Michel Foucault, tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. O Que São as Luzes? *In: Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Organização Manoel Barros da Motta, Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a. p. 335-351.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia, a História. *In: Ditos e Escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Organização Manoel Barros da Motta, Tradução Elisa Monteiro. 2.ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b. p. 260-281.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si Como Prática da Liberdade. *In: Ditos e escritos vol. V - Ética, sexualidade, política*. Organização Manoel Barros da Motta, Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p.264-287.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 20. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e O Poder. *In: DREYFUS, Hubert, RABINOW, Paul. Michel Foucault Uma Trajetória Filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalheite. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Tradução de Roberto Machado. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

GALILEU. Como a pílula anticoncepcional moldou o mundo em que vivemos hoje. **Galileu**. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/05/55-anos-da-pilula-anticoncepcional-como-ela-moldou-o-mundo-em-que-vivemos-hoje.html> Acesso em 20 de junho de 2021.

GRÓS, Frédéric. **Desobedecer**. Tradução Célia Euvaldo. São Paulo: Coleção Exit, 2018.

GRÓS, Frédéric. Situação do Curso. *In: FOUCAULT, Michel. O governo de si e dos outros*: curso no College de France. (1982-1983) / Michel Foucault, tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. p. 341-356.

LIMA, Suelane Gonçalves Santiago. **Ser virgem:** discursos sobre corpo, virgindade, matrimônio e matrizes de conduta em vídeos do youtube (2011-2018). 2020. 168 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020. Disponível em: <http://www.mel.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=210> Acesso em 30. jan. 2022

MASMORRAS da loucura: a violência sexual contra mulheres na ditadura do Uruguai. **Isto é Dinheiro**. São Paulo, 23 de nov. de 2020. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/masmorras-da-loucura-a-violencia-sexual-contra-mulheres-na-ditadura-do-uruguai/> Acesso em 20 de junho de 2021.

MILANEZ, Nilton. MOURA, Ismarina Mendonça de Moura. ALMEIDA, Beatriz Souza. *In:* MILANEZ, Nilton; GAMA-KHALIL, Marisa Martins; PRATA, Vilmar (orgs.). **Domínios da carne: ensaios sobre a sexualidade com Foucault**. 1ª ed. Salvador: Labedisco, 2021. p. 57-89.

MILANEZ, Nilton. MOURA, Ismarina Mendonça de Moura. Mulheres transexuais políticas e seus modos de enunciar a si: utopias seladas e corpo. *In:* MILANEZ, Nilton; AMARAL, Ricardo Andrade; MOURA, Ismarina (orgs.). **Transexualidades: o que pode o corpo?**. Paraíba: Marca de Fantasia, 2019. p. 90-103.

MILANEZ, Nilton. **Audiovisualidades: elaborar com Foucault**. Londrina: Eduel; Guarapuava: Ed. Unicentro, 2019.

MILANEZ, Nilton. O lampejo do sentido: indícios de retorno a si com Borges e Foucault. *In:* TFOUNI, Leda Verdiani; PEREIRA, Anderson de Carvalho; MILANEZ, Nilton (orgs.). **O paradigma indiciário e as modalidades de decifração nas Ciências Humanas**. São Paulo: EdUFSCar, 2018. p. 75-93.

MILANEZ, Nilton; PRATA, Vilmar. Sujeito digital. Espaço, corpo e vídeos de suicídio em uma cidadezinha qualquer. **Revista Moara**, Belém, v. 1, n. 43, p. 45-61, jan-jun. 2016. ISSN: 0104-0944.

MILANEZ, Nilton. Pistas e traços do corpo suspeito: Jailton, o estuprador de Itambé. *In:* Maria do Rosário Gregolin e João Marcos Kogawa. (Org.). **Coleção Trilhas Linguísticas**. 1ed. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2012. p. 81-97.

MILANEZ, Nilton. Toda vez que minto constroem verdades: sobre corpos e poderes. *In:* **Linguagem. Estudos e Pesquisas**, v. 10-11, 2007.p. 167-180.

MOURA, Ismarina Mendonça; MILANEZ, Nilton. Políticas de morte: o corpo do sujeito trans na pandemia. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas-TO, v. 7, n. 27, p. 49-162, 2020. ISSN: 2358-8322 Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5061> Acesso em 20 de junho de 2021.

MOURA, Ismarina Mendonça. Mulheres transexuais de língua espanhola na política: materialidades corporais, gestuais e seus posicionamentos. *In:* MILANEZ, Nilton; NASCIMENTO, Rebeca; SANTA BARBARA, Urania (orgs.). **Temas de pesquisas: o corpo e suas extensões no discurso**. Feira de Santana: Edições Labedisco, 2018. p. 40-50.

R090 - Sobre Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor. **Organização Internacional do Trabalho**. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_242716/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242716/lang--pt/index.htm) Acesso em 20 de junho de 2021

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlo Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SPERANDIO, Luan. Como a Venezuela se transformou em uma ditadura. **Ideias Radicais**. Curitiba, 27 de out. de 2020. Disponível em: <https://ideiasradicais.com.br/como-venezuela-se-transformou-em-ditadura/>. Acesso em 28 de janeiro de 2022.

YOUTUBE. **Atividades da Deputadas Mônica e Erika Hilton - Bancada Ativista**. Disponível em: [https://youtu.be/XcyoeN\\_DGv8](https://youtu.be/XcyoeN_DGv8). Acesso em 30 de janeiro de 2022.

YOUTUBE. **Buen día Uruguay - Michelle Suárez 09 de Octubre de 2017**. Disponível em: <https://youtu.be/8yGOcUa95MA>. Acesso em 30 de janeiro de 2022.

YOUTUBE. **Discurso de Michelle Suárez en su asunción como senadora**. Disponível em: <https://youtu.be/I4Ezz-bD5TA>. Acesso em 30 de janeiro de 2022.

YOUTUBE. **Diputada Tamara Adrian en la Asamblea Nacional Mayo 2016**. Disponível em: <https://youtu.be/za34bUBiXwQ>. Acesso em 30 de janeiro de 2022.

YOUTUBE. **En Íntimo con la diputada Tamara Adrián**. Disponível em: <https://youtu.be/vjEU5L3TA1k>. Acesso em 30 de janeiro de 2022.

YOUTUBE. **Erika Hilton: "O próximo passo para 2020 é discutir a masculinidade e o patriarcado"**. Disponível em: <https://youtu.be/L4j5h5vJpeA>. Acesso em 30 de janeiro de 2022.

YOUTUBE. **Mates con Ornella Infante**. Disponível em: [https://youtu.be/kUBqm\\_vey4Q](https://youtu.be/kUBqm_vey4Q). Acesso em 30 de janeiro de 2022.

YOUTUBE. **Pronunciamento da Deputada Erika Malunguinho- PSOL - 23/04/2019**. Disponível em: [https://youtu.be/NWxUbBw\\_Uts](https://youtu.be/NWxUbBw_Uts). Acesso em 30 de janeiro de 2022.

YOUTUBE. **Primer mujer trans pre candidata a legisladora**. Disponível em: <https://youtu.be/QsKO09ecGU8>. Acesso em 30 de janeiro de 2022.

YOUTUBE. **Robeyoncé lima | deputada eleita (psol-pe)**. Disponível em: <https://youtu.be/mVLKANbgAkY>. Acesso em 30 de janeiro de 2022.

YOUTUBE. **"A gente não pode trabalhar a questão da negritude isolada de outras pautas", Robeyoncé Lima**". Disponível em: [https://youtu.be/H\\_Yg6SvmCg0](https://youtu.be/H_Yg6SvmCg0). Acesso em 30 de janeiro de 2022.

YOUTUBE. **"É gravíssimo eu ser a única deputada trans negra do mundo", diz Erica Malunguinho**. Disponível em: <https://youtu.be/-Q9pzj9Cs-s>. Acesso em 30 de janeiro de 2022.

VIDAL, Laura. São as mulheres as que mais sofrem na crise da Venezuela. **Global Voices**. Tradução de Luiza Saturnino Braga. 9 de set. de 2018. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2018/09/09/sao-as-mulheres-as-que-mais-sofrem-na-crise-da-venezuela/>. Acesso em 28 de janeiro de 2022.